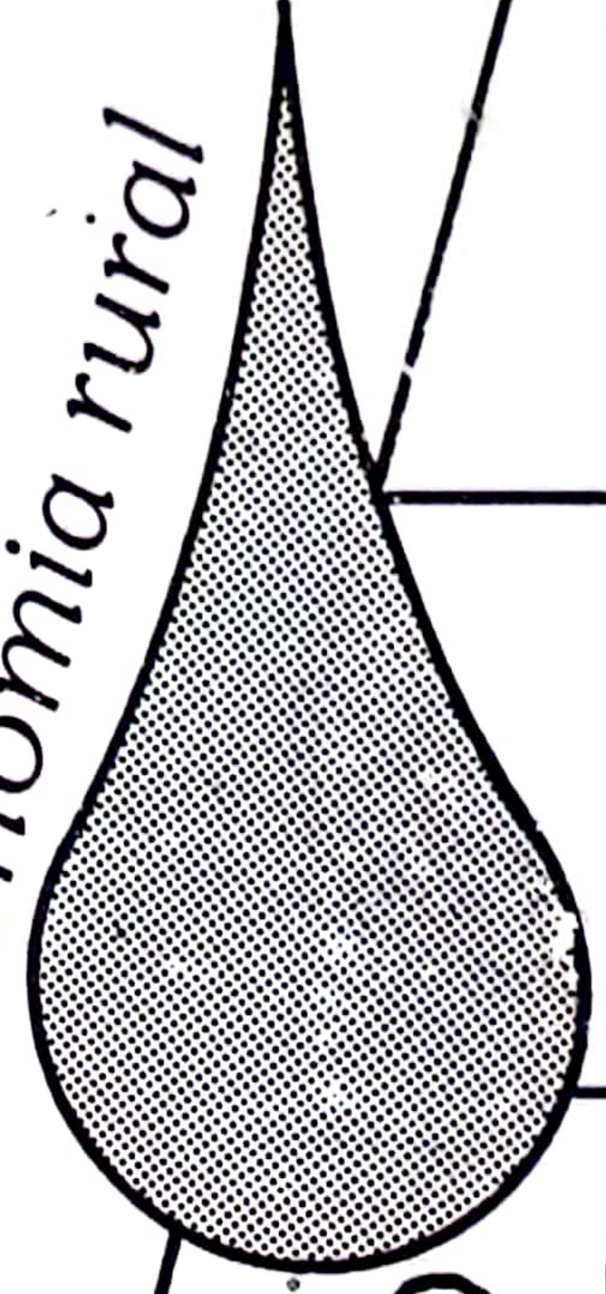
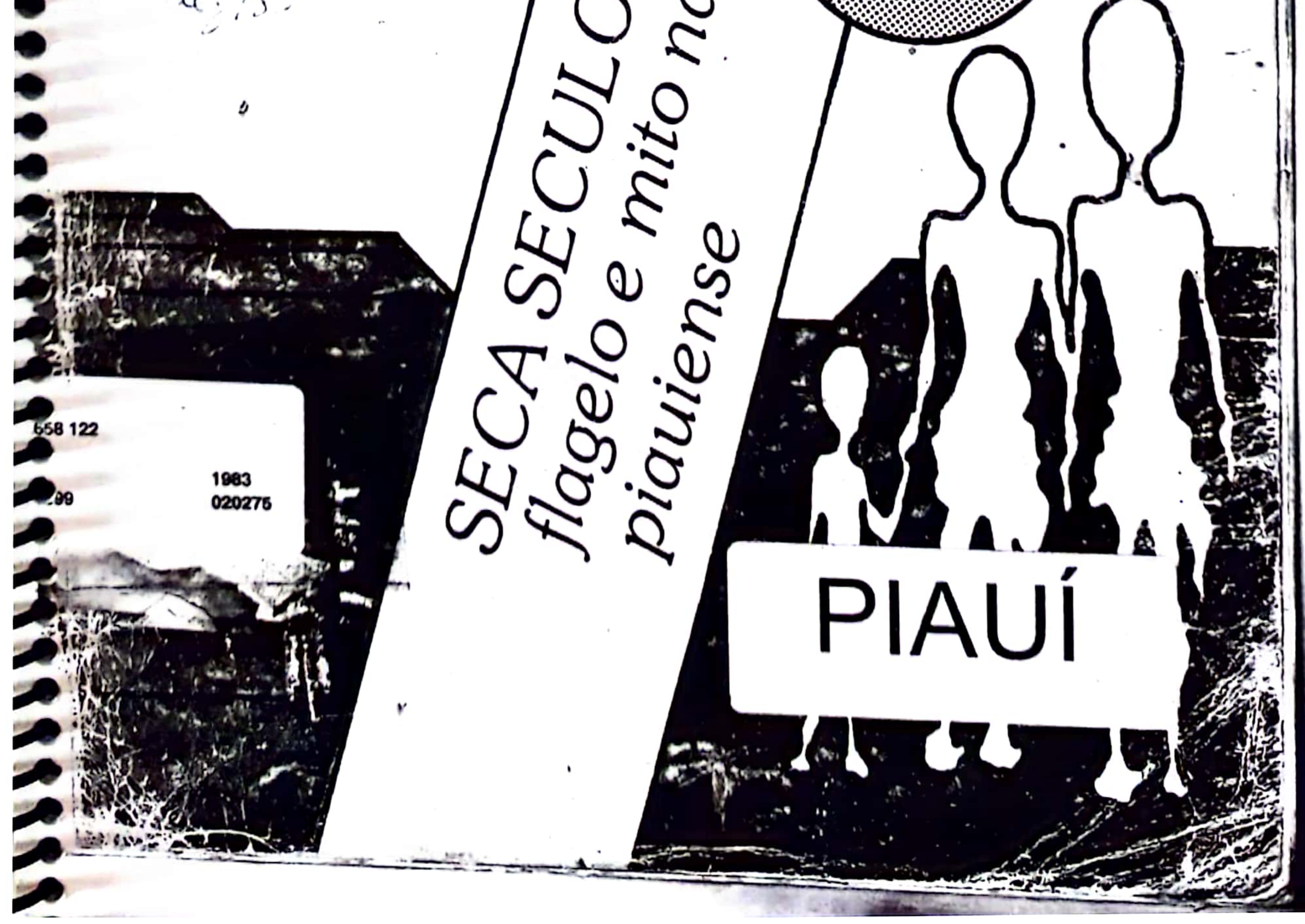
Estado do Piauí
Secretaria de Planejamento
FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ

Itaúna
2.15

658 122
1983
020275

SEMINÁRIO SÉCULO XVIII
flagelo e mito na economia rural
piauiense





PIAUÍ

Digitalizado com CamScanner

SECA SECULORUM,
Flagelo e Mito na Economia Rural Piauiense

Digitalizado com CamScanner

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Hugo Napoleão do Rêgo Neto

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Hélio de Carvalho Matos

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ
Antônio Adala Carnib

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS
Antônio José Pereira

NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES E REPROGRAFIA
Maria Dalva Vidal Martins Lúcio

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Documentação e Divulgação

Domingos Neto, Manuel
Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina, Fundação CEPRO,1983.
154p.
1.Secas-Piauí. I. Borges, Geraldo Almeida. colab. II. Série. III. Título.
CDU 551.557.3(812.2)

Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Planejamento
FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ

SECA SECULORUM,
Flagelo e Mito na Economia Rural Piauiense

Por
Manuel Domingos Neto e
Geraldo Almeida Borges

TERESINA — 1983

Revisão dos Originais e Datilografia

NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES E REPROGRAFIA

Revisor

Luiz Augusto Fonsêca Ferreira

Datilógrafo

Francisco Alfrêdo Alves

Impressão

Setor de Mecanografia

Operador Mecanógrafo

Francisco Carvalho Pimentel

É permitida a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que mencionada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA

Fundação CEPRO
Setor de Documentação e Divulgação
Av. Miguel Rosa, 3190/S
Caixa Postal nº 429
CEP - 64.000 - Teresina - Piauí

FEDERAL DO
C B
27197 | 181099

"Tem uma senhora muito bondosa
lá no Leblon
que gosta muito de ver eu
comer caco de vidro"

(da letra de Pau-de-arara, música de Carlos Lira e Vinícius de Moraes).

AGRADECIMENTOS

Ao concluir um trabalho como este, a praxe requer a citação das pessoas que, de uma forma ou de outra, ajudaram a tarefa dos autores. Neste caso a lista seria bastante longa. Daremos vez mais à satisfação que à praxe, lembrando nomes que, sem qualquer responsabilidade pelas opiniões emitidas neste trabalho, nos são particularmente caros.

Jonas Rocha, Beth Silvestre, Suelda Romero, Antônio de Pádua Silva dos Santos e Cezar Fortes, colegas e amigos de tantas discussões e ajuda mútua.

Hidelbrando Spinola, Velho Mestre da Universidade do Ceará, que nos incentivou e abriu caminhos...

Socorro Lira, Merlong, Marineves, Alcebíades, Virgílio, Socorro Solano, nossos estagiários tão cheios de boa vontade...

Dona Maria Rosa, sempre disponível, nas centenas de cafezinhos que nos serviu...

Felipe Mendes, Hélio Matos, Wiliam Bandeira, Nonato Caminha e Adala Carnib, dirigentes da SEPLAN/CEPRO, que nos facilitaram os meios para a realização deste estudo, nos deixando sempre em total liberdade para a manifestação de nossas convicções...

A todos, ficamos devendo muito. Que o resultado da empreitada possa resgatar de algum modo a dívida contraída.

Digitalizado com CamScanner

A Pedro Rosa, velho vaqueiro do Uruçuí,
que, na beira do rio e sob uma pluviosidade
de 1.200mm anuais, viu a seca chegar sem
compreender nada...

Exemplo e Símbolo!

Digitalizado com CamScanner

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 13

01. INTRODUÇÃO..... 15

02. O FLAGELO E O CLIMA..... 27

03. O DRAMA VINHA DE FORA..... 43

04. A "SECA" PASSA A SER PIAUIENSE..... 59

05. A EXPANSÃO DA "SECA"..... 69

06. SOCIEDADE VERSUS NATUREZA..... 95

07. A DINÂMICA DA "SECA".....107

08. A INTERVENÇÃO DO ESTADO.....121

09. CONCLUSÕES.....141

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....147

Digitalizado com CamScanner

APRESENTAÇÃO

"Seca Seculorum(...)" é resultado de mais de dois anos de pesquisas em fontes primárias e secundárias, com o objetivo de desvendar as características básicas do complexo fenômeno da "seca" no Estado do Piauí.

A análise procura abordar o problema, numa perspectiva histórica, enfatizando os aspectos econômicos, sociais, políticos e institucionais que, para os autores, constituem os elementos essenciais na configuração da "seca".

A linguagem é simples, às vezes áspera. É que — e nisso concordamos plenamente — a dimensão do flagelo não comporta mais atitudes descompromissadas e passivas.

O grande mérito deste trabalho reside no fato de não se conformar com as explicações até agora dadas acerca do fenômeno. E, o que é mais importante, demonstrar que é possível modificar sensivelmente o quadro de amarguras em que vive o nosso homem do campo, a partir da aplicação de medidas substantivas e não assistencialistas, que possam atender às aspirações e interesses das populações diretamente atingidas.

Como os autores ressaltaram, a Fundação CEPRO proporcionou os meios necessários para que o estudo se desenvolvesse conforme sua concepção e, dada a própria natureza das atividades de pesquisa, em total liberdade para a manifestação das idéias e conclusões.

Colocamos, pois, com satisfação, o presente trabalho ao inteiro dispor de nossos usuários e de todas as entidades e pessoas interessadas na discussão e solução da problemática da "seca".

Teresina, setembro de 1983

Antônio Adala Carneiro
SUPERINTENDENTE

01. INTRODUÇÃO

Este trabalho representa um esforço de compreensão da calamidade social que envolve periodicamente os produtores rurais piauienses. A linguagem corrente consagrou o termo "seca" para designar este flagelo social. O termo está ligado ao comportamento do clima, mas, de fato, contém uma significação bem mais ampla e complexa que a simples ausência ou irregularidade de chuvas. Transcende, da mesma forma e amplamente, aos episódios dos flagelos sociais.

Neste esforço de compreensão da "seca", fugimos, desde o início, à significação em si do termo conforme seu uso popular. Procuramos estar abertos aos desdobramentos amplos e complexos do sentido da palavra "seca". Nesta perspectiva, definimos dois grandes objetivos para este trabalho.

O primeiro deles foi o conhecimento do fenômeno propriamente dito, com suas abrangências sócio-econômica e política. Em outras palavras: por que e como ocorre o flagelo. Neste sentido, naturalmente, tomamos a irregularidade climatológica como um dado preestabelecido e a questão a ser trabalhada foi precisamente a de como a organização social, econômica e política se conforma com a mesma. Pretendemos uma investigação e análise dos mecanismos causais, da dinâmica e dos reflexos externos do fenômeno. Em última instância, procuramos intervir na discussão sobre o próprio conceito de "seca".

O segundo objetivo que perseguimos foi o da análise da intervenção do Estado na "seca". De tão antiga e avultada, esta intervenção há muito passou a fazer parte da dinâmica da "seca". A ação do Estado que tomamos como referência não foi exatamente apenas aquela verificada pontualmente na ocasião das calamidades. Tivemos em conta a presença permanente e diversificada dos instrumentos do aparelho

Digitalizado com CamScanner

estatal que estiveram ou estão diretamente relacionados com a organização sócio-econômica afetada pela "seca".

Por que, após mais de um século de intervenção, persistem os efeitos arrasadores do comportamento climático? Qual teria sido, na verdade, o sentido da ação dos governos durante tão largo espaço de tempo? Que resultados concretos teria gerado tal ação? Estas questões estiveram presentes em nosso espírito durante a realização deste trabalho.

Este estudo não pretende ser, de forma alguma, um tratamento analítico completo e acabado do tema. Nem mesmo um levantamento exaustivo de dados; um apanhado empírico que chame a atenção pelo seu volume. Não houve tampouco a intenção de oferecer, com o presente texto, um instrumento apto à indicação pragmática de elementos passíveis de orientar um "programa anti-seca". Evitamos assim o enquadramento deste trabalho na lista de "soluções" para o problema. Esta lista é tão extensa e repetitiva quanto seus resultados inócuos.

A pesquisa realizada, os dados coletados e sistematizados estiveram sempre em função do desejo de montar uma interpretação que atinasse com a globalidade do fenômeno e de sua dinâmica rica e complexa. Apenas na medida do sucesso deste esforço é que este texto pode fornecer elementos capazes de serem utilizados numa redefinição de política sócio-econômica para a área geográfica em questão.

Consideramos que esta proposta de trabalho requer poucas justificativas. Tomando em conta o fato da persistência do fenômeno e de seus cruéis resultados sociais; da inépcia das soluções até agora adotadas; da complexidade crescente das condições de trabalho e de sobrevivência da população diretamente afetada, a abordagem do tema jamais poderia ser despropositada. Antes pelo contrário, mereceria até ser objeto de um programa de estudo permanente.

Quanto ao fato de o estudo se restringir ao Estado do Piauí, aí sim, careceria alguma explicação. Sendo a "seca" uma ocorrência regional, de que forma os objetivos do estudo poderiam ser atingidos a partir da consideração de uma área geográfica precisa, com características próprias bastante acentuadas? Esta proposta de estudo não perderia sua lógica pelo fato de pretender uma abordagem global do fenômeno "seca" a partir do caso piauiense?

Sem dúvida, seria metodologicamente incoerente querer intuir neste sentido. O propósito de nosso esforço é a compreensão do processo local. As limitações no conhecimento e análise do processo regional é que podem repercutir - como repercutem efetivamente - nos resultados deste trabalho. No mais, ampliando o acervo literário sobre a "seca" nordestina, este texto pretende colaborar com a conceituação geral do fenômeno. Nossa pretensão de intervir na discussão em curso sobre a "seca" materializa-se, portanto, a partir da análise de um caso específico.

Não seria necessário um grande esforço para mostrar que, na análise da "seca", espaços geoeconômicos viram-se transfigurados no caudal de conclusões gerais enunciadas para o "Nordeste seco". O caso piauiense pode ser, sem dúvida, um bom exemplo disso. O papel histórico desempenhado pelo Piauí nas diversas crises nordestinas é não só desconhecido no seu sentido mais profundo como também o próprio contexto do Estado frente às ocorrências climáticas é desconsiderado com muita freqüência.

Durante largo espaço de tempo o Piauí serviu de zona de refúgio ou de passagem para os flagelados dos Estados vizinhos do Nordeste Oriental. Ou seja, o Piauí foi objetivamente um elemento vital para a preservação temporária da mão-de-obra de áreas econômicas que estavam impossibilitadas de reproduzir sua própria força de trabalho. Além disso, o Piauí foi também fator essencial para a retomada dos investimentos destas mesmas áreas: forneceu, durante

bem mais de um século, as matrizes necessárias à recuperação dos rebanhos de seus vizinhos. Isso, remarque-se, em detrimento de sua economia, que, como veremos no decorrer desta dissertação, sofreu, em função disso, um prolongado e constante processo de descapitalização.

Estes fatos permitem duas conclusões incontestáveis: em primeiro lugar, o Piauí esteve sempre profunda e intensamente ligado à economia de seus vizinhos, não procedendo a tese, segundo a qual, a economia piauiense esteve historicamente "isolada" da Região e do Pais; em segundo lugar a "seca" piauiense não foi sempre a mesma "seca" nordestina revelada pela literatura conhecida.

Por outro lado, é notória a distância que separa o Piauí de outros Estados no que concerne ao quadro físico. Os índices pluviométricos são bem mais favoráveis, as reservas subterrâneas na área do sedimentar, significativamente mais importantes e, por fim, o território piauiense é profusamente bordado por importantes rios perenes.

Não obstante as revelações históricas e as diferenças marcantes do território, o "drama da seca piauiense" praticamente não registra presença na vasta literatura sobre o tema. Apenas há bem pouco tempo, ao se falar em seca, é que passou-se a considerar que a mesma não é vivida exclusivamente pelo interior do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e da Bahia. Excetuadas as esparsas alusões sobre a "seca" piauiense, podemos dizer que este território não entrou nos estudos e programas de intervenção governamental. Durante quase toda sua história, o que foi feito, em termos de política anti-seca, foi irrisório e muito recente, se compararmos o Piauí com seus vizinhos. Apenas no presente momento, na fase dos chamados "programas especiais", é que esta situação sofre algumas alterações.

É precisamente nestas circunstâncias que o peso das generalizações feitas para o espaço do Nordeste seco

é sentido com todo o vigor: os pacotes de intervenção programados e decididos nas instâncias mais elevadas do aparelho estatal consideram indistintamente as variadas áreas da região. Já em 1949 um renomado pesquisador chamava atenção sobre o fato, afirmando: "temos pensado sempre como se a terra seca fosse igual, homogênea, em toda a sua extensão, nas suas necessidades e características"(1). Assim, o mesmo programa em andamento no interior do Ceará ou Pernambuco chega até o Piauí, como querendo atestar, na prática, o que não é verdadeiro, a saber, que o Nordeste flagelado é um só no que concerne aos contextos geográfico, sócio-econômico e político.

Frente a tudo isso seria mais do que justificado o esforço do entendimento do fenômeno nos limites do território piauiense. Dispor de uma visão da "seca piauiense" seria contribuir para ampliar ou aprofundar o conhecimento da "seca nordestina". Seria contribuir, repetindo, para o prosseguimento da discussão sobre a conceituação do fenômeno.

Na literatura, entretanto (e há sempre distâncias cósmicas entre o avanço da literatura, sobretudo da literatura oficial, e o sentido da intervenção dos que detêm o poder de decisão na sociedade), vai ficando cada vez mais afirmada a rejeição às generalizações interpretativas sobre o espaço nordestino. A partir do esforço realizado por autores como Guimarães Duque e Manoel Correia de Andrade, que tentaram distinguir as diversas fisionomias do espaço nordestino, podemos até dizer que, paulatinamente, ocorre, no plano teórico, uma rejeição consensual.

No entanto, cabe constatar o pouco desenvolvimento dos estudos no que concerne ao encaixe das áreas específicas no universo nordestino, ou seja, o pouco desvendamento

(1) DUQUE, José Guimarães. Solo e água no polígono das secas. Mossoró-RN, 1980. (Coleção Mossoroense, 142).

da logica e do sentido das relações intra-regionais. De certo modo, as observações feitas por Thomas Pompeu Sobrinho a respeito da literatura sobre a seca no Nordeste ainda hoje guardam atualidade. Este autor sublinhou o caráter "fragmentário" do "vasto" repertório de textos. Lembrou ainda que era uma literatura que se referia a

> *"fenômenos isolados, a acontecimentos mais ou menos eventuais, localizados em áreas especiais ou de épocas diferentes, sem uma sistemática orientação, sem abranger a essência do fenômeno em todas as suas características"*(2).

Há algumas décadas a "seca" se impôs para um limitado círculo de analistas como uma questão que se insere num círculo de abrangência bem mais amplo que o da simples fenomenologia climática. Foi sobretudo nos meados do século, com o texto do Hans Singer, que a "seca" passou a ser vista de forma mais objetiva, como fenômeno multifacetário, onde os aspectos climatológico, social e político estariam solidamente imbricados. Esta noção fica definitivamente assentada com a divulgação do célebre "Relatório do GTDN" (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), que inspirou a criação da SUDENE. Tal avanço na conceituação da "seca" foi fruto da própria experiência objetiva da sociedade em face do flagelo e das formas de enfrentá-lo. Na época, surgiram grandes as tensões sociais e os interesses econômicos hegemônicos impunham uma mudança de comportamento frente aos problemas da Região. Todavia, persiste na consciência geral a idéia de "seca" como fenômeno climático. Aliás, esta idéia não deixa de estar presente nem mesmo nos textos dos autores que a rejeitam: nas indicações de "política anti-seca" que são oferecidas, prevalece largamente a intenção de solucionar o "problema da falta d'água". Outras indicações, tal

(2) POMPEU Sobrinho, Thomaz. "História das Secas (Século XX)". In: - Introdução a Joaquim Alves. Fortaleza, Ed. A. Batista Fontenele, 1953. (Coleção Instituto do Ceará).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
B C C B
27.197 | 18.10.99

como floreios barrocos, sofisticam e abrilhantam esta proposta sem tocar em sua essência. É quando a análise objetiva do problema se volatiza, ou, mais corretamente, é negada pela postura prática.

Há ainda outras limitações na literatura sobre a "seca". Destacamos, de passagem, duas características da mesma.

Em primeiro lugar, a ausência de definições precisas sobre o que consiste "vítima da seca". Como sublinha Maria Lia Pandolfi, em recente trabalho elaborado para a Fundação Joaquim Nabuco, a maioria dos textos não distingue o fato de que o fenômeno atinge de forma diferenciada os diversos segmentos da população da área flagelada (3) Alguns analistas chegam a observar a existência de "seca de pobre" e "seca de rico", remarcando o fato de que a seca, para os "pobres" (grupo social composto por agricultores sem terra, assalariados, pequenos proprietários, etc.), é o período em que sua situação de miséria permanente torna-se agravada ao ponto de não permitir sua permanência nos locais de trabalho. O "estado de pobreza" da grande parte da massa do Nordeste semi-árido seria, de fato, segundo estes autores, a base objetiva da ocorrência do fenômeno (4).

A nosso ver, a compreensão do fenômeno deve ir mais adiante. Cumpre aprofundar o estudo da vinculação das categorias sociais com a dinâmica do flagelo. Na verdade - e isto será objeto de atenção nas páginas seguintes - há categorias que não só são pouco afetadas pela

(3) PANDOLFI, Maria Lia C. de A. Nordeste: as secas de 1979-80 e a política de assistência aos flagelados. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

(4) Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste, s.l. 1959.

crise periódica como encontram na mesma a força de sua reprodução e engrandecimento. Indo mais além: há setores e regiões econômicas que, de forma direta ou indireta, têm sua lógica de funcionamento em boa parte ligada aos efeitos do flagelo, conforme aventou Helene Lewin[5]. Se todos perdessem com a crise, inclusive os interesses mais evidentemente presentes no esquema de poder regional e nacional, seria difícil crer que sua longevidade não teria sido profundamente abalada.

O segundo aspecto que nos chama a atenção nesta literatura está relacionado a este problema de quem ganha e quem perde com a seca. Refere-se ao comportamento do Estado ante à crise.

Geralmente apontam-se "erros" e "acertos" da intervenção estatal; por vezes a "ineficiência" governamental é acerbamente criticada. Diz-se que a ação do Estado fugiria às orientações traçadas pelos "diagnósticos" do problema. Há até quem aponte "enganos" dos responsáveis por esta intervenção devido à ausência dos dados fundamentais para o equacionamento da problemática. Na base destas críticas está o tipo de enfoque segundo o qual as medidas adotadas guardariam seu caráter "técnico", não tendo maiores relações com interesses de classes ou categorias sociais. As intenções do Estado estariam preservadas do contágio com estes interesses. Esta ótica predomina largamente em relatórios técnicos produzidos mais recentemente. Justiça se faça, na verdade, está bastante presente nas obras dos cirfeus da solução técnica para a "seca" que em todas as fases da trágica epopéia dos trabalhadores rurais nordestinos pontificaram em corredores e salas das repartições governamentais.

Ao longo deste trabalho, procuramos abordar seguidamente estas características da literatura sobre a "seca"

[5] ENCONTRO Interregional de Cientistas Sociais do Brasil, 10., Anais..., Recife, IJNPS, 1974.

na medida do desenvolvimento de nossa análise. Assim, nossa avaliação bibliográfica ficará mais objetiva e melhor explicitada.

No sentido de avançar concretamente pelo caminho que, ao nosso ver, levaria à conceituação da "seca", procuramos delinear a ocorrência do fenômeno no território piauiense a partir do estudo dos casos mais significativos. Ou seja, da abordagem comparada das grandes crises da economia rural, a partir de 1877, data em que a "seca" passa a integrar, com o estardalhaço que lhe é próprio, a história agrícola do Piauí.

Para tanto, procuramos coletar o máximo de informações possível dentro de nossas limitações. Um substancioso material de pesquisa foi encontrado na Casa Anísio Brito, o arquivo público do Estado. Este material é composto de relatórios, cartas e memorandos oficiais, de documentos das "comissões de socorro" (antiga denominação dos atuais "grupos de defesa civil") e artigos de jornais da época.

Obtivemos uma boa complementação desta documentação com entrevistas realizadas nas mais diversas áreas do Piauí. Conseguimos reunir depoimentos de pessoas que viveram, em circunstâncias variadas, as crises a partir de 1915. Cerca de duas centenas de pessoas foram ouvidas, entre trabalhadores, fazendeiros, líderes, técnicos e autoridades administrativas. Estes depoimentos, reunidos numa coletânea, guardam grande valor documental.

Esta tentativa de conhecer as grandes crises do passado procurando distinguir o que seria, de fato, inerente à "seca piauiense" não é uma postura metodológica dita da por nossa formação profissional. Trata-se, na verdade, de respeitar uma convicção profunda referente à demarche que julgamos indispensável num estudo que pretende atinar a globalidade de um fenômeno sócio-econômico.

Com efeito, acreditamos ser metodologicamente insano qualquer tratamento do fenômeno "seca" que não considere

um importante período histórico. Afinal, tanto a "seca" quanto a política de combate a seus efeitos provocam conseqüências que se acumulam no tempo. Fenômeno persistente e continuado, apresentando conotações multifacetárias, a "seca", na sua inteireza, não poderia prescindir de uma abordagem multidisciplinar aplicada num amplo corte cronológico.

Propostas de abordagem metodológica como esta não primam pela originalidade, pelo menos em se tratando de estudos de fenômenos sociais. Sempre existiu quem manifestasse estas intenções, sobretudo depois que o neopositivismo, com todas as suas variações, entrou na moda. Não consta, porém, ser lugar-comum a materialização do intento.

Hoje, estudos de economia, tão loquases quanto herméticos, tratando de temas específicos, com apurado gosto pelas tabelas e gráficos, povoam as estantes. Forçoso é constatar que o pendor para relacionar os objetos de estudo com o espaço físico que lhes serve de teatro não é tão manifesto. Muito menos é perceptível a disposição de vinculá-los aos processos sócio-políticos dos quais fazem parte. Alguns estudos de geógrafos e agrônomos, respeitosos em relação ao meio físico, penetram fundo em questão florística, geram teoricamente esquemas de aumento da produtividade, sofisticam as tipologias de "zoneamento", mas não tratam do outro lado da moeda. Cuidam da dimensão do espaço que lhes ocorre, o físico, esquecendo seu complemento, o tempo, que concentra sobre si os problemas da organização da sociedade.

Quando estes especialistas se mostram dispostos a investigar os "antecedentes históricos" dos fenômenos em questão, o freqüente é fazerem o passado perder qualquer conexão com o presente. O usual é a oferta de erudição que pouco ajuda na compreensão dos fatos.

Frente a este quadro, não deixa de ser audaciosa a proposição de um estudo multidisciplinar.

Isto seria o mesmo que dizer: faremos o contrário da tendência geral. Abrandando a petulância, contendo a audácia e medindo as limitações desta iniciativa, gostaríamos que este trabalho fosse encarado como um esforço de reflexão e sua intenção de globalidade e interdisciplinaridade como uma tentativa de articulação das peças de um tabuleiro de aparência caótica e intrincada. O principal benefício que pode gerar tal postura - e nisso estaria o maior ou menor êxito da empreitada - estaria no fato de abrir caminhos para novas investidas nas áreas de pesquisa e da análise. Um pouco como se fosse o gosto de sacudir a poeira de idéias assentadas ao longo do tempo e nem sempre amparadas pela verdade da vida.

No que diz respeito à delimitação geográfica do estudo, a área esteve sempre contida em fronteiras irrequietas. Como ficará evidenciado no decorrer da exposição, uma das revelações mais intrigantes de nossa investigação foram precisamente as repercussões no Piauí da "seca" de outros Estados nordestinos. Por isso, nossa dissertação está entremeada de referências e raciocínios relativos à ocorrência do fenômeno fora do território piauiense.

Nosso esforço foi dirigido igualmente para a exposição do que poderia ser considerado como os resultados da "seca": o fenômeno gera, em sua dinâmica própria, conseqüências que repercutem nas mais variadas esferas da economia e da estrutura social do Estado, chegando mesmo a modificar suas fisionomias. Dito de outro modo, a "seca" ganha sua lógica no quadro da evolução da sociedade piauiense.

Procuramos, na medida do possível, oferecer um texto capaz de encontrar leitores além do estreito círculo de especialistas. A estes, pedimos paciência pelo fato de a dissertação estar recheada de explicações que lhes seriam desnecessárias. Limitamos ainda, propositadamente, o uso de jargão característico dos relatórios técnicos bem como procuramos aliviar o texto de notas e referências.

Corremos, assim, o risco de omitir autores aos quais tomamos

idéias emprestadas (e não foram poucas estas idéias). Nossas sinceras desculpas aos que se sentirem pilhados.

Por fim, uma advertência, quem sabe supérflua. Este não é um estudo "neutro". Tomamos partido, intencionalmente. Atendemos, mais que a convicções teóricas, às emoções vividas nos longos contatos durante a pesquisa de campo com as vítimas da "seca". Nossa posição está bem distante da dos paladinos da "neutralidade técnico-científica".

2. O [illegible]

[illegible]as). Nossas

Chove [illegible] supérflua. balho[illegible] intencional fome, [illegible], às emo- alguma[illegible]sa de campo sede. [illegible]istante da cia em[illegible]". dia se[illegible] sobem [illegible] ameaça[illegible] ção: o[illegible] Ou em [illegible] mais. [illegible] nistros[illegible] preocup[illegible] as fren[illegible] atende[illegible] núncia[illegible]

ma, desd[illegible] hoje com[illegible] popular[illegible] dos os [illegible] cia do [illegible] tensa se[illegible] o do c[illegible] água.[illegible]

o aos [illegible] odas a[illegible] atalis[illegible] alados[illegible]

2. O FLAGELO E O CLIMA

A chuva chega atrasada. Chove fora de tempo. Chove pouco ou não chove. As plantações se perdem, falta trabalho. O gado sofre. As famílias dos agricultores passam fome, tentam se arranjar com raízes, lutam para encontrar alguma caça do mato seco. Em alguns lugares, há ameaça de sede. A população esgota as possibilidades de sobrevivência em seus locais de moradia. Apela aos santos. A tragédia se espraia em muitas direções. Os preços dos alimentos sobem bruscamente. A polícia intervém contra os saques ou ameaças de saques. Começa o deslocamento em massa da população: o povo sai em busca de alimentos e emprego nas cidades. Ou em busca de terras úmidas devolutas que quase não existem mais. Autoridades locais pedem providências ao governo. Ministros fazem declarações à imprensa. Comovidos, demonstram preocupação, anunciam verbas e planos salvadores. Formam-se as frentes de serviço. As vagas não são suficientes para atender aos milhares de desempregados famintos. Surgem denúncias de corrupção com os recursos da emergência...

A "seca" é mais ou menos noticiada desta forma, desde o século passado. A confrontação dos jornais de hoje com os de 1877 revela pouca diferença. A consciência popular sobre o fenômeno também variou muito pouco. Para todos os efeitos o flagelo ainda continua sendo uma conseqüência do clima. A chuva não veio, sobrevém a tragédia. A extensa série de acontecimentos desencadeada pelo comportamento do clima tem, na prática, um único responsável: a falta d'água. O grande vilão da tragédia de mil atos é o céu.

Por isso, o agricultor nordestino reza, pedindo aos santos para que a água não falte. A literatura, em todas as suas formas, reproduz e corrobora esta concepção fatalista, descrevendo pungentemente períodos de crise intercalados com períodos de recuperação econômica, numa seqüência

inevitável, devido à "inclemência" da natureza. Órgãos técnicos, políticos e a imprensa alimentam, sutil ou abertamente, a crença segundo a qual a catástrofe vem do alto[1]. Anunciam com estardalhaço, em cadeia nacional de comunicação, as terríveis previsões do C.T.A. (Centro Técnico Aeroespacial) quanto ao comportamento climático. Divulgam a aterradora perspectiva de muitos anos contínuos de seca.

No âmago do sentimento popular, estas notícias calam fundo. Afinal, agora, a previsão da tragédia não mais é feita segundo os métodos de uso do povo, mas sim, com métodos e instrumentos sofisticados, por cientistas de respeitabilidade indiscutível, que dão continuidade ao trabalho de celebridades no campo da meteorologia[2]. Sobrevindo o desenlace, como ocorre na ocasião em que este trabalho é redigido, a reputação dos arautos fatídicos corre à solta...

Entretanto, os estudos especializados, publicados em tiragens reduzidas para um público ainda mais reduzido, vão mostrando, cada vez mais, que as causas da "seca" vão bem além do comportamento climático. São inúmeros os trabalhos que concluem taxativamente: a "seca" não é simplesmente a perda das lavouras provocada pela falta de chuvas. Glauco Olinger, enganheiro agrônomo, presidente da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), voz categorizada para falar em nome de técnicos e, teoricamente, do poder, tem sido enfático em seus pronunciamentos, repetindo, com outras palavras, a idéia do GTDN em seu famoso relatório:

"Não há falta d'água no Nordeste e o semi-árido é uma região muito propícia para a agricultura e a pecuária"[3].

A vida e a ciência já estabeleceram definitivamente algumas verdades sobre a questão. Desde a época de Miguel Arrojado Lisboa[4], as estatísticas da pesquisa climatológica revelam que os anos de flagelo não são exatamente ou obrigatoriamente aqueles onde os índices pluviométricos registram quedas acentuadas; não há uma correspondência mecânica entre a falta de chuva, no sentido quantitativo, e o flagelo social.

A propósito, um grupo de especialistas organizado pela SUDENE há 10 anos atrás declarou incisivo:

"Num relacionamento de causas (pluviosidade irregular) e efeitos (destruição das lavouras de subsistência), constata-se que o fenômeno social das secas somente ocorre quando o ritmo das chuvas é incompatível com o ciclo vegetativo das culturas de subsistência"[5].

Muitas vezes ocorrem chuvas e a produção se perde. A água veio fora de hora, adiantada ou atrasada em relação ao calendário do agricultor. A precipitação pode até ser boa, mas sua distribuição pode ser "irregular" frente à necessidade da lavoura. Ou ainda em relação ao espaço físico, já que freqüentemente ocorrem boas precipitações em determinadas zonas do "Polígono das Secas" enquanto em outras regis tram-se poucas chuvas.

(1) *O Ministério do Interior, em sua revista oficial, continua, em plena década de 1980, responsabilizando a "ingratidão do clima" pela catástrofe de 1877 no Ceará. SECAS: a mesma idade da história do Brasil.* Interior, Brasília, 8(39):24, jul./ago.1981.

(2) *Até pouco tempo atrás, os mais reputados estudiosos da "seca" concentravam seus esforços nas causas dos fenômenos climáticos. Thomaz Pompeu, Rodolfo Teófilo, Gonçalves Aguiar, Sampaio Ferraz, Pompeu Sobrinho são alguns nomes que adquiriram notoriedade com suas discussões sobre o comportamento das manchas solares e dos ventos e seus efeitos sobre a pluviosidade nordestina.*

(3) OLINGER, Glauco. Extensão rural e sistema de convivência com a seca. Brasília, EMBRATER, 1982.

. Sistema de convivência com a seca para a pequena e média propriedade do Nordeste Semi-Árido. Brasília, EMBRATER, 1981.

(4) Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, proeminente figura da história do combate a seca, foi durante muitos anos Inspetor Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS). Deixou diversos trabalhos escritos, onde demonstrou profundos conhecimentos dos problemas do Semi-Árido. Um texto que resume suas idéias: O problema da seca. Rio de Janeiro, 1913. Este texto foi reeditado integrando a Coleção Mossoroense nº 134, sob o título: Memória, da Seca.

(5) BRASIL. Ministério do Interior. Plano integrado para o combate preventivo aos efeitos das secas do Nordeste. Brasília, 1973.

No conhecido texto de Philipe e Theofilo Guerra, Secca contra seccas, que relata dois séculos de tragédia dos agricultores nordestinos, isso ficou exemplarmente demonstrado[6]. A grande maioria das crises ocorria apenas em determinadas localidades, apesar de seus reflexos se estenderem por espaços maiores.

No Piauí, há casos de municípios que sofrem de forma notória estas irregularidades: enquanto que alguns agricultores têm a produção garantida, seus vizinhos, com as mesmas culturas e na mesma época, vêem suas plantações perdidas. Estes casos, na maioria das vezes, não se tornam conhecidos do público externo ao município devido ao interesse dos agricultores e das lideranças políticas locais na obtenção dos benefícios dos programas de emergência. Neste sentido, prefere-se apresentar o município todo em estado de calamidade, conforme foi esclarecido por uma mesa-redonda de técnicos, agricultores e líderes políticos que organizamos em São Miguel do Tapuio[7].

Há também o caso de anos em que a média pluviométrica é baixa, as chuvas e a produção se mantêm num nível razoável. Isso, em vista do fato de a distribuição das chuvas no tempo ter sido boa, favorecendo ao desenvolvimento das culturas. Em suma, o que ocorre no Nordeste, em termos de pluviosidade, é uma irregularidade muito acentuada. No geral, chove bastante, excetuados os anos realmente excepcionais em que a precipitação deixa realmente de ocorrer. Nesses anos, a precipitação em determinadas regiões pode não atingir, de fato, 30% da média anual. Mas estes casos constituem exceção. A distribuição das chuvas no espaço físico e no espaço de tempo é que, face às condições em que é praticada a atividade agrícola, causa a perda da produção e desencadeia o drama social.

A média pluviométrica do Nordeste seco é tecnicamente boa, atingindo mesmo além do necessário para o desenvolvimento das culturas tradicionais da região. A precipitação média anual, superior a 500mm para a quase totalidade do Nordeste, é bem melhor que a média de diversas regiões do globo, onde se pratica agricultura economicamente rentável e onde se desconhece calamidade da ordem das tragédias nordestinas. Os números da tabela a seguir, obtidos num dos estudos mais recentes e bastante conhecido ilustram a situação da pluviosidade nordestina.

TABELA Nº 01

NORDESTE - DISTRIBUIÇÃO NO ESPAÇO DAS PRECIPITAÇÕES MÉDIAS ANUAIS

PRECIPITAÇÕES MÉDIAS ANUAIS (mm)			% SOBRE A ÁREA TOTAL DO NORDESTE	
			Simples	Acumulado
>		1.000	31,39	31,89
750	a	1.000	19,53	51,42
500	a	750	36,95	88,37
250	a	500	11,38	99,75
<		250	0,25	100,00

FONTE: ANDRADE, Gilberto Osório de, Alguns aspectos do quadro rural do nordeste. Recife, SUDENE, D.P.E., 1977.

(6) GUERRA, Philipe. Secca contra seccas. 3ªed. s.l. ESAM, 1980. 313p. (Coleção Mossoroense, 29).

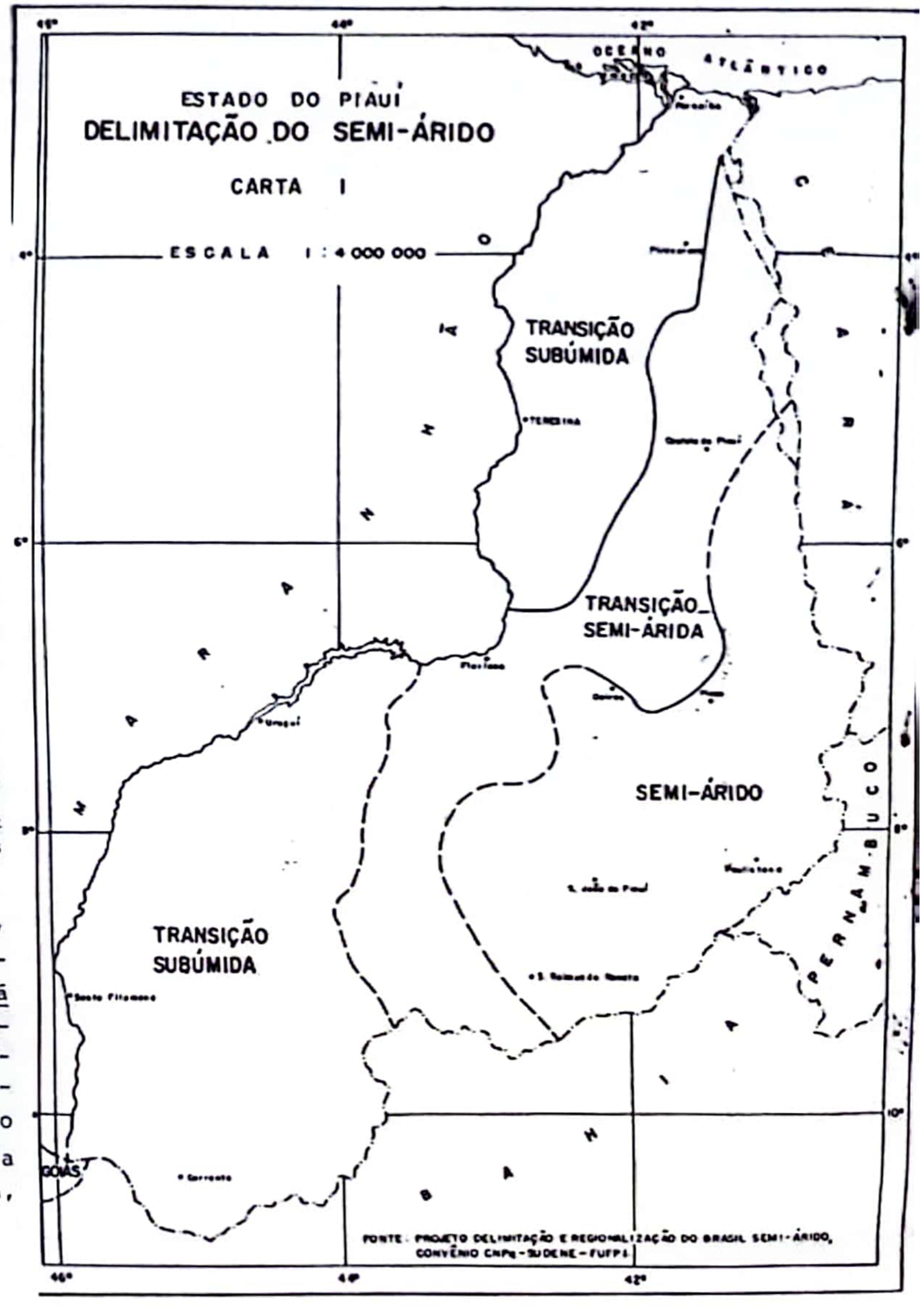
(7) Mesa-redonda organizada em São Miguel do Tapuio, na sede do Projeto Sertanejo, em 24.04.82; participantes: técnicos do Projeto Sertanejo, Banco do Brasil, EMATER, chefes políticos e pecuaristas.

Segundo esta fonte, apenas em 0,25% da Região se verifica uma precipitação inferior a 250mm anuais, enquanto há regiões agrícolas em diversos países onde as culturas se desenvolvem com precipitações de 100mm. Em mais da metade do território nordestino, a precipitação média anual varia entre 750 e 1.000mm, o que é um índice bastante satisfatório.

Cabe registrar que os estudos climatológicos disponíveis nem sempre oferecem os mesmos dados a respeito das precipitações da Região. Isto se deve, de um lado, às diferenças metodológicas na análise dos dados empíricos e, de outro, à relativa precariedade das fontes. Os especialistas reclamam não só da distribuição pouco densa dos pluviômetros como da inexistência de séries históricas mais amplas, capazes de melhorar o nível de probabilidade dos índices obtidos.

No que se refere ao território piauiense, os dados pluviométricos são muito mais favoráveis. Em cerca de 90% do território do Estado, a precipitação média anual é superior a 600mm. Numa considerável parcela do território, as precipitações atingem mais de 1.000mm anuais. O Estado, portanto, se distingue bastante do quadro nordestino. No mais recente estudo disponível para o caso piauiense (Projeto de Delimitação e Regionalização do Brasil Semi-Árido), convênio CNPq/SUDENE/FUFPI), isto fica bem demonstrado através da definição das zonas climatológicas do Piauí.

Na Carta nº 01, que reproduzimos deste estudo, elaborada sob a responsabilidade do engenheiro agrônomo Milcíades Gadelha de Lima, estão delimitados, ainda que em caráter preliminar, os três tipos climáticos definidos como semi-árido, transição semi-árida e transição subúmida. Podemos visualizar nesta carta que a zona caracterizada por baixas precipitações médias anuais situa-se no centro-oeste do Estado e, frente às zonas de transição, representa a parcela territorial menor. Em termos de precipitação pluviométrica,



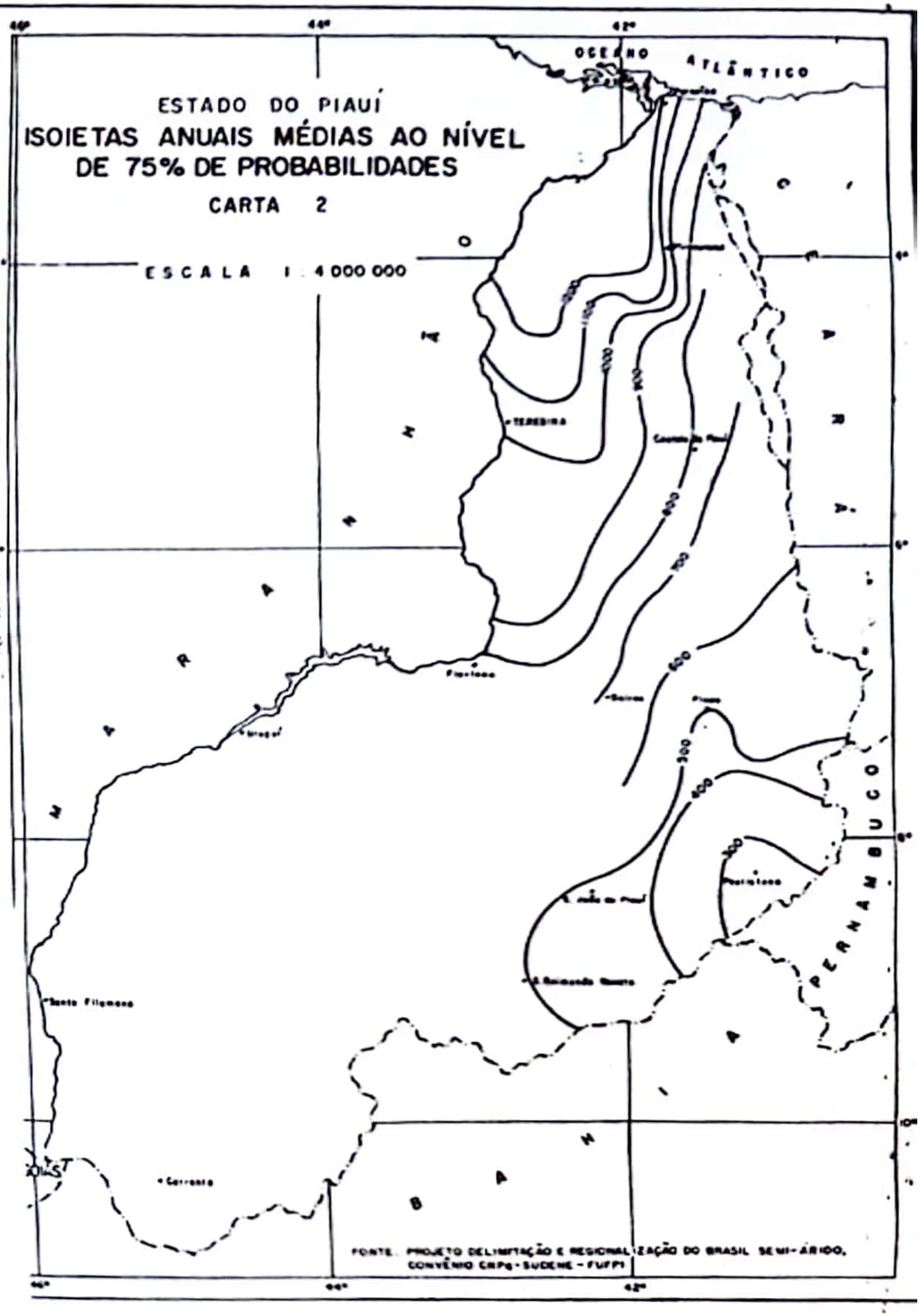
o estudo confirma a situação do Piauí como sendo um Estad
que se distancia climatologicamente de seus vizinhos do les
te, estando marcadamente na condição de zona transitória en
tre o semi-árido e a zona subúmida.

O melhor ilustrativo da falta de correspondên
cia mecânica entre a ausência de chuvas e o flagelo socia
não fica, entretanto, com a simples análise das linhas dema
catórias das precipitações pluviométricas. Nada mais contu
dente do que verificar, por exemplo, os casos concretos d
"seca" no território piauiense. Assim, podemos assinala
que, num dos municípios piauienses tradicionalmente flagela
dos pela "seca", Paulistana, situado na microrregião Alto
Piauí e Canindé, a estatística pluviométrica é da ordem d
670mm anuais. Ocorrem com freqüência no Estado casos d
produtores que perdem totalmente suas plantações mesmo e
área de pluviosidade bastante acentuada, com precipitaçõe
anuais superiores a 1.000mm (verificar isoietas da Cart
nº 02). Observamos *in loco* estes casos em municípios ao no
te de Teresina e, o que é mais chocante, com plantações loc
lizadas às margens do grande manancial de água perene, que
o rio Parnaíba.

ISOIETAS
DE 7

ndo um Estad
zinhos do les
ransitória en

correspondên
agelo socia
s linhas dema
da mais contu
concretos d
os assinala
mente flagela
região Alto
e da ordem d
do casos d
ões mesmo e
precipitaçõe
as da Cart
nicípios ao no
plantações loc
perene, que



Para todos os efeitos, a calamidade social nã
respeita índices pluviométricos. Em sua contínua expansão,
cia atinge hoje as históricas áreas de refúgio dos retiran-
tes cearenses, paraibanos, etc. Desde 1980, por duas crise
consecutivas, o Piauí teve todo o seu território declarad
em situação de emergência, sem exceção nem mesmo do munici-
pio de Teresina, capital do Estado. Até o Maranhão, cuj
território, há apenas três décadas, era apontado pelos técni
cos da SUDENE como área que deveria ser racionalmente ocupa-
da pelos trabalhadores flagelados; o Maranhão, recurso histó
rico para a área flagelada, teve 65 de seus 131 município
declarados em situação de emergência na seca de 1981-82. Na
da menos de 63,03% do território maranhense(*). A "seca"
chegou, com rapidez e desembaraço, à fronteira do Pará, sem
qualquer consideração para com a pluviosidade amazônica.
fato de, em 1983, 87% do território nordestino (1.126 munici
pios) viver situação de emergência revela, de uma vez por to
das, que a "seca" não é um problema do "semi-árido".

Não seria o caso de alongar esta exposição co
dados sobre o regime climático do Nordeste e do Piauí. Se
estes dados não são de domínio público, já estão bastante di
vulgados por numerosos relatórios técnicos(8). O que cumpre
enfatizar é o fato preciso, assinalado por diversos especia-
listas, inclusive pelos que chamam a "seca" de "fenômeno cli-
mático", de as precipitações serem plenamente capazes de ga-
rantir a produção agrícola da área flagelada.

[*]*No início do ano de 1985, (este trabalho estando no prelo) o gove
no do Maranhão decreta estado de emergência para todos os municípios,
exceção da capital. Nada mais eloqüente para demonstrar o ritmo frenéti
co da expansão da "seca": o mito da falta d'água como responsável pela
crises da produção é cada vez mais desmoralizado pela vida.*

[8] FUNDAÇÃO IBGE. *Geografia do Brasil; região Nordeste.* Rio de Janeiro,
1977. v. 2.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Planejamento da utilização d
recursos hídricos: Bacia do Parnaíba.* s.l. 1980. v. 2.

BRASIL. SUDENE. *Levantamento básico dos recursos naturais da bacia do ri
Parnaíba nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará.* Recife, 1975. v. 1 parte I.

O volume potencial de água no Nordeste chega
até a ser considerável: 700 bilhões de metros cúbicos anuais
de precipitação pluviometrica. A este volume devem ser acres
centados os recursos hídricos subterráneos que, na área do
sedimentar, são calculados em cerca de 250 trilhões de me-
tros cúbicos/ano e, na área do cristalino, variam entre 50 e
250 bilhões. Destes recursos subterráneos, o Piauí possui
uma parcela privilegiada, dada a sua formação sedimentar.

O quadro dos recursos, entretanto, não estaria
completo caso não acrescentássemos ainda as expressivas dis-
ponibilidades em águas superficiais, acumuladas artificial-
mente ou não. No que concerne ao armazenamento artificial,
é bastante conhecida a proeza: 20 bilhões de metros cúbicos
estão acumulados em 70.000 açudes dos mais variados portes.

Se o Piauí não foi muito beneficiado com a
construção de açudes, seu território não deixa de estar em
situação bem mais favorável que a região nordestina como um
todo em termos de recursos hídricos superficiais. Ao lado
de importantes lagoas, encontra-se uma extensa rede fluvial
que soma milhares de quilômetros, onde bilhões de metros cú-
bicos de água desaparecem na intensa evapotranspiração nor-
destina ou na cada vez mais desembaraçada corrida rumo ao
oceano. Ao contrário de outros Estados que vivem o "flagelo
da seca", o Piauí dispõe (ainda, porque o futuro ninguém sa-
be) de importantes rios permanentes.

A pertinente observação de Glauco Olinger —
não falta água no Nordeste — pode, de fato, ser reafirmada
com muito mais ênfase em relação ao Piauí. O drama não vem
do céu. A natureza oferece os recursos hídricos. A socieda
de, tal como está organizada, é que não permite aos agricul-
tores nordestinos tirar proveito.

A "seca" não sendo falta ou escassez de água,
restaria analisar mais detalhadamente a conclusão dos técni-
cos segundo a qual o centro do drama seria a irregularidade

das precipitações e, conseqüentemente, o descompasso em relação ao ciclo vegetativo das culturas.

Neste sentido, cabe, em primeira instância, observar que não há no mundo região agrícola imune de irregularidades climáticas. Uma elevada taxa de risco de perdas faz parte da própria natureza do trabalho agrícola, mais que em qualquer outra atividade econômica. Algumas das regiões agrícolas mais desenvolvidas do globo, situadas na zona temperada, inclusive no Brasil, vivem periodicamente grandes perdas sem que isto represente calamidades sociais da ordem conhecida no semi-árido nordestino. Perdas, parciais ou totais, na agricultura, fazem parte da rotina histórica de qualquer país ou região. Notadamente quando os mesmos têm a agricultura como atividade de destaque.

Esta rotina de perdas de produção agrícola não é peculiar às regiões áridas e muito menos às lavouras praticadas de forma rudimentar. A própria economia internacional, sempre na expectativa dos resultados das safras agrícolas, é o melhor exemplo disso: são freqüentes e "normais" as quedas bruscas de produção devido a contingências climáticas. As perdas podem ocorrer, e ocorrem de fato, no âmbito dos grandes produtores agrícolas mundiais, que são justamente os países que praticam as lavouras mais modernizadas. O que poderia ser peculiar ao Nordeste brasileiro - e a outras áreas do mundo de pauperismo acentuado - é o cataclisma social.

Diga-se de passagem, quando, no lugar das irregularidades das precipitações, ocorrem variações amplas e bruscas da temperatura, o que não é o caso em pauta, a situação das culturas é bem mais catastrófica, porque efetivamente incontornável.

Com efeito, não se conhecem ainda técnicas que possam evitar traumas nas plantações originadas pelas variações bruscas de temperatura. Contra o frio em dosagem elevada não há remédio. Nestes casos, até se poderia dizer que o drama vem do céu, com o deslocamento das massas frias. Mas, como o drama da lavoura não se converte em calamidade social, evita-se maiores injúrias aos santos, indo-se buscar, nas reservas precedentemente acumuladas ou nos subsídios governamentais postos à disposição, as provisões em gêneros ou espécie necessárias à sobrevivência nas épocas difíceis. No mais, é abrigar-se contra o frio, esperando a retomada da labuta.

O mesmo não acontece em relação à irregularidade ou escassez na oferta de água para o ciclo vegetativo das culturas. Neste caso, a fatalidade pode ser contornada, parcialmente ou totalmente, dependendo das circunstâncias climáticas. Há séculos, a sociedade desenvolveu técnicas plenamente capazes de enfrentar o problema. Guardar a água da chuva para, quando à mesma não chegar na época esperada, ter o que beber, dar para os animais e jogá-la ao pé da planta é coisa que já a Bíblia Sagrada relatava.

Para enfrentar a irregularidade das precipitações pluviométricas no Nordeste, não carece, entretanto, procurar os textos sagrados. Os meios técnicos são conhecidos, inclusive no próprio Nordeste. Na extensa lista de relatórios elaborados ao longo de mais de um século oferecendo soluções para o problema, estes meios são indicados de forma insistentemente monótona.

Em síntese, estas indicações são as seguintes:

- substituição/diversificação de culturas, com a opção pelas espécies mais resistentes às irregularidades do clima;

- diversificação das atividades econômicas, visando à diminuição da dependência da região à atividade agrícola;

- melhoria do nível tecnológico da produção, com vistas ao aumento da produtividade;

- reestruturação do sistema fundiário, objetivando o alargamento das áreas plantadas e a ampliação da oferta de trabalho;

- valorização dos produtos agrícolas, com a correção das tradicionais especulações comerciais;

- reorganização do espaço, com o deslocamento de população das áreas de maior concentração para áreas comprovadamente mais favoráveis;

- implantação de uma infra-estrutura de apoio à agricultura, incluindo desde a eletrificação, perenização de rios e construção de açudes até a abertura de estradas;

- implantação da irrigação artificial, levando a água disponível ao pé da planta.

Se abstrairmos as propostas de aplicação inconcebível ao atual quadro político brasileiro, como, por exemplo, a da reforma agrária radical, qualquer escritório técnico (local, nacional ou estrangeiro) ao qual fosse encomendado um plano de "combate aos efeitos da seca" não poderia fugir deste esquema geral.

Para o analista que estudou atentamente o longo repertório de pareceres, onde estas idéias se repetem até a exaustão, fica mais que evidente as limitações da decantada capacidade dos técnicos em produção de textos originais. O que fica evidenciado, na verdade, é o gosto pela monotonia. Os técnicos repetem, com maior ou menor riqueza de detalhes, esticando ou não um ou outro ponto do esquema, o que vem sendo dito no Brasil ao fio das décadas e praticado no mundo ao longo dos séculos[9].

[9] Um texto que oferece a medida exata desta observação é o relatório do Encontro Sobre Medidas de Combate aos Efeitos da Seca no Nordeste, organizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado da Paraíba e pelo Centro Nacional de Pesquisas do Algodão, em João Pessoa, 1980. Outro texto, mais recente ainda, igualmente representativo do arsenal de soluções anti-seca: COMISSÃO Estadual de Planejamento Agrícola do Ceará. Proposta para um programa permamente de combate preventivo aos efeitos da seca. Fortaleza, 1981. Observe-se neste trabalho que as "sugestões" são precedidas por uma análise bem elaborada ("Quadro Referencial"), que conseguiu incorporar, de forma brilhante, as idéias em voga sobre a crise da agricultura do Semi-árido.

Dos pontos anteriormente sintetizados, os que, à primeira vista, se relacionam mais especificamente com a falta d'água são os referentes à implantação da irrigação artificial, à opção pelas culturas mais resistentes às irregularidades das precipitações e, finalmente, à reorganização do espaço com o deslocamento de população. Do proposto e programado, seria incoerente dizer que nada foi executado. Alguma coisa tem sido feita. A oferta d'água foi efetivamente ampliada, recursos foram despendidos, como mostram os dados fornecidos na parte final deste trabalho. O que não pode ser confirmado, na verdade, é que o drama esteja sequer relativisado.

Há números que revelam, mais que quaisquer outros dados, do ponto de vista dos interessados maiores nestas medidas, os flagelados, não só a perpetuação mas também a expansão geográfica do flagelo. Na "seca de 1958", 500 mil trabalhadores foram alistados, por mês, nas frentes de serviço: em 1970, 400 mil; em 1976, 280 mil; em 1979, 432 mil; em 1980, 710 mil; em 1981, 1.169 mil; em 1982, 700 mil.[10] Este ano, segundo o Ministro do Interior, foram assistidos, no mês de julho, 1 milhão e 300 mil trabalhadores rurais, distribuídos em 1.126 municípios (número que representa não menos de 87% do Nordeste).

A estes números devem ser ainda acrescentados os dos contingentes que seguiram rumo às grandes cidades e às matas úmidas do Norte. Além dos que permaneceram, pagando elevado ônus em seus locais de moradia, sem conseguir vaga no alistamento.

[10] Dados fornecidos pela SUDENE.

Passados 106 anos de "grande seca" que, segundo consta, vitimou meio milhão de pessoas só no Ceará; decorridos 74 anos da criação do DNOCS; 31 anos da criação do Banco do Nordeste do Brasil e 24 anos da implantação da SUDENE, os jornais continuam a oferecer como manchete a cena de retirantes famintos a comer raízes e lagartós.

Rejeitando-se a hipótese da perseguição celeste, caberia afirmar que as "políticas anti-seca" propostas estariam erradas? A falha teria sido no âmbito da administração das mesmas? As realizações teriam sido insuficientes?

Conforme salientamos na Introdução, estas questões sempre foram colocadas em todos os estudos sobre o tema. Preferimos não repeti-las, mas colocar outras que, ao nosso ver, as antecedem. Como, por exemplo: quais as razões para o fato de este tipo de agricultura sobrexistir ao longo dos séculos malgrado a "rejeição" manifesta do clima? Quais as razões que explicam o fato de esta agricultura não reduzir ou controlar sua taxa de risco? Por que, contrariando a natureza do trabalho humano, a técnica não subverteu as condições adversas?

São perguntas que apenas a reflexão em torno do fenômeno poderá responder. Daí a tentativa de abordá-la a partir de sua gênese e expansão.

3. O DRAMA VINHA DE FORA

Para o Piauí, a "seca" é novidade. Durante a maior parte de seus três séculos de história, a agricultura piauiense não registrou calamidades sociais de monta devido a perdas de produção agrícola. /Ao contrário de seus vizinhos do leste, o Piauí não teve uma história colonial marcada por catástrofes desta natureza.

A primeira grande crise de que se tem notícia, é a de 1877, quase às vésperas da Proclamação da República. Antes disso, os documentos lembram apenas os "maus invernos", inquietantes apenas pelo fato de repercutirem nas condições do pasto natural. O gado sofria, porém sem maiores conseqüências.

Os dramas sociais relacionados com o clima que constam da história piauiense até 1877 foram, sem exceção, devido à chegada de imigrantes, sobretudo cearenses. Vagas de famintos de outros Estados adentravam o território piauiense em busca de refúgio, alimentando as crônicas das tragédias locais. Mesmo após 1877, e ainda por um longo tempo, o Piauí viria a desempenhar um notável papel de anteparo às periódicas perturbações da economia de seus vizinhos, atuando sempre no sentido de preservação da mão-de-obra ameaçada. Os problemas clássicos da "seca nordestina" surgiam então, no Piauí, não devido a fatores internos, mas sim em razão dos retirantes de outros Estados. Para todos os efeitos, o drama vinha de fora. Apesar de estes fatos não serem totalmente desconhecidos - há registros abundantes, dos quais fazemos questão de dar uma mostra nos parágrafos seguintes -, não consta terem sido até agora considerados em toda a sua amplitude e profundidade pela literatura disponível.

No que concerne às implicações econômicas, este papel exercido pelo Piauí na "seca nordestina" teve um peso histórico extraordinário. Suas conseqüências ainda hoje

são profundamente sentidas, posto que conformaram situações determinantes dentro das fronteiras do Estado. Poderíamos dizer que, nas crises das "secas", surgia com toda nitidez a posição piauiense dentro da especialização regional do trabalho. E tratou-se, obviamente, de uma posição subordinada: o trabalho local pagou, de forma acentuadamente pesada, pela recuperação dos desastres de seus vizinhos.

Conviria apelar aos fatos históricos para formar uma idéia mais objetiva do processo em questão, o que pode ser feito com o auxílio de exemplares selecionados da documentação consultada.

Ao noticiar a "seca" antes do flagelo de 1877, os cronistas faziam sempre referências ao fato de a mesma ter sido originada no Ceará ou na Paraíba, estendendo-se posteriormente "até o Piauí e o Maranhão". Subjacente aos textos, percebe-se claramente a idéia de que havia um "pólo irradiador" dos efeitos da crise: as dificuldades de uma área determinada espraiavam-se nas circunvizinhanças; a população em dificuldades deslocava-se levando consigo fome e perturbações gerais. Baseado nestes relatos, Pereira da Costa escrevia, no final do século passado, uma nota a respeito dos acontecimentos de 1792 no Piauí, que oferece muito bem uma idéia da "seca" local no período do Brasil-Colônia.

> *"1792 - Neste ano lavrou no Piauí uma grande seca, que causou imensos prejuízos à lavoura e à criação de gado, e após, por três longos anos, foi seguida de grandes inundações, cujos danos foram consideráveis. Esta calamidade da seca, que começou no Ceará, em 1971 se estendeu até Pernambuco, e a cujos horrores fugiu a população dos centros de lavoura e criação, abandonando os seus lares e fazendas. Foi, contudo, menos terrível no Piauí e no Maranhão, para onde se refugiou toda aquela população, principalmente a indígena, acudindo o Piauí a essa calamidade, rompendo mesmo pelos sertões desertos e indo levar carne aos portos do mar, onde as reputou muito bem, e vindo-se depois daquelas capitanias buscar a esta crias e vacas para as povoarem de novo"[1].*

[1]COSTA, F.A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro, Artenova, 1974. p.195.

Podemos dizer que a economia rural do interior cearense, baseada no consórcio das atividades de criação e pequena lavoura para o autoconsumo, firmou-se no Ceará pelo menos um século antes de se generalizar pelo espaço piauiense. A "seca" cearense definiu seus traços no final do século XVIII e, no Piauí, isso viria a ocorrer no final do século XIX - início do século XX. É inclusive no crepúsculo do século XVIII que o Piauí surge, para o Ceará, como o grande reservatório de gado para a recuperação dos rebanhos perdidos durante as crises.

Um observador da época, atento à situação econômica cearense, assinalava que em razão da

> *"fatalidade das secas, que repetidas vezes destroem inteiramente as fazendas de gados, como sucedeu em 1790, em que houve precisão de tornar a povoá-las de novo, trazendo para eles gados dos sertões do Piauí, onde rarissimamente sucede haverem secas semelhantes"[3].*

Durante o século passado, antes da crise de 1877, estes fatos se repetiram pelo menos três vezes, em 1825, 1845 e 1860. Flagelados cearenses, paraibanos, pernambucanos e baianos, "acossados por terríveis secas", procuravam as terras piauienses. A fome, as epidemias, a mortandade, saques e banditismo acompanhavam os retirantes. A "seca piauiense", indiscutivelmente, nessa época, não passava de uma crise transplantada. Suas causas eram puramente exógenas ou, mais corretamente, emergiam das ligações que a Capitania mantinha com seus vizinhos orientais. Não havia "ingratidão do clima" no Piauí. A pecuária desenvolvia-se normalmente, marcando com firmeza sua presença na economia da Região. A população piauiense não padecia fome. Não há relatos de categorias sociais vivendo na "miséria" e, nessa época, o conceito de "pobreza" não poderia de nenhuma forma ser aplicado,

[3]VILHENA, Luiz dos Santos. *Cartas de Vilhena*. Salvador, Imprensa Oficial, 1922. v.2, p.91.

Nas palavras de Pereira da Costa, os "horrores" dos quais a "população fugia" ocorriam precisamente nos "centros de lavoura e criação", ou seja, nas áreas onde a atividade econômica típica do interior nordestino havia se firmado durante o período colonial. A exploração econômica das terras do interior com a criação extensiva de gado e, paralelamente, a expansão da "agricultura de subsistência" é que ensejavam, de fato, a ocorrência das tragédias sociais. Estas aumentavam sua intensidade na medida do crescimento demográfico dos "centros de lavoura e criação".

A idéia de que a crise se expandiu com a consolidação do tipo de exploração econômica no Nordeste fica mais clara ainda se considerarmos a história cearense. Observando o desenvolvimento histórico da pecuária no Ceará, podemos afirmar que, em seus primórdios, a situação desta Capitania guardava, em alguns aspectos, semelhança com a pecuária piauiense do século XIX. Até à ocorrência das grandes crises do final do século XVIII, a criação de gado no Ceará progredia com certa desenvoltura, alimentando um movimentado comércio litorâneo de carne seca e couro. A zona do Acaraú, mais próxima da fronteira piauiense, chegava a ser considerada, em alguns registros, como a mais próspera e rica da Capitania, em virtude do desenvolvimento de sua pecuária. A "seca", nesta época, como no Piauí do século XIX, não ia além de períodos difíceis, sem maiores tragédias. Conforme a observação de um historiador:

> *"Só depois que os rebanhos crescerem e os núcleos de população branca aumentarem é que surgem as primeiras notícias mais circunstanciadas sobre as secas e suas conseqüências"* (2).

Estas "notícias mais circunstanciadas" da "seca" no Ceará aparecem efetivamente nas três últimas décadas do século XVIII, sobretudo nas grandes crises de 1771 e 1792.

(2) ALVES, Joaquim. Op. cit., p. 28-29.

No Piauí: a inexistência de renda monetária para os trabalhadores coexistia com as boas possibilidades de sobrevivência da população.

Quanto à "seca" de 1877, esta ficou imerecidamente na história como sendo um flagelo tanto nordestino quanto piauiense (4). Uma análise mais acurada da documentação da época revela, entretanto, que, também em 1877, o drama veio de fora, no rastro das trágicas migrações.

O fluxo de vítimas, sobretudo cearenses, foi intenso e contínuo, durante quase 3 anos. A população piauiense, na época, era de pouco mais de 200.000 pessoas, representando apenas cerca de 4% da população nordestina. A densidade demográfica era mínima, menos de 1 habitante p/km², e, excetuadas as cidades de Teresina, Parnaíba e Oeiras, os "centros urbanos" do Piauí não passavam de pequenos amontoados de habitações. Excepcionalmente contavam 500 casas. Nestas condições, a chegada, de forma súbita, de dezenas de milhares de pessoas famintas, esfarrapadas e doentes em busca de alimentos e de pouso, tornava-se um problema de dimensões catastróficas.

A população piauiense vivia basicamente da criação de gado; praticava a agricultura de forma bastante secundária. O recurso à caça, às frutas, ao mel silvestre e à pesca completava as necessidades alimentares (5). Havia facilidade para alimentar a população, mas, naturalmente, pouca

(4) *Para os que não têm presente este fato histórico: a "seca" de 1877 foi a maior calamidade da história do Nordeste brasileiro. Durou cerca de 3 anos e, segundo a maioria dos autores, vitimou mais de meio milhão de pessoas, o dobro da população do Piauí na época. As estatísticas fantasmagóricas: mortes devido a fome - 150.000; mortes devido a intoxicação alimentar (plantas venenosas) - 180.000; mortes devido a "febres", varíola e outras doenças - 180.000. O imperador Pedro II causou sensação na época, declarando que venderia até o último brilhante de sua coroa para que nenhum nordestino morresse de fome. Ainda hoje sua imagem é a de um homem bom e piedoso, apesar de a coroa continuar intacta, em exposição no Museu Imperial de Petrópolis.*

(5) MARTINS, Agenor de Sousa et alii. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina, Fundação CEPRO, 1979, parte II (a proposta das condições de vida da sociedade piauiense na época).

disponibilidade em alimentos frente ao grande número de adventícios.

Sem estes, provavelmente, a "seca" de 1877 no Piauí teria igualmente ficado na história apenas como mais um período de dificuldades devido a um "mau inverno" e ao pasto minguado. Somente algumas áreas do leste, como os municípios de Independência e Crateús (antiga Príncipe Imperial), que desde o final do século pertencem ao mapa político do Ceará, e algumas localidades da zona de Jaicós, teriam realmente vivido o flagelo devido a transtornos próprios de suas economias. Ao discursar no Senado em 28.07.1877, o representante do Piauí, João Lustosa da Cunha Paranaguá, dava informações neste sentido:

> *"(...) a seca também se estende à Província do Piauí, principalmente nos municípios de Príncipe Imperial, Independência, Jaicós e outros que se ligam com as Províncias mais acossadas por este flagelo"(6).*

É extremamente difícil estimar com precisão o número de flagelados que vieram ao Piauí durante esta crise. Os registros estatísticos dizem respeito a áreas localizadas e a momentos precisos, enquanto que o afluxo de população ocorreu durante anos e estendeu-se por todo o Estado. / Grande parte dos que vinham ao Piauí se dirigiam, na verdade, ao Maranhão, Pará e Amazonas. Detinham-se em localidades piauienses apenas o tempo necessário para refazer as forças, descansando da longa caminhada e buscando alimentação. Um contingente importante restava sem poder prosseguir viagem, dada

(6) Discurso publicado na íntegra pelo jornal A Imprensa, Teresina, 31.07.1877. A documentação consultada permite determinar com razoável segurança as áreas realmente afetadas do Piauí. São inúmeras as observações como esta, do jornal A Imprensa, 07.07.1877: "Este lamentável fenômeno, que traz como conseqüência a aflição do povo, o desaparecimento dos recursos, a deslocação da população, a miséria quase geral e, por fim, a morte pela fome, apareceu infelizmente em 3 províncias do Império: Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Ceará e parte desta (Piauí), onde atualmente dá-nos sérios cuidados, entre outras, as comarcas de Príncipe Imperial e Jaicós".

a' den
chec
ati
os
era

te d
bro d
causa
adven

umero de ad-

de 1877 no
como mais
erno" e ao
como os mu-
ncipe Impe-
mapa políti-
aicós, teriam
próprios de
.1877, o re-
anaguá, dava

Província do
os de Princi
e outros que
ssadas por

precisão o
esta crise.
localizadas
população
tado. / Gran-
verdade, ao
idades piaui
forças, des-
ão. Um con-
viagem, dada

a, Teresina,
com razoável se
s as observa-
entável fenô-
parecimento
geral e, por
ias do Impê-
parte desta
iras, as comar

a debilidade física provocada pela fome e moléstias. Muitos chegavam apenas para morrer em território piauiense. Uma das atividades mais importantes dos serviços de socorro, segundo os relatórios que os mesmos enviavam ao Governo Provincial, era a improvisação de cemitérios.

Um comunicado de São João do Piauí ao Presidente da Província, ainda no primeiro ano da tragédia, em novembro de 1877, ilustra de forma contundente as dificuldades causadas pela imigração, bem como informa a composição dos adventícios:

> *"Aumentando consideravelmente o número da pobreza desvalida que, afluído nestes últimos tempos para esta Vila pela corrente de emigração que não tem cessado de engrossar dia a dia, cumpre-nos trazer ao conhecimento de V. Exa. o quadro estatístico infra da população que até este momento se acha arrolada e que mais ou menos tem sido socorrida por esta Comissão. Delê verá V. Exa. o estado aflitivo e desesperado em que nos achamos por causa da extrema escassez de víveres do lugar e da imensa dificuldade que encontramos por causa da seca transportá-los de 50 a 70 léguas, aonde unicamente os há./*
>
> *Sobre o número de pessoas arroladas há 896, distribuídas de maneira seguinte: em relação ao sexo são: homens, 427; mulheres, 469. Em relação ao estado civil são: casados, 218; solteiros, 639; viúvos, 48. Em relação à idade são: de 1 mês a 10 anos, 383; de 11 a 20 anos, 205; de 21 a 40 anos, 201; de 41 acima, 107. Em relação à naturalidade são: do Piauí, 489; de Pernambuco, 205; do Ceará, 180; da Paraíba, 12; da Bahia, 7; de Alagoas, 2; de Sergipe 1; do Rio Grande do Norte, 1; do Maranhão 1; da África, 2.*
>
> *Toda esta população, porém, à exceção de cerca de um quinto, que é deste mesmo município, é efetivamente emigrante do Ceará, Pernambuco e do município de Jaicós, desta Província.*
>
> *(...)os recursos de que temos disposto até agora têm sido e são mais que muito insuficientes, e não há para quem apelar se não para V. Exa.(...).*
> *(...)Distante daqui apenas 50 léguas ainda se encontram gêneros alimentícios em abundância, mas faltam-nos meios de fazê-los transportar*

para esta Vila(...)/(...)contudo não tem havido ainda nenhum caso fatal"(7).

Ressaltamos: trata-se de um documento do início da crise e dá conta apenas da população que se refugiava no "núcleo urbano" de São João do Piauí, uma das localidades menos procuradas. Os retirantes de passagem, aqueles que demoravam apenas o necessário para um descanso, não constam deste relatório.

Levando em conta que a população residente na Vila, na melhor das hipóteses, chegava a 2.500 habitantes, podemos concluir que, na verdade, era relativamente boa a capacidade do município em termos de reservas alimentícias. Cabe destacar ainda a observação feita ao Presidente da Província segundo a qual havia, a uma certa distância, "gêneros alimentícios em abundância" e que o grande problema consistia nas precárias condições de transporte.

Há relatos semelhantes, sempre dando conta da tragédia que representava a chegada de retirantes e pedindo recursos ao Governo Provincial para diversos municípios. Uma correspondência de Oeiras, publicada num jornal da capital, informava:

> "Existem atualmente, nesta cidade e pelos subúrbios, para mais de três mil emigrantes; e segundo fonte fidedigna, muito maior é o número deles que ainda veem em caminho, lutando com toda sorte de dificuldades e privações para chegarem ao termo de sua longa e penosa viagem. É doloroso ver-se o estado em que aqui chegam, pela maior parte quase nus e famintos!"(8).

Ainda em outubro de 1877, uma correspondência da "Comissão de Socorro" de Piracuruca dava notícia do mesmo teor, ressaltando o fato de que os gêneros escasseavam em face da onda de retirantes cearenses:

(7)Carta da Comissão de Socorros de São João do Piauí ao Presidente da Província, João Pedro Belfort Vieira, 22.12.1877. Casa Anísio Brito, documento sem classificação.

(8)"A Respeito da Seca". A Imprensa, Teresina, 14 de agosto de 1877.

> "É doloroso, Exmo. Sr. (Presidente da Província), o estado a que se acha reduzido este termo para onde tem emigrado grande parte da população da Província vizinha - do Ceará - à procura de recursos que a ponha ao abrigo de assustadora miséria e o que mais é de parecer à fome. Os recursos aqui escasseiam todos os dias e brevemente faltarão de todo, porque a seca também já vai fazendo sentir aqui os seus terríveis efeitos.(...)Não exageremos afirmando que por aqui tem transitado mais de três mil pessoas, a todas as quais tem a Comissão fornecido víveres e vestuário às mais necessitadas que se apresentam em completo estado de nudez.
>
> (...)Os gêneros escasseiam também consideravel: não há meios fáceis de obtê-los em outros lugares, o transporte é difícil e todo feito em animais, que atualmente nem mesmo resistem ao peso de uma carga maneira.(...). Não há exagero na narração que vimos de fazer e bem desbotadas são as tintas com que pintamos a V.Exa. o quadro horroroso das misérias que por aqui vai: lance V. Exa. suas vistas compassivas por esta localidade - uma das portas por onde entram para esta Província os emigrantes do Ceará"(9).

Na mesma situação de São João do Piauí, Oeiras e Piracuruca, municípios que guardavam grande distância geográfica entre si, estavam também Barras, Batalha, Piripiri, Campo Maior, Pedro II, União, Valença, Jaicós, São Raimundo Nonato e Amarante. Pelo menos destes municípios dispomos de documentação abundante. Suas localizações permitem deduzir que todo o território piauiense ocupado na época vivia situação idêntica. Apenas a intensidade do afluxo de famintos variava de uma área para outra.

A situação em Parnaíba e Teresina diferia especialmente em função do dinamismo do tráfego: o Governo providenciava com mais urgência e eficácia as condições necessárias para que os flagelados prosseguissem viagem rumo ao

(9)Correspondência da Comissão de Socorros de Piracuruca para o Presidente da Província Augusto da Cunha Castelo Branco, 03.08.1877. Casa Anísio Brito, documento sem classificação.

Maranhão./ Evitavam, assim, os sérios riscos de grandes aglomerações de famintos. Desta forma, as duas cidades mais importantes do Estado tornaram-se "última parada" em território piauiense da corrente migratória./ Suas ruas e praças foram tomadas por milhares de famintos perambulando em busca de esmolas. Diante do número de vítimas, os abrigos e enfermarias organizados pelo Governo e pela Igreja, na pessoa de Frei Serafim de Catânia, eram altamente insuficientes.

A documentação disponível revela que, durante o ano de 1877, houve produção agrícola no Piauí suficiente para alimentar a população local e ainda remediar a situação das hostes famintas./ Do contrário, o número de vítimas fatais da "seca" de 1877 teria sido muito superior. Ainda nos meses de outubro e novembro, são freqüentes as informações das "Comissões de Socorros" segundo as quais os "gêneros escasseavam", os preços eram "elevadíssimos", mas havia sempre referência sobre possibilidades de obtê-los em localidades mais ou menos próximas. As dificuldades de compra de gêneros eram devidas à grande especulação, à escassez de recursos e aos problemas de transporte.

Estas dificuldades cresciam à medida que se aproximava o final do ano e não diminuía o fluxo de retirantes cearenses. As áreas do interior piauiense que ainda dispunham de reservas em gêneros ficavam cada vez mais distantes. A "pobreza" local era representada pelos não-proprietários, que passavam então a assemelhar-se, num contingente crescente, aos adventícios. A escassez de alimentos atingia a todos. Piauienses tornavam-se também, devido à imigração, "vítimas da seca".

Em dezembro de 1877, as autoridades de Amarante, situada às margens do rio Parnaíba e, na época, uma das mais dinâmicas áreas da lavoura do Piauí, pediam aflitas ao Governo Provincial recursos para 4.000 flagelados que se concentravam na pequena cidade e em seus arredores:

"Hoje, a única esperança que resta aos habitantes desta localidade acerca de mantimentos, é a vinda do alto sertão desses gêneros em balsas pelo rio Parnaíba (...) já não é somente os emigrantes que sofrem, e sim também a pobreza da terra pela falta de gêneros e subseqüente elevação de preços. Precisa-se também de fazendas para vestir-se aos nus...(...)"(10).

O grande número de mortos tinha como causa principal o estado de debilidade orgânica dos flagelados depois de longas caminhadas, que podiam se estender durante meses. Quanto às epidemias que grassavam na ocasião, ocorriam sobretudo nos municípios localizados mais a oeste, na área de maior precipitação pluviométrica. As chuvas, que não deixaram de ocorrer nestes municípios, acentuavam as precárias condições de salubridade. /Ironicamente, a água caída do céu deu o golpe de graça a milhares de debilitados organismos.

Dois tipos de dados poderiam oferecer uma idéia precisa das perturbações na produção agropecuária piauiense durante os anos da crise, isto é, 1877, 1878 e 1879: os números referentes à receita do Estado e às estatísticas da produção.

Como sabemos, a receita do Estado, na época, era composta basicamente dos tributos recolhidos aos produtores rurais. Exprimiriam, pois, fielmente os transtornos sofridos pela produção. Entretanto, os dados oferecidos pela receita, recolhidos nos relatórios dos Presidentes da Província, não se prestam facilmente a manipulação em virtude da falta de seqüência histórica razoável, de muitas omissões e dificuldades naturais em operar com valores reais. Junte-se a isto o fato de, a partir de 1877, a receita sofrer variações importantes em sua composição, seja devido à entrada extraordinária de recursos provenientes do Governo Imperial seja por causa da contração brusca das

(10) Correspondência da "Comissão de Socorros" de Amarante para o Presidente da Província, Barão de Campo Maior, Augusto da Cunha Castelo Branco, 03.12.1877. Casa Anísio Brito, documento sem classificação.

arrecadações, motivada pela atitude governamental de "compensar" grandes produtores e o comércio em razão de suas posturas assistencialistas. Estas dificuldades tornaram impossível; no quadro deste trabalho, uma análise mais sistemática desta fonte de informação sobre a crise da agricultura.

No que concerne às estatísticas da produção, extremamente raras e pouco precisas durante toda a história da agricultura piauiense, encontramos dados que, considerados com a devida precaução, podem ilustrar bem nossa afirmativa de que a "seca de 1877", no Piauí não teria sido fundamentalmente causada por transtornos vividos pela produção.

Trata-se de um quadro estatístico da "indústria pastoril" publicado num relatório oficial. Nesta fonte, obtivemos os seguintes números sobre a produção de bezerros:

PIAUÍ

MUN

Amparo
Dores
União
Barras
Batalh
Piracu
Buriti
Parnaí
Campo
Pedro
Castelo
Valença
Picos
Jaicós
Oeiras
São Jo
São Rd
Santa
Corren
Parnag
Bom Je
Jerume
Floria
Amaran
Regene
Piripi
José d
Alto L

T O

FONTE:

de "compen
suas postu-
am impossí-
sistemática
ultura.

da produção,
a história
considera-
nossa afirma-
sido funda-
produção.

a "indústria
a fonte, ob-
bezerros:

TABELA Nº 2

PIAUÍ: PRODUÇÃO DE BEZERROS SEGUNDO OS MUNICÍPIOS-1874/79

MUNICÍPIOS	1874/75	1875/76	1876/77	1877/78	1878/79
Amparo (The)	917	628	630	548	503
Dores (The)	2.965	2.234	2.233	1.784	1.522
União	1.058	981	1.032	817	807
Barras	4.266	3.245	3.261	3.897	3.978
Batalha	2.265	2.409	2.409	1.986	1.986
Piracuruca	3.936	3.921	3.964	3.144	3.335
Buriti dos Lopes	3.101	3.336	3.489	2.130	2.288
Parnaíba	1.714	1.860	1.888	1.016	1.059
Campo Maior	6.492	6.079	6.170	4.413	3.201
Pedro II	2.293	2.190	2.213	1.382	1.264
Castelo do Piauí	6.959	3.013	2.764	2.713	2.749
Valença	8.319	8.210	8.244	4.100	3.526
Picos	3.177	3.482	3.505	1.136	1.037
Jaicós	18.192	7.301	7.246	7.017	4.286
Oeiras	12.777	11.612	11.608	9.155	7.207
São João do Piauí	3.426	3.298	3.552	2.613	2.687
São Rdo. Nonato	5.958	5.027	3.217	3.042	3.141
Santa Filomena	2.597	2.448	2.410	2.015	1.979
Corrente	1.679	1.868	1.870	1.500	1.495
Parnaguá	2.951	3.134	3.114	2.932	2.929
Bom Jesus	1.233	992	748	976	1.019
Jerumenha	4.593	3.755	4.087	4.341	4.261
Floriano	3.935	3.437	3.692	3.105	3.152
Amarante	2.697	2.446	2.449	2.378	2.306
Regeneração	2.102	1.932	1.936	1.536	1.512
Piripiri	1.151	832	879	747	785
José de Freitas	934	913	934	956	749
Alto Longá	1.833	2.766	2.850	2.205	2.026
T O T A L	113.545	93.349	92.394	70.584	66.989

FONTE: Relatório do Presidente da Província, Sinval Odorico de Moura, Teresina, 31/12/1881.

A primeira indicação relevante deste quadro é o fato de a produção de bezerros ter sofrido uma queda significativa antes da crise: de 113.545 para 93.349 entre os anos de 1874 e 1876. As razões disso não serão discutidas aqui, mas cumpre assinalar que, nos relatórios oficiais, não consta ter essa queda sido motivada por problemas climáticos.

Já em 1877, em pleno fragor da "grande seca", a produção se mantém praticamente estável, registrando-se apenas uma leve queda de 93.349 em 1875/1876 para 92.349 em 1876/1877. A maioria dos municípios, na verdade, teve seu rebanho levemente acrescido. Nesta relação, apenas Jaicós apresentou uma perda significativa em sua produção.

Para os anos seguintes, o quadro muda de figura, com a queda de produção se acentuando e o rebanho diminuindo em números absolutos. Porém, muito longe do que seria de se esperar, em se tratando da maior "seca" da história nordestina; da "seca" que aniquilou quase completamente os rebanhos de outros Estados. De 92.349 bezerros em 1877, a produção caiu para 70.584 em 1878 e, no ano seguinte, para 66.989.

Levando em conta o abate extraordinário de reses para alimentação de uma população subitamente duplicada ou triplicada (abate realizado tanto pelos proprietários interessados em aproveitar o extraordinário aumento de preços quanto pelos retirantes desesperados que chegaram a praticar o saque), podemos concluir que as perdas causadas objetivamente pela sede ou falta de pasto foram irrisórias. Estas conclusões, aliás, concordam com a ausência, na documentação, de referências maiores à perda de gado devido à "seca". E, corroboram a afirmativa de que a crise de 1877 no Piauí foi, também, uma crise motivada pelos problemas dos Estados vizinhos. O Piauí pagava, desta forma, um elevado preço por suas ligações econômicas notadamente com o Ceará.

Após a crise de 1877, a agricultura piauiense passou 38 anos sem vivenciar dramas catastróficos. Os

registros indicam apenas anos de dificuldades em um ou outro ponto do território, que não deixaram de gerar quedas na receita do Estado. Não obstante, nesse período, o semi-árido nordestino assistiria a outras calamidades, em particular o interior cearense. A "seca" de 1900, acompanhada de grandes estiagens em 1902 e 1903, provocou mortes e migrações dos trabalhadores desse Estado. Mas, fugindo à tradição, os trabalhadores cearenses não demandaram em massa as terras piauienses.

Dois fatores podem explicar o fato. Em primeiro lugar, o grande esforço realizado pelas elites cearenses no sentido de "reter o homem à terra" (a expressão "fixar o homem à terra" se generalizou apenas em período mais recente). Não havia passado ainda os efeitos brutais da perda de mão-de-obra ocorrida em 1877 no Ceará, e a falta de braços era grandemente reclamada pelos proprietários locais. Para a economia cearense tornou-se de vital importância deter o deslocamento da população. Os proprietários cearenses tomaram a iniciativa, saindo a campo em busca de verbas. As imagens de 1877 eram ainda muito vivas, o que sem dúvida favoreceu os pleitos da elite cearense. Foram obtidos recursos do Governo Federal para a abertura de frentes de trabalho e o Governo Estadual se empenhou ao máximo no sentido de conter a corrente migratória. Ajunte-se a isso o fato de a situação financeira viver um de seus momentos menos instáveis, do ponto de vista da disponibilidade de recursos, em virtude da exportação da borracha.

Em segundo lugar, pela primeira vez na história das migrações, o contingente de flagelados cearenses que não foi retido no Estado, foi conduzido de forma "racional": os governos da Amazônia, região que vivia o grande momento da extração da borracha vegetal, interessaram-se em canalizar a mão-de-obra flagelada do Ceará. O Governo Federal liberou créditos específicos para a alocação dos retirantes na Amazônia, aliás, sob protestos [illegible] das elites

cearenses[11]. Dezenas de milhares de flagelados embarcaram rumo à Amazônia, sendo o território piauiense poupado. Na Amazônia, uma nova saga esperaria os cearenses: grande parte dos retirantes sucumbiram sob os efeitos violentos das doenças tropicais. Assim, em 1900 o Piauí deixou de ser o teatro de mais uma importante "seca". Em outras palavras, deixou de ser o território eleito para vivenciar os efeitos das crises de seus vizinhos. Este papel, entretanto, viria a ser desempenhado novamente nas "secas" nordestinas da primeira metade do século atual, mesmo que com intensidade decrescente.

[11] POMPEU Sobrinho, Thomaz. "História das secas" (século XX). In:-. Introdução a Joaquim Alves. Fortaleza, Ed. A. Batista Fontenele, 1953. (Coleção Instituto do Ceará).

4. A "SECA" PASSA A SER PIAUIENSE

Em 1915, volta o Piauí a ser palco de grandes tragédias. Mais uma vez a crise é, em grande parte, conseqüência nítida das perturbações da economia cearense, que, em seus aspectos sinistros, foi comparável à catástrofe de 1877. Mas as circunstâncias históricas já haviam sofrido significativas mudanças. Nem o Ceará nem o Piauí eram os mesmos durante essa crise que Rachel de Queiroz popularizaria para as gerações posteriores através de seu famoso romance de estréia.

Diversos fatores contribuíram para a profundidade e extensão da crise de 1915 no Ceará. A pecuária extensiva cearense tinha acentuado sua decadência. De uma forma geral, em toda a região semi-árida havia se firmado o consórcio entre a criação extensiva e a exploração do algodão, o que exigiu uma crescente utilização de força de trabalho no campo. A manutenção desta força de trabalho, por sua vez, dependia esssencialmente da pequena lavoura. O desenvolvimento dos aglomerados populacionais contribuía para uma dependência cada vez mais intensa dos produtos da lavoura. No Ceará, os anos imediatamente anteriores a 1915 haviam sido difíceis para a agricultura devido ao comportamento das chuvas, prejudicando a estocagem de gêneros. Os problemas na produção tinham sido ainda seriamente agravados pela luta armada entre grupos oligárquicos locais, que contestavam o Governo Franco Rebelo. Sobretudo, a eclosão da Guerra Mundial havia gerado conseqüências devastadoras em virtude do súbito estancamento das exportações de borracha. A miragem dos lucros fabulosos com o fornecimento para os mercados consumidores, representados pelas grandes potências industriais, esvaía-se de forma dramática: desemprego em massa; falência; queda brutal nas arrecadações; desvalorização do preço do gado vendido à Amazônia, etc. A pecuária cearense via sua situação

agravada ainda pelo "mal do chifre", doença que grassava em todo o interior nordestino, reduzindo o rebanho e diminuindo o peso dos animais. Tudo isto complementado pelas precárias condições do pasto e das reservas de água[1].

Em 1915, repetir-se-iam as cenas trágicas de centenas de milhares de pessoas vagueando em busca de arrimo. Chegavam até a Ibiapaba, que logo escasseou seus recursos, e penetravam no Piauí. A massa de famintos repetia os trajetos de 1877. Mais uma vez as autoridades municipais passaram a enviar ao Governo Estadual relatos impressionantes de vagas de famintos se aglomerando em todo o território piauiense.

Porém as condições de o Piauí exercer seu tradicional papel, acolhendo a mão-de-obra cearense ameaçada, já estavam bastante modificadas. Os que analisavam o drama nos jornais locais assinalavam, ainda em meados de 1915:

> "(Os flagelados) debalde procuram um lenitivo a sua miséria./O Piauí, escoadouro comum das terras dos emigrantes cearenses da fronteira, não lhes oferece atualmente as garantias de outrora. A falta de chuva foi aqui bem pronunciada. Os poucos cereais existentes não darão para o consumo local e a constante remessa para o sertão./Em várias localidades o povo está passando fome"(2).

Diversas razões podem explicar o caso de o Piauí não ter podido exercer seu tradicional papel de mantenedor da força de trabalho dos Estados vizinhos nas ocasiões críticas.

A primeira delas, de ordem conjuntural e não exclusivamente piauiense: o grande abalo provocado pela queda das exportações da borracha. O Piauí sentiu de forma particular este cataclisma. O surto extrativista/exportador havia gerado grandes expectativas em todo o Estado. Com a economia estagnada, com sua pecuária sem perspectiva - sequer o consórcio com o algodão mocó, que se verificou em amplas áreas do interior nordestino, alcançou dimensões importantes no Piauí - o Estado viveu momentos de euforia com o negócio da borracha de maniçoba. O brusco estancamento das exportações representou um rosário de dificuldades internas. As finanças estaduais experimentaram uma queda violenta nas arrecadações; as falências ocorreram em enxurrada; o desemprego atingiu importante parcela da força de trabalho.

Mas dificuldades mais importantes derivam do fato de o surto da borracha ter engendrado transformações de ordem estrutural na economia agrícola. Nos últimos anos, os proprietários e comerciantes piauienses, em plena euforia dos grandes lucros com a extração e venda do látex da maniçoba, tinham reestruturado seus negócios. Houve um crescimento substancial da mão-de-obra empregada no interior e na capital e a população havia praticamente dobrado em relação à seca de 1877. Alguns "núcleos urbanos" haviam experimentado grande crescimento enquanto diversos outros surgiriam; a administração estadual se ampliou, o número de funcionários cresceu e, finalmente, teve início no Piauí uma certa onda de "cosmopolitismo", alterando a composição da demanda interna[3].

A extração da borracha, feita em consórcio com a agricultura de subsistência, havia colocado a população numa dependência maior da produção agrícola local. A tradicional infensibilidade da economia piauiense a crises periódicas ia ficando aceleradamente como coisa do passado. Isso se refletia sobretudo no nível de expectativa em que vivia a

(1) Cf. POMPEU, Sobrinho-Thomaz. "História das secas (século XX)" In:-. Introdução a Joaquim Alves. Fortaleza, Ed. A. Batista Fontenele, 1953. (Coleção Instituto do Ceará).

(2) "A Seca", Correio de Teresina, 14.06.1915.

(3) MARTINS, Agenor de Sousa et alii. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina, Fundação CEPRO, 1979.

população quanto ao resultado das safras e à disponibilidade interna de moeda. Nestas condições, a intempestiva chegada das vagas de hóspedes cearenses tornava-se um terrível atropelo. Afinal, o Estado já se debatia com dificuldades de alimentação de sua própria população.

Em agosto de 1915, um jornal de Teresina analisava o fato, num artigo cheio de temor quanto ao futuro do outrora tranqüilo refúgio dos trabalhadores do interior nordestino:

> *"Naquele tempo (1877) tínhamos dinheiro com que comprar cereais, embora caros, ao passo que agora falta-nos o dinheiro e o cereal.*
>
> *(...)Depois da crise que deprecia nossos principais produtos de exportação, veio-nos a calamidade da seca, agravada pela emigração de cearenses que chegam aos bandos...(4).*

É nesta época que começam a surgir, nas mensagens oficiais dos governadores do Estado, relatos dramáticos de perdas de produção devido às chuvas. Miguel de Paiva Rosa, um dos governadores do Piauí que mais se distinguiram no esforço de captação de recursos federais para o Estado, inaugurava, em sua mensagem à Assembléia em junho de 1915, observações que passariam a fazer parte, sistematicamente, das falas dos administradores:

> *"Ainda na seca que nos afligiu no começo deste ano, vimos a que nos condenou a nossa improvidência neste particular. Os invernos anteriores foram copiosos. No estio último, caíram chuvas torrenciais. Bastou, porém, a falta destas nos primeiros meses do ano, para termos que lamentar a perda, por metade, da lavoura e a dizimação da pecuária, pela sede e pela fome"(5).*

(4)"A Seca", *O Piauí*, Teresina, 08.08.1915.

(5)PIAUÍ. Governador, 1912-1916(Miguel Paiva Rosa). *Mensagem à Assembléia Legislativa em 01.06.1915*. Teresina, 1915.

A "seca" passava efetivamente a ser um fenômeno também piauiense. Neste período, o Piauí começava a ver a crise não mais como um problema que vinha de fora. Sua economia já havia, em boa parte, sido orientada para os rumos estabelecidos no interior do Nordeste Oriental, onde estava consolidada a marcante presença da pecuária extensiva associada à lavoura de subsistência, principal responsável pela ocupação de uma mão-de-obra em constante crescimento. A fazenda de gado piauiense, que sempre limitou a expansão da roça, via-se, no início do século, compulsoriamente na contingência de admiti-la.

Sobretudo o leste piauiense passava a viver mais intensamente na dependência da agricultura. Nessa área, onde a cultura do mocó ainda hoje é mais expressiva, a presença de trabalhadores de origem cearense era bem mais notada. A vizinhança com o Ceará motivava uma constante pressão das famílias cearenses em busca de meios de trabalho. Nas visitas realizadas nessa área, foi fácil constatar a descendência cearense de grande parte da população. Inclusive entre os proprietários não raro encontravam-se cearenses, filhos de cearenses ou netos.

O oeste deveria resistir ainda até mais recentemente: continuava a manter uma densidade demográfica mínima para os recursos naturais relativamente abundantes. Nessa área, a lavoura de subsistência não constituiu, durante a maior parte do século atual, o único e fundamental meio de sobrevivência para a reduzida massa trabalhadora. Uma testemunha atenta aos acontecimentos da primeira metade do século, na área de Uruçuí e Ribeiro Gonçalves, assegura enfaticamente que a área, até então, nunca havia assistido a uma "seca" mas apenas a "maus invernos". Frente às dificuldades do presente, o entrevistado revelou uma atônita admiração com a brusca "mudança" do clima(6).

(6)Entrevista com Manoel Elpídio de Sousa, Conceição do Canindé, 01.04.1982.

Por outro lado, as alterações em curso na economia do interior nordestino atuaram no sentido de modificar o desempenho do Piauí nas crises periódicas. Para os Estados tradicionalmente afetados, o deslocamento em massa da força de trabalho apresentava-se, desde o início do século, como um problema cada vez mais angustiante pelá desorganização que causava na economia. /Desde 1900 as oligarquias no poder realizavam grandes esforços no sentido de reter a mão-de-obra, evitando a emigração./ Se este esforço não teve êxito significativo em 1915, dadas as condições agravantes da crise já enumeradas, em 1932 o resultado seria bem mais palpável.

Em particular, o êxodo de cearenses na "grande seca de 1932" foi objeto de grande preocupação e, pela primeira vez na história da intervenção governamental do Nordeste, as oligarquias locais obtiveram, na verdade, recursos para a execução de planos efetivamente importantes para a retenção da mão-de-obra. Nas "mensagens dos governadores" piauienses dessa época, pode-se constatar a "prestação de contas" a respeito de obras que antes eram quase que executadas exclusivamente pelos governos de outros Estados. Afinal, estava em jogo a própria sobrevivência da estrutura econômica local, ameaçada pelo esvaziamento populacional. A execução de grandes planos foi facilitada pela conjuntura política nacional e pelo fato de, à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas (atual Ministério do Interior), estar um dos mais legítimos e prestigiados representantes das elites locais, José Américo de Almeida.

/Com efeito, este Ministério obteve um volume de recursos para a emergência antes desconhecido na história das tragédias nordestinas./ Com isto, "campos de concentração" foram organizados, sobretudo no Ceará, abrigando 105.000 pessoas. Nestes locais, as vítimas eram reunidas para serem alimentadas às custas do Estado durante meses a fio. Um grande programa de atendimento médico-sanitário foi posto em prática. Além disso, /foram organizadas "frentes de serviço",

com monumentais projetos de obras públicas, dando emprego a 270.000 trabalhadores. /Diversos proprietários receberam "ajudas" em dinheiro para a manutenção da mão-de-obra das fazendas, inclusive no Piauí, nos municípios vizinhos ao Ceará[7].

Apesar da massiva intervenção do Estado, a fuga de trabalhadores não pôde ser de todo evitada. Um número difícil de determinar atravessou as fronteiras demandando o Piauí e o Maranhão. /Nas mais diversas áreas do Piauí, encontramos famílias descendentes dos retirantes de 1932. A ocupação da Amazônia, nessa época, também sofreu avanços significativos.

No que diz respeito à acolhidas das vítimas no território piauiense, a situação já havia sofrido modificações importantes. /Definitivamente, tanto para os proprietários quanto para os trabalhadores locais, a chegada dos "cearenses" não era mais bem vista./ A complacência de outrora, que pode ser observada na documentação das "Comissões de Socorros" e nos artigos de jornal, não mais se verificaria. Predominava um grande temor em relação à chegada dos flagelados. /Já vivia o Piauí a braços com as dificuldades inerentes ao tipo de economia rural nordestina, onde a agricultura de subsistência era a principal responsável pela alimentação da população. A pecuária extensiva continuava a viver sua prolongada decadência, não suportando mais os rasgos de "generosidade" do passado, quando ajudava na sustentação periódica da massa de adventícios e na preservação dos rebanhos do Ceará.

(7) *Em entrevista concedida aos autores (29.04.1982), o Sr. Eli Bezerra, antigo chefe político de Pio IX, esclareceu sobre as "ajudas" recebidas pelos proprietários da área contígua ao território cearense. Estas "ajudas", segundo o entrevistado, representaram fato inédito na história local.* POMPEU Sobrinho, Thomaz. *História das secas (século XX). In:- Introdução a Joaquim Alves. Fortaleza, Ed. A. Batista Fontenele, 1953. p. 42-43. (Coleção Instituto do Ceará).*

O depoimento de um proprietário da área de Pimenteiras, município da fronteira cearense, é ilustrativo do pavor que a chegada dos cearenses passou a imprimir no ânimo local:

> *"O medo que nós tinhamos era dos cearenses. Vinham muitos cearenses invadindo de lá para cá. (...)Nas secas antigas (1932-1942) até o gado matavam e nós não tinhamos nada a dizer..."*(8).

Apesar de, a partir de 1915, a "seca piauiense" passar a ser motivada cada vez mais por razões internas e o fluxo de trabalhadores de outros Estados diminuir consideravelmente, até a crise de 1970 ainda se verificou a presença de trabalhadores de fora do Piauí. Nesta crise, uma pesquisa encomendada pelo DNOCS indica que, nas frentes de serviço organizadas no Piauí, ainda se registrava a presença de retirantes de outros Estados. Mas entre os flagelados socorridos no Piauí, o número de trabalhadores locais já era largamente superior(9).

Durante todo o período estudado, a demanda das terras piauienses não ocorreu apenas nas épocas de crise. Com a pressão em torno das áreas agricultáveis no Ceará, sendo bastante intensa, seria inevitável a procura dos espaços "disponíveis" do território piauiense. O Ceará, que exportou mão-de-obra para as mais variadas e distantes regiões brasileiras, não tinha por que evitar o Piauí com seus milhões de hectares de terras devolutas e suas célebres "fazendas nacionais". Nestas, onde os "posseiros" tinham "direito a ficar com o que a roça desse, sem pagar renda", conforme os esclarecimentos de um velho vaqueiro(10), verificou-se o assentamento paulatino de milhares de famílias. Entre os

(8)*Entrevista com Jaime Alexandrino Nogueira, Pimenteiras, 27.04.1982.*

(9)BRASIL.DNOCS.*Frentes de serviço:estudo sócio-econômico da população atingida pela seca de 1970*.Fortaleza,1971.

(10)*Entrevista com Manoel Elpídio de Sousa,Conceição do Canindé,01.04.1982.*

"piauienses" dedicados à lavoura, é interessante notar a grande freqüência de pessoas nascidas no Ceará ou filhas de cearenses. Até hoje, na área de fronteira, observa-se ainda a progressão cearense sobre o Piauí não só de trabalhadores como também de empresários rurais(11).

A tendência histórica de expansão da lavoura de subsistência no Piauí, refletida nos índices da produção de gêneros; os importantes incrementos ao crescimento da população; o conseqüente e paralelo desenvolvimento da urbanização (sempre saudado como indício de progresso pela mentalidade local), ampliando as necessidades de excedentes agrícolas; as condições concretas em que estes excedentes foram gerados tornaram o Piauí palco dos mesmos acontecimentos que anteriormente eram vividos pelos seus vizinhos do Oriente. No lugar de refúgio para os retirantes, o Piauí vê, hoje, sua população amargar a perda de cultura, a fome, o êxodo, a "seca", enfim. O antigo "refrigério", para onde, durante séculos, acudiam os criadores vizinhos, na tentativa de salvar os rebanhos, assiste hoje à perda de seu próprio gado. De fome e de sede. Em números relativos, a área piauiense atingida pela "seca" ultrapassou a área do Ceará: no Piauí, todo o território foi considerado em situação de emergência em 1980, enquanto algumas áreas do Ceará escaparam ao estigma.

Analisar mais em detalhe as transformações internas do Piauí é o meio de investigar os mecanismos geradores da "seca", sua expansão e profundidade. As páginas seguintes prosseguem este esforço de análise, abordando as condições em que se desenvolveu a lavoura piauiense.

(11)*Queremos nos referir não apenas ao movimento de vendas de terras a cearenses, onde a COMDEPI teve papel destacado, mas também à onda de grilagens em curso, em particular em Pimenteiras e Pio IX, conforme esclareceu-nos em entrevista o líder sindical José Pinheiro.*

5. A EXPANSÃO DA "SECA"

O surgimento de mecanismos endógenos geradores das perturbações periódicas na agricultura piauiense não é tema dos mais fáceis. A própria intenção de perscrutar as transformações internas da vida sócio-econômica piauiense já obriga o raciocínio a considerar temas tão variados e abrangentes quanto desconhecidos pela literatura disponível.

Há muito o que pesquisar e, como já foi dito, não seria no âmbito deste trabalho que se poderia suprir a falta de literatura a respeito. Sendo difícil a abordagem do tema, não fica, entretanto, impossível ou fora de propósito uma tentativa preliminar, baseada na análise de algumas evidências reveladas sobretudo nas viagens realizadas às mais diversas áreas do Estado. Como ensina mestre Eric Hobsbawm, um grande analista da evolução do capitalismo, nada melhor que procurar apoio no tratamento sistemático de alguns dados elementares como ponto de partida na análise de questões sociais difíceis. É hora, portanto, de recorrer ao elementar para situar o tema em questão.

O deserto não tem seca. Se não chove, não há ninguém para sofrer com isso. Num espaço territorial sem produção agrícola também não há seca. Não há produção para se perder, nem tragédias a se contar.

A população piauiense cresceu; as roças se multiplicaram. As tragédias que antes eram vividas pelos Estados vizinhos passaram a ocorrer sistematicamente no Piauí. A expectativa em relação à chuva, hoje, não é menor entre os piauienses que entre os cearenses. Uma rápida comparação entre os jornais cearenses e piauienses, na atualidade, mostra que a atenção dada aos índices pluviométricos nos dois Estados é a mesma. Tal como procuramos demonstrar nos capítulos anteriores, foram necessários pelo menos dois séculos de atividade sócio-econômica para que o Piauí viesse a conhecer,

de ciência própria e com toda a intensidade, crises desencadeadas pelo comportamento do clima./

Quais as características da economia piauiense que a fizeram praticamente infensa às "adversidades climáticas" durante tão largo espaço de tempo?

Nas páginas precedentes, já foram feitas algumas referências a respeito. Uma densidade demográfica mínima: pequena dependência dos produtos agrícolas; recursos naturais relativamente abundantes...Enfatizando melhor estas características, alguns dados podem ser alinhados./

O Piauí e o Maranhão sempre foram os Estados mais despovoados do Nordeste./ Ainda hoje continuam sendo. Entretanto, a população do Piauí cresceu sete vezes do início do século a 1980./ Um crescimento muito mais acelerado que o da região nordestina e o do País. Considerando que a densidade demográfica do Piauí, que contava em 1980 com uma população de 2.140.000 pessoas, está hoje por volta de 8,53 habitantes por km², sendo uma das mais baixas do Brasil, podemos ter uma idéia do imenso vazio demográfico que era o Estado há oitenta anos atrás, quando a população era constituída por cerca de 334.000 pessoas, e a densidade demográfica era de 1,33 habitantes por km².

Na época da seca de 1877, a população piauiense era irrisória comparada à do Ceará: seria preciso que todos os habitantes do Piauí morressem duas vezes para que a Província igualasse à sua vizinha em número de vítimas fatais (mais de 500 mil mortos no Ceará). Atualmente, apenas a população economicamente ativa (composta por pessoas consideradas em idade de trabalhar), apesar dos grandes desfalques de trabalhadores que saem em busca de colocação fora do Estado, supera todo o conjunto da população piauiense que viveu o drama de 1915.

Até o início do século, portanto, havia muito pouca gente no Piauí para sofrer por causa das chuvas e,

relativamente, pouca demanda às potencialidades da natureza local. Dado que até o século passado era reduzido o número de pessoas que se dedicavam à lavoura, pois a atividade de que predominava era a pecuária, as lamentações, no que concernia à perda de produção, eram fatalmente rarefeitas. O piauiense vivia da pecuária extensiva: gado criado à solta, sem necessidade do cultivo de forrageiras e requerendo quase nenhuma mão-de-obra para o trato.

Em vista do rebanho existente, o espaço disponível era considerável. Isso não quer dizer que não havia brigas pela posse da terra, coisa que o Piauí conhece desde o século XVIII/ e que marcou profundamente sua história. Mas, para o potencial de exploração econômica, havia terra à vontade. As fazendas eram descomunais e de limites imprecisos. Como não havia cerca, se o pasto escasseava em determinado momento e em determinado local, era só deslocar o rebanho ou permitir que as rezes vagueassem no rumo das áreas onde houvesse rama satisfatória. E havia sempre áreas onde chovia bem./ O céu não era tão ingrato ao ponto de deixar tudo seco, como aliás ainda hoje não o é. Mesmo em 1915, em que se viveu a "mais terrível seca" da primeira metade do século atual, as chuvas foram bastante para assegurar a metade da produção. Naturalmente, havia ocasião de vacas magras; nunca de vacas mortas. Relatos de perda de rebanho como o feito pelo governador Miguel Rosa em 1915 não encontram antecedentes nos séculos XVIII e XIX.

Quanto ao abastecimento d'água para os animais, também não há registros de grandes dificuldades: as fazendas eram implantadas onde houvesse bebedouro permanente. Como eram relativamente poucas as fazendas e os efeitos atrozes da devastação ecológica sobre as nascentes ainda estavam por ser sentidos em todo o seu vigor, não dava para faltar bebedouro[1].

[1] MARTINS, Agenor de Sousa et alii. *Piauí: revelação, realidade e desenvolvimento*. Teresina, Fundação CEPRO. 1974. p.1, cap.2 (sobre as condições da pecuária piauiense na época).

A lavoura representava uma atividade absolutamente secundária. Para usar a linguagem hoje corrente entre os economistas: estava longe de ser o "carro-chefe do setor primário". Era praticada por agregados e eventualmente por escravos. Cada fazendeiro entretinha um "sítio", onde eram plantados o arroz, o feijão, o milho, a mandioca e, dependendo do capricho do proprietário, fruteiras, cana-de-açúcar e até o fumo.

A dieta alimentar do piauiense era na base da carne de gado e da farinha de mandioca. Diferente da do Ceará, onde o uso de grãos na alimentação sempre foi generalizado. O feijão era "tempero" e não "massa", como explica um velho vaqueiro das margens do Parnaíba, em Uruçuí, testemunha viva da agropecuária do Piauí do século passado, pelo fato de habitar uma das últimas áreas a ver a lavoura de subsistência se alastrar como único meio de vida para a população rural. Hoje, Pedro Rosa, o velho vaqueiro, resmunga pela falta de carne enquanto, quando pode, tempera sua "massa" (arroz) com feijão, produto que sua cultura considera como um desqualificado substituto para o alimento com o qual foi criado[2].

Para os pesquisadores, o Alto Parnaíba é um terreno rico em elementos capazes de fornecer uma visão sobre a economia piauiense antes da expansão da "seca". Detém a menor densidade demográfica do Piauí, 1,10 habitantes por km², mais ou menos a densidade demográfica do Piauí na ocasião da "seca" de 1877.

Apesar da recente presença da Rede Globo, da melhoria das estradas e dos grandes projetos agropecuários financiados pela SUDENE, é ainda a área mais isolada do Estado. Nos costumes que perduram, na linguagem e na lembrança dos moradores mais velhos, encontram-se os traços vivos das atividades sociais e econômicas do ambiente histórico no qual os "efeitos das secas" eram praticamente desconhecidos.

[2] *Entrevista concedida aos autores em Uruçuí, em 30.09.1981.*

João Estêvão, funcionário público aposentado, testemunha da fundação da Vila de Uruçuí, em 1902, com lucidez digna de nota, garante em depoimento aos autores deste trabalho: "caroço não tinha preço" na Região, no início do século. Ou seja, os produtos da lavoura sequer eram negociados[3]. A mercadoria que movimentava de fato o comércio, depois do boi, vendido em pé, e do couro, era o sal. Como nos tempos coloniais. Nem mesmo os produtos do extrativismo vegetal que causaram tanto impacto no Piauí chegaram a registrar grande movimento na área nas primeiras décadas do século. O transporte fluvial; secundariamente se usavam cavalos e burros. O jumento, este emérito transportador de produtos agrícolas da zona rural nordestina, era quase desconhecido. A mesma coisa acontecia com o carro de boi ou carroça puxada a burro. A história da pecuária extensiva no Piauí nunca guardou marcas perceptivas destes tipos de transportes. As referências a respeito são extremamente pontuais e relativamente recentes, geralmente relacionadas às áreas de atividade agrícola mais destacadas e com maior densidade demográfica.[4]

Se os grãos não eram comercializados, entretanto, não faltavam para a alimentação dos moradores. Arroz, milho, feijão e também mandioca e jerimum, cultivados em pequenas roças nos terrenos úmidos, garantiam a "fartura" na mesa de "ricos" e "remediados", sobrando sempre o indispensável para a sobrevivência dos "pobres". João Estêvão refere-se, inclusive, a casos em que, indo a produção além da necessidade ou interesse do plantador, os produtos das roças eram franqueados aos interessados. "Era ir e pegar", assegura a idônea testemunha. O açougueiro da cidade de Uruçuí, nas primeiras décadas do século, de reputada disposição para o trabalho na lavoura, "homem que gostava de plantar", costumava

[3] *Entrevista concedida aos autores em Uruçuí, em 29.09.1981.*
[4] *O famoso verso do poeta Da Costa e Silva.*

oferecer aos seus fregueses, os poucos funcionários públicos e pequenos comerciantes da cidade, "brindes" em produtos agrícolas para acompanhar a ração de carne.

Para a população pobre havia ainda a possibilidade de completar a alimentação com os produtos da natureza. A caça, a pesca, a coleta de frutos e mel silvestres representavam substancial complemento, garantindo a sobrevivência da população, lembram nostálgicos os velhos moradores de Uruçuí e Ribeiro Gonçalves. Tal como na época da Guerra dos Balaios: durante anos a fio a resistência dos opositores ao governo discricionário do Barão da Parnaíba, na primeira metade do século XIX, foi possível, entre outras razões, pelo aprovisionamento fácil que a generosa natureza piauiense garantia aos rebeldes no decurso de seus constantes deslocamentos pelo território piauiense.

Tomando em conta a facilidade de sobrevivência da população - e guardando o devido respeito às eventuais diferenças entre a economia do Alto Parnaíba do início do século atual e das áreas de ocupação mais antigas do Piauí -, podemos ter uma idéia da pequena dependência que a população mantinha em relação aos produtos agrícolas, tendo em vista a situação atual. Tudo era então muito diferente de hoje. A lavoura era uma atividade, de fato, complementar. Contava muito secundariamente na formação da renda, na movimentação do comércio e na arrecadação dos impostos. Apenas "ajudava" ao desempenho da atividade principal, a criação de gado, mesmo que se tratasse de uma "ajuda" indispensável.

No século atual, a expansão da lavoura foi notória. Constituiu efetivamente a marca mais importante da transformação da vida rural do Piauí. Transfigurou a formação da renda rural, modificou o panorama fundiário, renovou o quadro das relações de trabalho, imprimiu novos elementos culturais. E foi nas últimas décadas que esta expansão ocorreu com toda intensidade. Sob diversos aspectos, de atividade secundária ganhou a condição de principal.

É com esta expansão que o território piauiense passa concretamente a fazer parte do Nordeste "flagelado". O tipo de agricultura em questão bem como as condições em que se expandiu, formaram as bases para as dificuldades atuais. O clima não sofreu alterações substanciais, sim a organização sócio-econômica. É esta, de fato, a responsável pelo surgimento e expansão da seca.

A dependência crescente em relação aos produtos da lavoura não refletiu apenas as exigências alimentares do contingente populacional em acelerado crescimento. Significa, sobretudo, que a economia rural, como um todo, passou a ter sua base dinâmica na agricultura. A criação extensiva de bovinos e a exploração extrativa vegetal perderam em importância frente às roças.

O crescimento da importância relativa da lavoura na economia do Piauí é expresso com destaque nos números referentes aos valores da produção. Pelas estatísticas disponíveis, podemos verificar que, principalmente a partir do colapso do negócio extrativista (anos 50), a importância da lavoura cresceu até tornar-se largamente hegemônica enquanto atividade do meio rural. Em 1947, ano de "inverno regular", a produção extrativa vegetal representava 62,4% do total da produção do setor primário contra 22,7% da lavoura e 14,9% da produção animal. Cerca de 30 anos depois, em 1975, também ano de "inverno regular", o quadro estava completamente invertido. A lavoura passa à frente, com 55,7% do total da produção, para 35,7% da produção animal (outros viventes, além do gado bovino, passaram a compor a produção animal) e apenas 8,6% referente à produção extrativista[5].

Na primeira metade do século, já havia perdido totalmente o sentido a velha cantiga dos cearenses:"o meu boi morreu...vou mandar buscar outro, maninha, lá no Piauí". O

(5) BANDEIRA, Jorge Wiliam. "Notas sobre a posse e uso da terra no Piauí". Carta CEPRO, Teresina, 7(1):29-56, jan./jun. 1981.

Estado já não era mais o privilegiado território da produção extensiva de bovinos. Logo em seguida, chega a vez da carnaúba e do babaçu. O extrativismo, aceleradamente, foi perdendo seu espaço na economia piauiense. O primeiro lugar é assumido, então, por uma atividade bem mais árdua, penosa e claudicante, como seus numerosos e esfarrapados protagonistas.

No que diz respeito ao emprego da mão-de-obra, no decorrer do século a lavoura passa a representar a principal ocupação do piauiense. Em 1975, cerca de 82% de toda a força de trabalho do setor primário, segundo as estatísticas do IBGE, era ocupada na agricultura. Enquanto isso, a pecuária absorvia não mais de 10%. Olhando com o devido cuidado, estas estatísticas ainda mostram pouco a importância da lavoura na ocupação da força de trabalho. Com efeito, vale assinalar que é extremamente difícil encontrar trabalhadores ocupados na pecuária que não cultivem roças como meio fundamental de garantia para a alimentação da família. No caso dos que se dedicam à exploração extrativista, não há exemplos de trabalhadores que dispensem a atividade agrícola. E é ainda bastante comum encontrar funcionários e pequenos comerciantes, além de toda sorte de pessoas lotadas no que os economistas chamam de "setor informal" do mercado de trabalho, que com maior ou menor intensidade, complementem suas rendas com pequenas roças.

A atividade agrícola cresceu através do contingente de trabalhadores e da área explorada. Em apenas 25 anos, entre 1950 e 1975, a área cultivada expandiu-se três vezes enquanto os terrenos dedicados ao pasto aumentaram apenas 76%[6]. A área da produção extrativa, composta pela vegetação nativa, ficou estagnada ou reduzida, observando-se uma destruição contínua das palmeiras. Na verdade, desde a década de 50 assume cada vez mais a condição de "terreno de reserva", aguardando não necessariamente uma quimérica recuperação

[6] FUNDAÇÃO IBGE. *Censos agrícolas 1950-1975*. Rio de Janeiro.

de preços do mercado consumidor dos produtos tropicais, mas, principalmente, a valorização imobiliária. Enquanto isso, vê suas entranhas avidamente fustigadas pelo avanço das roças. As mal traçadas cercas, donde passou a fluir com destaque a produção de riqueza, espalharam-se pelos quatro cantos. Havia condições objetivas para isso: terras encostadas, devolutas, despovoadas, virgens; força de trabalho disponível, vagueando em busca de terra para plantar; proprietários interessados em obter, de qualquer forma, mas sobretudo da forma mais fácil, sem inversões de capital de qualquer espécie, alguma renda de suas imensas e improdutivas glebas. Havia, enfim, condições objetivas para a ampliação da fronteira agrícola piauiense bem como para uma utilização mais intensiva da área explorada.

Não por outro motivo o meio rural piauiense deixou de exercer, durante a maior parte da história local, o papel no qual as áreas interioranas dos vizinhos do leste se notabilizaram: o de fornecedores de mão-de-obra em larga escala para os centros urbanos e para a expansão da fronteira agrícola do centro-norte do País. Esta função estaria reservada para a atualidade. Até meados do século, o Piauí não se revelou o emérito expulsador de trabalhadores rurais que viria a ser. Conforme os dados dos censos demográficos, é apenas nas três últimas décadas que a população rural piauiense passa a registrar quedas significativas em sua taxa média geométrica de crescimento. Isso, sublinhe-se, apesar da ocorrência de uma importante ampliação da área explorada bem como da intensificação do uso das áreas de exploração mais antigas.

Grandes áreas, como a do Vale do Gurguéia, praticamente desabitada por volta de 1950, foram repentinamente "descobertas", decantadas e rapidamente ocupadas[7]. Aliás,

[7] DOMINGOS Neto, Manoel. *Avaliação das experiências de desenvolvimento comunitário do Vale do Gurguéia; as colonias do Padre Anchieta*. Teresina, Fundação CEPRO, 1981.

com a ajuda da intervenção governamental, como será visto nos próximos capítulos. A área total dos estabelecimentos, de acordo com os censos agrícolas, registra uma anexação, em apenas 25 anos, de 2.646.925 novos hectares. Muita coisa para um Estado que, tendo a expansão de sua fronteira agrícola baseada no surgimento de grandes propriedades, não foi palco de projetos colossais como os implantados na Amazônia. Em 1950, os estabelecimentos ocupavam uma área de 7.876.552ha enquanto em 1975 esta área passaria para 10.523.517ha. São números que podem não expressar toda a verdade, posto que medição de terras no Piauí ainda consta ser processo extremamente inseguro.

Enquanto se verificava o espraiamento da lavoura com a anexação de novas terras, com a ampliação da chamada fronteira agrícola, a pressão pela posse da terra mostrava seus efeitos. Os índices revelam uma crescente e acelerada concentração de posse da terra e, paralelamente, uma fantástica multiplicação da pequena propriedade ou de microfúndios. Para 7.580 estabelecimentos rurais com até 10 hectares existentes em 1950, surgiram 154.613 em 1975. Multiplicaram-se vinte vezes no curto período de 25 anos! Ampliaram também a área que ocupavam, mas foi uma ampliação de apenas sete vezes, o que engendrou uma autêntica pulverização destes pequenos estabelecimentos com uma grande diminuição de seus tamanhos médios. O mesmo processo aconteceu, com menor intensidade, para as propriedades de área entre 10 e 100ha. Em número, cresceram de 14.982 para 44.453. Foram multiplicadas por três. Quanto à área total ocupada por estes estabelecimentos, a ampliação foi mais modesta: cerca de 2 vezes apenas.

Estes números, analisados sem a devida atenção, não refletem integralmente a principal transformação do meio rural piauiense, que foi a expansão da agricultura dita de subsistência. Devemos tomar em conta que tanto a criação extensiva quanto o extrativismo têm suas histórias marcadas

pelo consórcio mantido com a pequena lavoura de subsistência. Durante todo o século atual, nenhuma destas atividades produtivas revelou-se com capacidade mínima de auto-sustentação. Sequer foram capazes de absorver, por si mesmas, o crescimento vegetativo de suas forças de trabalho. Quanto mais o contingente extra representado pelos retirantes cearenses. Suas dinâmicas específicas é que engendraram a expansão da lavoura de subsistência.

No caso da pecuária extensiva, a principal atividade econômica do Piauí até as primeiras décadas do século, fazia parte de sua índole o pequeno emprego de força de trabalho. Tanto quanto a voracidade por grandes extensões de terra. Sem sofrer qualquer alteração de vulto neste esquema tradicional, não conseguindo modernizar-se, sofrendo concorrência desvantajosa com outras áreas produtoras, sentindo os efeitos de epizootias combatidas com "benzeduras" e do paulatino e inexorável empobrecimento do pasto, amargando ainda a pressão inevitável da cerca de arame, debateu-se a criação extensiva de bovinos nos estertores de uma prolongada decadência. Em número de cabeças a produção decresceu consideravelmente, passando de 1.581.000 em 1962 para 1.396.000 em 1976. No mesmo período a produção de suínos, ligada à pequena propriedade e à pequena agricultura, aumentou, em contrapartida, de 1.543.000 cabeças para 2.005.000. Não seria neste processo de decadência que a criação extensiva iria prescindir do consórcio com a roça e muito menos oferecer ocupação à força de trabalho em crescimento avantajado. A produção de bovinos sequer correspondeu, nos últimos anos, ao crescimento vegetativo que sempre lhe caracterizou.

Quanto à exploração extrativista vegetal, vários estudos já mostraram que sua rentabilidade sempre dependeu do consórcio mantido com a lavoura de subsistência e a criação extensiva[8]. A despeito dos grandes benefícios

[8] MARTINS, Agenor de Sousa et alii. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina, Fundação CEPRO, 1979.
CAPES. *Estudos de desenvolvimento regional*. Brasília, s.d.v.9.

proporcionados aos proprietários de terra e comerciantes - e sobretudo aos importadores, naturalmente - pela carnaúba, maniçoba e babaçu, a exploração extrativista no Piauí sempre esteve assentada na mão-de-obra barata, representada por "moradores" que nunca deixaram de cultivar, na base da parceria ou do arrendamento, suas pequenas roças. Delas efetivamente dependia a sustentação da família do trabalhador. Para usar uma expressão da moda (não sem hesitação, dado o mau gosto literário), o extrativismo sempre "mamou nas tetas" da lavoura de subsistência. De forma mais notória que a pecuária extensiva, o extrativismo vegetal, em pleno vigor até meados do século, não assumiu, em nenhuma ocasião de sua história, a reprodução de sua própria mão-de-obra. Por outro lado, foi objetivamente um fator de expansão da roça, visto que, compulsoriamente, franqueava o latifúndio ao trabalhador. Aceitava mão-de-obra, posto que palmeiral sem morador era riqueza morta.

— As duas atividades de destaque no meio rural piauiense durante o século atual, a pecuária e o extrativismo, perfizeram, pela própria lógica de suas estruturas de funcionamento, as condições de expansão da atividade agrícola. Atividades profundamente marcadas pelo interesse mercantil, permitiram, num aparente paradoxo, o alastramento do mais rudimentar tipo de agricultura, a de subsistência. Paradoxo aparente porque, na história da economia moderna, o fenômeno, pela constância de sua repetição, tornou-se banal. Em seu avanço, o capitalismo não hesita em estimular as mais atrasadas formas de produção. Quando lhe convém, faz reviver inclusive relações de trabalho as mais arcaicas. Foi assim em muitas partes do mundo, inclusive no Brasil, quando assentou a exploração colonial na forma de trabalho escravo. Foi assim no interior do Nordeste quando, no processo de produção para exportação, espalhou uma forma de trabalho agrícola não só atrasada como sobretudo totalmente "sujeita aos bons ventos climáticos".

Esta agricultura, tornada principal atividade econômica, é relativamente bem conhecida em seus traços gerais. O produtor de fato é o trabalhador sem terra ou com pouquíssima terra. O produtor de fato não é aquele reconhecido, de direito, como membro das "associações das classes produtoras". A produção, resultado de seu esforço, termina repartida em três: uma parte é destinada a permitir a sobrevivência, em condições de atroz pauperismo, de sua família; outra serve de renda para o proprietário da terra e a terceira é destinada ao comércio ou eventualmente ao banco. Diz-se que é uma agricultura de subsistência, o que, em parte, não deixa de ser verdade: as culturas largamente predominantes, isto é, milho, feijão e mandioca, não são tipicamente comerciais. Mas é uma agricultura compulsoriamente ligada ao mercado. É uma agricultura que gera renda para o proprietário da terra; que movimenta o comércio e transaciona, cada vez mais, com o banco.

Enquanto sucessora da pecuária e do extrativismo como centro da economia, desenvolveu-se obrigatoriamente como "subsistência desorganizada". Ao se expandir, perdeu a pureza das atividades voltadas prioritariamente para o autoconsumo. Tanto mais que, ao contrário do esquema clássico do semi-árido, onde o consórcio pecuária extensiva X algodão mocó foi marcante, as culturas tipicamente comerciais não tiveram vez. A não ser em áreas bem localizadas. Algodão no Centro-Leste; manona no Sul; alho em um ponto perdido dos Baixões Agrícolas; cítricos na periferia de Teresina; cana-de-açúcar em um ou outro sítio, mal servindo para uma pequena (e maravilhosa!) produção de cachaça... Nada disso, entretanto, reúne condições para caracterizar o interior piauiense como o terreno clássico sobre o qual, historicamente, se abate a "seca nordestina". Trata-se de culturas que, mesmo tendo expressão em termos de valor econômico em um ou outro momento, não servem para caracterizar a vastidão do meio rural piauiense nas dimensões de espaço e tempo. Não representam, para o Piauí, o que o algodão moçó representou e representa para outros Estados. Este produto, que em determina-

dos momentos históricos figurou com destaque no conjunto da produção agrícola piauiense, não chegou a se firmar como no caso da região semi-árida retratada nos diagnósticos econômicos do Nordeste.

Trata-se de uma agricultura organizada com irrisória inversão de capital, com rudimentares instrumentos de trabalho, sem apoio em técnicas modernas, desconhecendo até as formas seculares de manejo do solo. A tração utilizada é a do músculo humano, inclusive o músculo infantil. A racionalidade posta em prática é a permitida pela experiência de pessoas sem instrução formal. Racionalidade baseada no empirismo mais elementar e permeada de crendices. Agricultura de esfarrapados, de gente que periodicamente vive nos limites da inanição. Sendo fruto do desenvolvimento capitalista, é uma atividade que não conhece os modernos processos e ferramentas que este colocou à disposição da lavoura. Nem os procedimentos da gerência empresarial. Ignora os resultados dos volumosos relatórios gerados pelos centros de pesquisa agronômica mantidos pelo Governo e até mesmo diversas espécies introduzidas há décadas nos Estados vizinhos.

Em 1950, dos 34.106 estabelecimentos agrícola existentes, apenas 1.073 utilizavam a tração animal; 9 utilizavam a tração mecânica. Vinte tratores eram tudo de que dispunha o Estado do Piauí com seus 250 mil km². Em 1975 - SUDENE em ação administrando incentivos fiscais; programas para a agropecuária se amontoando; rede bancária expandindo-se; crédito agrícola subsidiado; o País produzindo máquinas e motores em larga escala - 84% dos estabelecimentos rurais ainda utilizavam apenas a força manual na faina agrícola. Para 216.639 estabelecimentos, havia 370 tratores. Destes, 79% estavam nos estabelecimentos com mais de 100ha, os que menos produziam, no cômputo geral. Em 1970, apenas 0,15% das terras utilizadas eram irrigadas...

Após 1975, esta situação começa aparentemente a sofrer algumas mudanças. Multiplica-se o número de tratores, expande-se o consumo de energia elétrica, amplia-se o

uso de pesticidas, a relação área cultivada X força de trabalho mostra melhores índices... O observador apressado, aquele que baseia sua análise apenas nas tabelas estatísticas, poderia até concluir, de boa fé, que se acelera o processo de "modernização" da agricultura piauiense.

Sem negar eventuais alterações em relação a períodos anteriores - a pressão do capital industrial e financeiro é muito forte para sugerir isso - devemos levar em conta que a utilização de insumos foi extremamente pontual, não dizendo respeito, pela própria expressão estatística, à grande maioria dos estabelecimentos. Convém considerarmos, também, que o aumento dos insumos na economia rural teve a contribuição decisiva dos grandes projetos agropecuários financiados pela SUDENE e das iniciativas de reflorestamento patrocinadas pelo IBDF. Estes projetos lembram manchas de purpurina em lençol branco: sujam mas não retocam a cor do tecido. Alteram as estatísticas referentes aos insumos para a agricultura, mas não trazem grandes modificações ao panorama da agricultura em seu conjunto no que se refere a uma elevação do padrão técnico. Nos próximos capítulos, estes projetos serão objeto de comentários. Mas conviria lembrarmos, de passagem, que, em sua maioria, estão abandonados. E, no seu conjunto, não chegaram a influenciar as estatísticas da produção agrícola.

Estas, sim, confirmam as precárias condições em que a terra vem sendo lavrada. Desmentem conclusões apressadas sobre a "modernização" da economia piauiense. A produção da lavoura, apesar de superar a produção extrativa e animal, mostra que se mantém intocável a natureza claudicante da economia agrícola. Tomando em conta os principais produtos, aqueles que mais pesam na formação da renda, a produção média anual, nas décadas de sessenta e setenta, pouco evoluiu em números absolutos:

PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL

(DÉCADAS 1960/1969 E 1970/1979)

DÉCADAS	MILHO (t.)	ARROZ (t.)	FEIJÃO (t.)	MANDIOCA (t.)	GADO BOVINO (1.000 cab.)
1960/69	88.666,7	81.807,2	57.522	610.662,4	1.483,2
1970/79	99.457,3	116.902,5	39.547	695.924,1	1.335,4

FONTE: Comissão Estadual de Planejamento Agrícola-PI.
Elaboração: Fundação CEPRO.

Uma evolução parcimoniosa, vacilante. Frente a estes dados, a discussão que pode ser travada, na verdade, é se a produtividade estagnou ou diminuiu. Para o caso do feijão, segundo estes dados, não há muito o que discutir: a área cultivada com este produto não sofreu reduções, e sim o volume de produção. No geral, levando em conta a multiplicação dos estabelecimentos, o aumento da força de trabalho e a ampliação da área plantada, a conclusão a que podemos chegar não é das mais animadoras. O desalento cresce caso se leve em consideração o fato amplamente conhecido de que a produtividade da agricultura piauiense já mostra, tradicionalmente, índices menores que o da agricultura nordestina, que, por sua vez, distancia-se ainda mais dos índices nacionais. O ingente esforço de produção dos trabalhadores rurais piauienses não é recompensado. Em relação à mobilização dos meios de produção, o que é colhido diminui substancialmente. Para os produtores, reduziu-se o limiar de resistência à catástrofe.

Mas, amenizando o quadro sombrio, seria lícito desconfiar destas estatísticas. A metodologia usada para dimensionar a produção é das mais precárias. Medem-se grandes quantidades no olho; estima-se a partir de informações nem sempre confirmadas pela realidade. Dados referentes à comercialização, que poderiam eventualmente servir para confrontações esclarecedoras, são ainda menos consistentes. A especulação

desenfreada, provocando uma orientação tresloucada dos fluxos de comercialização; a sonegação de impostos, praticamente em larga escala, geram, nas estatísticas, volumes e valores dúbios e fantasiosos.

De sua parte, o lavrador aprendeu com a vida que não é vantagem revelar exatamente o que produz. Do contrário, os recursos do Governo não chegam. Se o quadro estatístico da produção não é trágico, ele deixa de se beneficiar com o "fundo perdido", a "emergência", a anistia dos empréstimos... O lavrador tende a dizer que perdeu muito quando perdeu pouco; que perdeu tudo quando perdeu muito. As autoridades locais sancionam, de certa forma, esta prática. No processo político-administrativo para a obtenção das verbas de socorro, o primeiro passo é decretar o "estado de emergência" e sacudir a opinião pública, ganhando as manchetes dos noticiários. E para isto é preciso mostrar tragédias, tanto em relação à falta d'água quanto à produção perdida.

Este é um aspecto insólito, incorretamente abordado, do drama nordestino. No geral, consideramos que se trata apenas do exercício da mentira para a obtenção de verbas fáceis, destinadas a aplicações eventualmente excusas. Freqüentemente, esta prática é designada pela conhecida expressão "indústria da seca". Por trás da falácia, na verdade, há algo extremamente amargo: a exploração da falsa caridade - o jogo "desonesto" da barganha de recursos esconde uma singular estratégia de sobrevivência da lavoura nordestina, além de se constituir num mecanismo de preservação da forma de dominação política. Estratégia antiga, montada na experiência dos Estados do Leste, que o Piauí adotou, aliás, um tanto tardiamente, como veremos nas páginas seguintes.

Se as inverdades estatísticas dificultam uma idéia mais precisa sobre os índices de produtividade global, revelam, por outro lado, uma realidade difícil. A lavoura, que se tornou a base de sustentação da economia do Piauí, em sua atávica e crônica fragilidade, resvala, na ânsia de

sobreviver, pela seara dos artifícios tragicômicos.

A idéia de que a "seca" se origina da própria condição da economia rural, sendo historicamente nova, já completou pelo menos três décadas. Foi nos anos 50 que, conforme sublinhado nas páginas precedentes, surgiu como grande novidade. Lançada por técnicos estrangeiros, foi retomada pelas equipes de estudo patrocinadas pelo Banco do Nordeste. E fez grande figura no famoso "Relatório do GTDN".

Uma frase de efeito, cunhada no relatório sobre a "seca de 1958" elaborado pelo ETENE (Escritório Técnico do Banco do Nordeste) e reproduzida dezenas de vezes nos mais variados tipos de textos, sentenciou, com toda contundência:

> *"A verdade é que a seca desnuda e agrava um quadro existente de pobreza e subdesenvolvimento".*

O grupo de técnicos liderados por Celso Furtado que assentou a idéia da criação da SUDENE havia, por sua vez, concluído taxativamente mais ou menos na mesma época:

> *"Analisando-se os efeitos da seca nas três camadas da economia das zonas semi-áridas - a da agricultura de subsistência, a do algodão mocó e a da criação - vemos que a gravidade do fenômeno e seu prolongamento em crise social se devem ao fato de seus efeitos incidirem de forma concentrada na primeira das referidas camadas"[9].*

E Clóvis Cavalcanti, em 1976, num trabalho encomendado pelo Conselho Nacional de Pesquisa, resumindo de forma exemplar as opiniões prevalecentes, destacou:

> *"Tudo acontece em virtude da precariedade da agricultura de subsistência praticada, que se sujeita, sem quase nenhum poder de enfrentamento, à irregular distribuição das chuvas ao longo do desenvolvimento do período das culturas"[10].*

[9] Relatório do GTDN, op.cit., p.65.

[10] INSTITUTO, Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife. Desenvolvimento do Nordeste: reflexões sobre a índole de um processo vacilante. Recife, 1976. p.89.

Estes posicionamentos, sem dúvida, representaram um avanço notavel na conceituação do problema. O céu passou a ser redimido de um nefasto papel; as condições da atividade econômica entraram na berlinda. Tudo acontece devido à precariedade da agricultura praticada, ao subdesenvolvimento, à pobreza generalizada, insistem os especialistas.

No entanto, quem faz surgir e mantém este tipo de agricultura? Sob que condições emergiu e se consolidou no cenário nordestino? A lavoura praticada gera a pobreza, mas o que leva os agricultores a praticarem inapelavelmente este tipo de lavoura? A quem esta situação beneficia, posto que é inconcebível pensar que todos saem perdendo?

Os textos, em particular o Relatório do GTDN, mostram como este tipo de agricultura se vincula de forma estreita com as demais atividades econômicas voltadas para o mercado. Esta vinculação é de tal maneira simbiótica, que dá lugar a um complexo de atividades de baixo rendimento no qual um elemento não poderia preservar sua própria natureza sem os demais. Esta interpretação naturalmente comporta muitas discussões. Evitando entrar no mérito dos pontos de vista em conflito, seria importante assinalarmos o que distingue a economia rural do Piauí deste complexo admitido para o semi-árido nordestino.

Nas páginas precedentes, já foram assinaladas as dificuldades para assimilar a maior parte do território piauiense como integrante da zona climática palco da agricultura em questão. Apenas uma pequena parte do espaço físico do Estado - precisamente uma estreita faixa do Sudeste - reuniria condições para tal. No que diz respeito às condições econômicas, o enquadramento do caso piauiense no complexo econômico definido para a tradicional área da "seca" mostra-se tanto mais difícil. As atividades consorciadas são outras, a presença do algodão mocó é comparativamente irrisória, a diversificação da produção é bem mais limitada, a tradição é distinta.

No caso piauiense, a criação extensiva, historicamente refratária à presença da lavoura de subsistência, foi compelida, num primeiro momento, a admiti-la. No decorrer do século atual, e apenas no século atual, passou a tê-la como arrimo. O fazendeiro, hoje, não passa sem roças no seu latifúndio. Precisa delas, não apenas pelo pasto que geram e que representa efetivamente uma forma de renda, mas sobretudo pela renda obtida com a produção. No que concerne ao extrativismo, o dono do palmeiral, que encarna também, invariavelmente, a figura do fazendeiro, amargando uma fatídica retração de preços, tende mais que nunca a aferrar-se ao que as roças podem lhe oferecer como paliativo para a perda de sua renda. As duas principais atividades econômicas do campo piauiense, em sua decadência, fomentaram a lavoura. E esta, por isso mesmo, cresce enquanto forma de subsistência meio impura: nunca se limita ao simples objetivo do auto-abastecimento dos lavradores; surge enquanto base da expectativa dos proprietários para a manutenção de suas rendas debilitadas.

Nestas condições, o pequeno produtor sempre é levado a vender uma parte do que consegue colher. A tendência observada é guardar cada vez menos para o consumo familiar. Segundo diversos depoimentos tomados em diferentes áreas, torna-se cada vez mais comum a "venda na folha", prática que revela a incapacidade do agricultor de guardar sua colheita. Provavelmente esta tendência é mais acentuada exatamente onde passam a surgir, de forma mais significativa "novidades", como o uso do crédito e o arrendamento de terrenos arados e cercados. Ou seja, onde se pode perceber com mais facilidade os sintomas da "modernização". Nas viagens realizadas ao interior, foi possível observar que, nos municípios mais conhecidos como cenário da "seca piauiense", incidem de forma particular os efeitos destas transformações na agricultura. Em Pimenteiras, Paulistana, São Raimundo Nonato, etc., difunde-se a prática do arrendamento de terras

aradas. Nestas áreas, o que era gênero típico da lavoura para o auto-abastecimento tornou-se, de forma notória, produto essencialmente comercial.

O uso do trabalho assalariado temporário, que as estatísticas apontam como sendo uma tendência em crescimento, reflete bem a desorganização da subsistência tradicional. O lavrador, assujeitado pelo proprietário, pelo comerciante e às vezes pelo banco, com ou sem "inverno regular", não retém mais o mínimo necessário à sobrevivência de sua família, ficando obrigado a trabalhar como "diarista". E não apenas como diarista do grande proprietário, mas, em escala crescente, dos pequenos e médios que dispõem do crédito bancário. Estes "empregadores" surgem, de fato, como "agentes de repasses" entre o banco e o trabalhador sem terra, eliminando, de certa, forma, o papel que deveria ser do grande proprietário tradicional. Nestas condições, o período de dificuldades para o lavrador deixa de ser apenas aquele em que as chuvas não coincidem com o ciclo vegetativo das culturas. Deixa, na verdade, de ser "período de dificuldades"; torna-se condição permanente da faina agrícola. Com isso, tende fatalmente a reduzir-se o nível de resistência às perdas ocasionadas pelo comportamento do clima. É quando o "desenvolvimento" fomenta a "seca".

A "seca" não desnuda simplesmente a pobreza existente. Mesmo porque "pobre", no sentido da não auferição de renda monetária, o lavrador sempre foi, inclusive quando não sofria o "drama da seca". Bem mais que isso, revela as frágeis condições impingidas ao exercício do trabalho na lavoura. Como este é o gfande responsável pelo emprego da mão-de-obra rural, as dimensões sociais de qualquer retração da produção atinge rapidamente feição cataclísmica.

Parafraseando Cavalcanti, no Piauí, tudo acontece em virtude do latifúndio dedicado à criação e ao extrativismo, que, em crise permanente, exige que cresça a lavoura de subsistência desorganizada, atividade sem quase nenhum

poder de enfrentamento das condições climáticas. Condições climáticas não exatamente adversas, mas, simplesmente, preestabelecidas.

Hoje não há mais os milhares de mortos de antigamente. A "seca" deixou de produzir tais manchetes. Talvez esta seja a grande novidade do noticiário referente ao cataclismo social ao longo dos séculos. Mesmo que, na presente conjuntura, haja uma tendência ao retorno a mortes pela fome, não ocorrerá seguramente notícias de mortandade generalizada.

Isso significaria que as condições para o enfrentamento do clima teriam melhorado?

Para os que procuram a todo custo defender a política governamental até agora adotada em relação ao problema, sim. Esta corrente de opinião, composta por poucos técnicos e um sem-número de fazendeiros, tem muitos argumentos a alinhar...

De fato, com o passar do tempo, muita coisa foi feita e a mortandade está controlada. Um grandiosíssimo esquema de intervenção nas ocasiões mais críticas foi montado e pode ser acionado com relativa rapidez: a abertura e manutenção provisória das "frentes de serviço". Manutenção provisória que no decorrer do século se tornou periódica, entrando para a rotina da economia rural. Dado o volume de recursos e clientes envolvidos; considerando o tempo hábil com que é posto em funcionamento e o nabitual emperro da endêmica burocracia nacional e levando em conta os objetivos que o orientam, é difícil considerar este esquema ineficiente.

Além disso, a ação governamental pôs em cena uma infra-estrutura básica que, para as vítimas da "seca", forma um ambiente completamente distinto daquele do início do século. /As estradas construídas permitem um escoamento da população muito mais rápido e menos traumático, esvaziando os focos de famintos que se dispersam em busca de arrimo;

nos casos críticos, os alimentos eventualmente enviados para socorro chegam em muito menos tempo ao seu destino; os "pontos d'água" se multiplicam muitas veres, evitando elevado número de pessoas mortas pela sede; os carros-pipa da SUDENE varam quase ininterruptamente os sertões, num triste, dispendioso, angustiado e salvador vai-e-vem; não há mais a antiga prática da montagem de "hospedarias" ou "campos de concentração", que constituíram outrora verdadeiros antros de dizimação dos retirantes através das epidemias; os postos de saúde de hoje, distribuindo medicamentos e vacinas, prolongam o martírio dos desvalidos, evitando agonias abreviadas...

Entretanto, para os trabalhadores "flagelados" e os que não se contentam em analisar os fatos através de suas aparências, não se pode concluir que a "seca" tenha abrandado seus efeitos. Não é pelo número de vítimas fatais nos momentos de crise que se pode medir a retração ou expansão do fenômeno. Sequer os números que mostram sua distribuição geográfica podem constituir instrumento seguro de medição, já que nada revelam sobre a variedade e a intensidade de suas conseqüências. Mesmo as condições da agricultura, que vê ampliada sua taxa de risco e seu potencial gerador de pobreza, não basta como medida.

É preciso considerar também outros parâmetros. Como, por exemplo, o dos momentos históricos em que o País assistiu ao drama nordestino. O Brasil não é mais o País que viveu os sinistros de 1877, de 1900, de 1915, de 1932... Os detentores do poder de então não podiam se orgulhar do fato de o País deter o nono Produto Interno Bruto do mundo e uma variada pauta de exportações que chega a incluí-lo entre os maiores fornecedores internacionais de equipamento bélico. Tampouco podiam dispor de uma importante e sofisticada rede de comunicações e transporte; de um considerável sistema de formação de pessoal técnico e universitário; de uma significativa capacidade de produção de tecnologia, de pesquisa e planejamento. Não havia capacitação para a construção de gigantescas pontes, estradas, hidrelétricas e toda

sorte de empreendimentos que deixa boquiaberta a opinião pública...

Por outro lado, abrandando a inépcia do poder de outrora, podem ainda ser lembrados os fatos de que, hoje, o País não vive estigmatizado pelos estragos de guerras nem o poder central é corroído por acirradas disputas interregionais. A presente etapa histórica mostra, pelo contrário, um País sem seqüelas de guerras e uma centralização do poder nunca antes registrada; mostra (mostrou?) autoridades governamentais com força e determinação bastantes para gerir como lhes convém os problemas da nação.

Mudou o País, mudou a economia, mudou a classe trabalhadora.

O País não suportaria mais as velhas manchetes: notícias de centenas de milhares de pessoas mortas a fome e sede teriam repercussões internas e externas de conseqüências imprevisíveis. Hoje, a opinião brasileira pode até estar acostumada à cena dos nordestinos amargando suas dificuldades, como sugere o verso mordaz de Vinícius que serviu de epígrafe a este trabalho. Afinal, pobreza e miséria não são características específicas desta região brasileira. Mas convive mal com esta realidade. E não aceitaria os sinistros de outrora.

Por sua vez, a economia, tanto a nordestina quanto a do Sudeste e a que posa de carro-chefe da expansão da fronteira agrícola, não resistiria facilmente aos súbitos e gigantescos desfalques de mão-de-obra gerados pelas mortandades de 1877 e 1915. Afinal, esta economia cresceu e se consolidou tendo a farta disponibilidade de mão-de-obra barata como um de seus elementos propulsores mais importantes. Para haver mão-de-obra barata é preciso, antes de tudo, existir um grande número de desempregados, de gente em busca de colocação. Assim, sempre foi e é fundamental, para o tipo de desenvolvimento experimentado pelo Brasil, que os nordestinos não morram em grandes vagas, mas sim que escoem

desesperados em busca de trabalho. Enquanto párias, amontoados nas favelas das grandes cidades ou rompendo as matas virgens onde a empresa capitalista passa a se implantar, os retirantes da "seca" cumprem sua destacada função no desenvolvimento brasileiro.

Enfim e como haveira de ser, mudou também o trabalhador rural da região semi-árida. Não é mais aquele que, esquálido e moribundo, de cócoras, esperava contemplativo o desaparecimento de seus últimos sinais vitais, numa "resignação" que serviu de tema para muitos romancistas. O trabalhador aprendeu a juntar-se a outros esfaimados, nas cidades do interior, para, em multidão, exigir das autoridades locais comida e trabalho. No caso do não atendimento a suas reivindicações, reage, preferindo tornar-se "caso de polícia". Fato inédito na história do Piauí, em 1981, atendendo a uma convocação da FETAG-PI (Federação dos Trabalhadores da Agricultura), dezenas de sindicatos reuniram, num mesmo dia, mais de 50 mil trabalhadores reivindicando medidas em relação ao programa de emergência do Governo.

O trabalhador piauiense "flagelado" pode hoje ver, via satélite e em cores, o exemplo de seus companheiros de infortúnio em Quixadá, Tauá, Aracoiabó, etc., no instante mesmo em que partem para as desapropriações de alimentos. Os maquilados locutores da televisão terminam oferecendo aos famintos de Jaicós, Oeiras e Paulistana outra perspectiva que não a da histórica "resignação" dos piauienses...

Definitivamente, não há mais condições para a "seca" matar como outrora. Mas não houve uma retração do fenômeno. Simplesmente, a roupagem com que se apresenta ao público foi retocada, com a eliminação de seu badulaque mais horripilante.

6. SOCIEDADE VERSUS NATUREZA

O clima seria adverso, o meio hostil, a natureza cruel com a sociedade dos homens? Ou a sociedade é que insiste em desconsiderar as condições objetivas do meio ambiente; que insiste em exigir o que a natureza não tem condições de oferecer; que se obstina em não levar em conta o que foi previamente estabelecido e cuja transformação, em essência, ainda não está ao alcance de seu saber e/ou de sua vontade?

Estas questões não são habituais na extensa literatura tratando da "seca". Apesar disso, não consta serem questões descabidas. Tanto que ao longo do século muito se culpou a natureza pelas dificuldades da sociedade rural nordestina.

A exploração econômica do Piauí, em acerto com a exploração do interior nordestino, sempre transgrediu abertamente o rigoroso e delicado código da natureza local. Não só através da forma especialmente predatória de produzir, mas, antes de tudo, na própria determinação do que produzir.

A rigor, esta é a mais abrangente e inapelável dimensão do problema "seca": a inadaptação ao meio ambiente do tipo de agricultura praticada na região.

Sobre esta dimensão debruçou-se José Guimarães Duque, um agrônomo dedicado à pesquisa, que penetrou fundo na compreensão do complexo e singular meio nordestino. Este autor ofereceu textos primorosos, mostrando com poética eloqüência a delicadeza da estabilidade vegetativa do Nordeste e o processo de liquidação que a ameaça. Duque revelou o caráter simbiótico das vinculações entre as diversas associações florísticas; os mecanismos de sobrevivência desenvolvidos pelas espécies em função das disponibilidades de água no solo e na atmosfera; a delicada e complexa relação mantida entre estas associações e a oferta de nutrientes; o estreito

elacionamento com a luminosidade, a temperatura, etc.(1)

No "Nordeste seco" e em grande parte do território piauiense, a vegetação, em sua evolução milenar, atingiu um clímax de estabilização vital com o xerofilismo. As espécies xerófilas representam o estado maduro da evolução biótica na região; representam o ponto de adequação dos vegetais ao meio físico. As variações da flora encontradas no percurso leste-oeste da área que sofre o "drama da seca", indo da caatinga mais típica até o palmeiral do subúmido, retratam as adaptações necessárias da vida vegetal às condições do meio. Mostram como os vegetais assimilam e reagem às variações do espaço físico que os abriga.

O que poderia ocorrer então se, no lugar de espécies vegetais delicadamente adaptadas a condições tão específicas, fossem introduzidas outras, estranhas, dependentes de chuvas regulares, demandantes de solos ricos e bem drenados? E mais: o que aconteceria se, na introdução destas culturas, fossem utilizados em larga escala o fogo e o desmatamento indiscriminado? Se, no afã de produzir, fossem criadas as condições para uma erosão permanente, progressiva e irreversível, reduzindo ainda mais as chances das culturas introduzidas? E se este processo tivesse a duração de séculos?

O que poderia acontecer e de fato aconteceu é uma herança problemática para a geração atual e trágica para as futuras gerações. Solos desnudos, empobrecidos, em franco processo de desertificação; terrenos erodidos, numa constante e trágica desagregação; preciosas espécies vegetais e animais extintas ou em vias de; rios enlouquecidos, de águas rasas, incontidos em seus trajetos originais com escoamento

(1) Entre os textos mais importantes de Guimarães Duque, estão: Solo e água no polígono das secas, editado pela 1ª vez em 1949. A edição mais recente (5ª) é a da Coleção Mossoroense, v. 142, 1980, patrocinada pelo CNPq: O Nordeste e as lavouras xerófilas. Fortaleza, BNB/ETENE, 1964.

súbito, desastrado, mortífero, inundando traiçoeiramente terrenos habitados e levando ao mar, em enxurradas, toneladas de preciosos sedimentos; águas superficiais acumuladas naturalmente desaparecendo sob o impacto do estancamento de suas fontes alimentadoras; águas superficiais acumuladas artificialmente, com grande dispêndio de trabalho e recursos, sujeitas a intensa evaporação, salinizando a terra...

Herança que, para os desavisados, não repugna tanto quanto a contaminação da atmosfera nos grandes centros industriais ou o alastramento de armas atômicas com alto poder destrutivo. Mas que incide, com virulência, nas condições de vida e de trabalho de milhões de nordestinos. E mostra o quanto essa economia rudimentar e pouco rentável do interior nordestino exaure as potencialidades locais, limitando, fatalmente, seu próprio desenvolvimento e debilitando, de forma contínua, sua capacidade de resistência às inflexões climáticas.

Os trabalhadores rurais "vítimas da seca" foram condenados a produzir arroz, feijão, milho e mandioca para a alimentação de suas famílias. Uma condenação inapelável, forjada pelo próprio processo de colonização e vivamente intensificada no século atual: plantam e colhem estes produtos ou a vida lhes é tornada impossível. E estas culturas, das quais dependem suas sobrevivências, são extremamente sensíveis às condições do meio; sensíveis às mínimas inflexões do clima. Adaptam-se mal à maior parte do solo agricultável, com exceção do caso da mandioca, precisamente a de menor valor nutritivo e comercial. Precisam de insumos, de apoio artificial para seu pleno desenvolvimento. Mas, como numa condenação complementar, os trabalhadroes rurais são obrigados a produzir da forma mais rudimentar possível; estas culturas tornam-se ainda mais fatidicamente indefesas, sujeitas às "desfavorabilidade" do meio. Em particular, sujeitas ao comportamento do clima.

Por que não ocorre aos lavradores outras formas de sobrevivência, outras opções de culturas? Por que não lhes é possível outra maneira de garantir suas colheitas que não a de pedir ajuda aos céus para que chova, visto que o uso de artifícios técnicos salvadores, como o da irrigação, não está ao seu alcance? Por que não agem no sentido da preservação de seu próprio meio de trabalho?

É precisamente neste ponto que a análise da "seca nordestina" foge do âmbito limitado da relação lavoura - meio ambiente e passa para a alçada mais complexa da relação sociedade - natureza.

Há muito tempo estão catalogadas e estudadas as espécies vegetais autóctones plenamente adaptadas, que oferecem boas condições para a alimentação animal e humana. Até espéceis importadas de fácil adaptação constam do acervo de conhecimentos gerado pela pesquisa agronômica ao longo de décadas. Mesmo no que concerne às culturas tradicionais, os especialistas há muito já colocaram à disposição da lavoura os tipos de sementes mais aptas a sobreviver ao "clima adverso": sementes com ciclo vegetativo mais curto e de maior potencial produtivo. As técnicas de manejo do solo, de uso da água, de preservação dos recursos hídricos são também largamente conhecidas.

Entretanto, a substituição de culturas ou o aperfeiçoamento das culturas exploradas bem como a preservação das potencialidades da terra, fácil segundo manuais dos agrônomos, tornam-se impossíveis frente ao caráter do trabalho agrícola prevalecente, que é ditado pela rigidez da organização sócio-econômica. Esta sim, é adversa, sem aspas, à atividade agrícola compatível com a natureza nordestina. E não só à lavoura, cabe frisar. Propostas mais abrangentes de diversificação da produção, incluindo outras atividades, como a indústria da pesca, por exemplo, jazem hoje como quimeras nos relatórios técnicos produzidos no decorrer da "história das secas". Todas as saídas apontadas, enfim,

visando à harmonização do convívio da sociedade rural nordestina com a natureza que a abriga, estancaram diante de barreiras inexpugnáveis.

Conviria alguma reflexão sobre esta questão na tentativa de estabelecer algum fundamento para as razões da agressividade na relação da sociedade com a natureza e da sua longeva persistência.

Neste sentido, caberia naturalmente tomar em conta o processo histórico no qual estão fincadas as raízes da sociedade atual. Em outras palavras, caberia levar em consideração o próprio projeto colonial para o Nordeste, dado que nele estava delineado o comportamento da sociedade emergente.

O colonizador, ao penetrar no interior nordestino, tinha objetivos definidos. Sabia o que teria de produzir, dentro da lógica da busca de proveitos ditada pelo interesse metropolitano. Estranhou as condições da terra, chegando mesmo a pôr em dúvida as vantagens que a mesma poderia oferecer. "As terras se apresentam limpas ou têm pouca vegetação; são completamente estéreis..." afirmaria o diretor da Companhia das Índias Ocidentais, traduzindo o choque dos holandeses e demais europeus diante da paisagem do semi-árido.(2) Apesar de estranhar as condições da terra, o colonizador não cogitou em respeitá-las.

Além das atividades puramente extrativas, logo determinou a exploração agrícola e pecuária que lhe convinha. Não pôde recuar diante do fato de as culturas e a forma de produzi-las ferirem as regras da natureza da região. Não podia se dar este luxo, sob pena de frustrar suas próprias intenções; sob pena de não assumir seu próprio papel no elenco dos protagonistas da construção de uma nova era, a do capitalismo. Para todos os efeitos, as terras conquistadas

(2) Cf. ALVES, Joaquim. História das secas. op. cit., p. 38.

deveriam servir a metrópole. E, aos seus habitantes, cabia a submissão ao projeto colonial.

No início do processo de exploração colonial, o estrangeiro tentou submeter o homem, parte inteligente da natureza, que se rebelou e por isso foi exterminado. O colonizador suplantou o percalço, continuando a execução de seu projeto com mão-de-obra importada. Resolvido o problema da mão-de-obra, restaria o da natureza, tão indócil quanto o homem, mas, ao contrário deste, infinitamente mais potente.

A dificuldade de penetração inicial nas áreas mais secas do interior nordestino e, num segundo momento, a perda sistemática das culturas e as conseqüentes tragédias sociais advindas com a exploração econômica seriam as faces cruentas da rejeição do "habitat" à intenção do colonizador. O ambiente do Nordeste não suportou de bom grado a produção que lhe foi exigida. Esta desrespeitou a natureza, mas não impunemente. Como sentencia Guimarães Duque: "as transgressões ao jogo harmonioso das forças naturais importam em penalidades que primam pela crueldade e imutabilidade". (3)

Normalmente, quando a palavra colonização é pronunciada, o pensamento é levado para épocas remotas. Prevalece a idéia de que a obtenção formal da autonomia política teria sepultado o projeto colonial. Nada mais incoerente. Apesar de travestido na atualidade, o projeto sequer foi retocado em sua essência. Não consta, afinal, que o País tenha obtido sua autodeterminação econômica. E a própria conjuntura atual, no momento em que este trabalho é redigido, dispensa demonstrações a respeito: pesa na consciência nacional a impossibilidade de o País definir internamente seu próprio rumo.

(3) DUQUE, José Guimarães. *Solo e água no polígono das secas*. Mossoró, RN, 1960. p. 19 (Coleção Mossoroense, 142).

A colonização, em termos econômicos, não pode ser tomada coerentemente como coisa do passado. Para o caso do "Nordeste seco", isso é tanto mais notório quanto persistem diretrizes traçadas há séculos para a força de trabalho e para a utilização das riquezas naturais da região. Com alguns retoques, continua esta a exercer o papel de fornecedora de matérias-primas, a baixo custo, preferentemente para as áreas mais diretamente ligadas às metrópoles, pois que já não há mais apenas uma.

Na perspectiva da divisão do trabalho regional do Brasil, ditada essencialmente pelos interesses coloniais, o Nordeste "flagelado pela seca" nunca se distinguiu pelas relações diretas com o estrangeiro. Produziu essencialmente para o mercado interno, mesmo estando submetido, de uma forma ou de outra, à demanda metropolitana. Com sua pecuária extensiva, suas explorações extrativas e sua agricultura de baixíssima rentabilidade, jogou papel fundamental no apoio à atividade das áreas eleitas para produzirem diretamente para o exterior. Excetuado o algodão, que, aliás, nunca foi tão destacado no Piauí quanto no restante do semi-árido, e os episódicos movimentos comerciais dos produtos do extrativismo, a produção da área flagelada se dirigia às zonas de economia de exportação. O dinamismo que estas áreas exportadoras puderam exibir não teria sido possível caso o interior nordestino tivesse fugido ao seu papel de área produtora complementar.

Não caberia, no contexto deste trabalho, revelar as diversas nuances e etapas da posição da área "flagelada" do Nordeste na divisão geográfica dos esforços produtivos estabelecida no País. A literatura existente sobre a história econômica do Brasil, via de regra, trata mal o tema, quando simplesmente não o ignora. Mas os textos sobre a história regional disponíveis oferecem diversos elementos básicos. Vale assinalar que, na própria análise oferecida pelo GTDN, onde a "seca" foi abordada com destaque, o assunto

...i não só valorizado como bastante enriquecido. O documen-
...o ofereceu, com bons argumentos, uma visão do sentido das
...elações econômicas mantidas entre a área e a economia regio
...al/nacional.

Caberia, sim, concluir que, dentro da ordem es
...abelecida de fora para dentro, fincando as bases para a di-
...visão espacial do trabalho, ao "Nordeste da seca" coube um
...papel extremamente infeliz: ficou subordinado a uma área que,
por sua vez, estava subordinada ao poder metropolitano. Seus
recursos naturais não foram valorizados senão na perspectiva
do abastecimento interno, o que, na ótica da economia colo-
nial, representa um interesse secundário.

Dentro desta escala de sujeições, a posição ou
torgada ao semi-árido piauiense foi, mais que todas, atroz
porquanto acrescentou um degrau suplementar na hierarquia das
subordinações. O Piauí foi designado para produzir para
áreas já em posição de subordinação às "privilegiadas" loca-
lidades que se relacionavam diretamente com os centros de do
minação da economia mundial. Forneceu o gado bovino e seus
subprodutos ao interior da Bahia, Pernambuco, Ceará, que, por
seu turno, abasteciam a zona açucareira. Nas ocasiões das
inevitáveis crises das "secas" nestas áreas, atuou de forma
destacada na preservação dos rebanhos e de sua população.
Nesta condição outorgada, ficou claro o pouco valor dos re-
cursos da natureza piauiense.

Os momentos em que este esquema secular sofreu
variações foram poucos e efêmeros. No passado mais remoto,
há que se assinalar as memoráveis exportações de charque pa-
ra o Norte do País e para as Guianas. Momentos que fizeram
a glória da Paraíba, a porta do Piauí para o Atlântico. Em
período mais recente, no final do século passado, pesou por
um instante na economia piauiense a exportação de algodão
bruto. Já no século atual, o surto extrativista marcaria
presença com mais destaque, rompendo uma rotina histórica
monótona e sem brilho.

Com o extrativismo vegetal abriu-se a ocasião
para o Piauí entregar o que tinha diretamente para o centro
do mundo: os países já vivendo plenamente, e com todo o vi-
gor, a era do capitalismo. Por alguns instantes, estes paí-
ses se interessaram pelos produtos da flora piauiense. Sem
discussão, rejubilados, grandes proprietários de terra e co-
merciantes reorientaram seus negócios, fazendo a vida local
girar em torno da demanda externa. Na miragem dos grandes
lucros, extraíram como puderam os frutos da natureza. O in-
teresse da indústria internacional, entretanto, não durou
muito. Foram inventados os sucedâneos sintéticos e encontra
das outras áreas do globo que melhor aprouveram aos desíg-
nios imperiais em sua busca de matérias-primas. Os produtos
piauienses subitamente perderam seu valor de mercado. A tris
teza dos grandes proprietários e comerciantes do Piauí fez a
alegria dos chefes tribais africanos aculturados. No Conti-
nente Negro e na Ásia, a indústria foi saciar sua fome de
produtos tropicais. As potencialidades da natureza local fo
ram abandonadas como trastes imprestáveis. Ou deixadas na
reserva para quem sabe um dia...

O saldo da exploração extrativista no Piauí
não foi nada alentador. De nenhuma forma engendrou fatores
que dessem condições à economia local para uma autopropulsão.
Não gerou mercado interno; não propiciou inversões significa
tivas de capital em setores produtivos; não "modernizou" a
economia. Isso apesar do considerável volume de divisas que
ofereceu ao País e que serviu basicamente para ajudar no es-
forço dito "nacional" de substituição de importações. Em ou
tras palavras, gerou divisas que financiaram, em boa parte,
a industrialização do Sudeste brasileiro. Além disso, o ex-
trativismo ofereceu condições para a preservação do latifún-
dio parasitário e para a expansão de uma trôpega e rudimen-
tar agricultura.

Coroando sua obra, a exploração extrativista
deu vez a uma intensa depredação da natureza. Na ânsia da

pilhagem, como sói acontecer, não houve lugar para racionalidades. Irracionalmente, tal como na época do Pau Brasil, a flora e a fauna piauiense foram exploradas, consumidas, exauridas com avidez digna dos grandes fornos da indústria moderna. Não coube qualquer iniciativa para assegurar a conservação e a reprodução do ambiente local. Sob a égide do extrativismo, que adotou a lavoura de subsistência para viabilizar-se, o desmatamento, o fogo e a caça grassaram em expansão geométrica.

No que concerne à depredação da natureza, o extrativismo repetiu, com mais intensidade, a façanha melancólica da pecuária extensiva. Aliás, as duas tradicionais atividades econômicas mais importantes do Piauí guardam entre si muitos pontos de semelhança: ambas exigiram poucas inversões de capital, utilizaram técnicas arcaicas, estiveram montadas em cima do latifúndio, absorveram relativamente pouca mão-de-obra e exauriram intensamente os recursos naturais. Aceitando compulsoriamente, em sua decadência, o consórcio com a lavoura de subsistência, a criação extensiva de gado forjou mais um ponto de semelhança com o extrativismo. Com isso, ajudou substancialmente a propagação das seqüelas que ficam no rastro desta agricultura inapta ao meio natural.

Fogo para o pasto, fogo para as roças, devastação indiscriminada da cobertura vegetal na caatinga, no palmeiral e no cerrado; nas margens dos rios e lagoas; nas baixadas e chapadas, durante décadas, séculos a fio, provocando alterações irreversíveis. Atingindo em cheio as condições de sobrevivência da população; preparando um futuro amargo...

Atualmente, os dados relativos aos já reduzidos percentuais de terras agricultáveis caducam em pouco tempo. Com a destruição da cobertura vegetal, o solo raso, de baixa fertilidade e limitada drenagem, que compõe a maioria dos 250 mil quilômetros quadrados do território piauiense, torna-se, de forma crescente e acelerada, imprestável para a atividade agrícola. Quanto às reservas d'água, decantadas

preciosidades do Piauí, a herança não é menos incômoda, com os rios perdendo paulatinamente sua perenidade e as lagoas, suas fontes abastecedoras.

Que força determinou, em primeira instância, processo tão predatório senão a do determinismo da sujeição econômica?

O processo de deterioração do meio ambiente é consensualmente execrado. Governantes, políticos, técnicos e poetas manifestam, às vezes com virulência, suas indignações. Entretanto o consenso se quebra quando ocorre a definição de responsabilidades. O mais comum é jogar a culpa numa personagem vaga, nunca exatamente definida e, por isso mesmo, fácil de ser atacada: clamam contra a atividade depredadora do "homem". Ademais, também é freqüente admitir o processo predatório como sendo "ônus do desenvolvimento", "preço do progresso", etc.

Com estas argumentações, o centro do problema da agressão à natureza fica embaralhado. Afinal, passa-se ao largo de questões fundamentais, a saber: a quem o desenvolvimento beneficia; quem o orienta e assume sua gestão; quem sofre efetivamente as conseqüências, ou seja, quem paga o preço da depredação.

Na verdade, ao evitar uma clara definição de responsabilidades, a culpa termina recaindo sobre quem trabalha a terra. Sobre a mão que desmata e ateia o fogo. Imputar responsabilidade ao "homem desavisado e inconsciente" que lavra a terra como único meio para garantir sua miserável existência, é uma postura tão inócua quanto abominável. É jogar fumaça, despistando a localização do mandante do crime. É transformar a vítima em agressor.

O lavrador, nas circunstâncias em que exerce seu trabalho, sempre foi objeto de determinações cuja formulação não lhe coube sequer influenciar. Como a natureza, é vítima da sociedade organizada segundo diretrizes assentadas

de fora para dentro e de cima para baixo.

A história da economia moderna é muito fértil em exemplos gritantes de agressão à natureza para que pairem dúvidas sobre o potencial destrutivo do capitalismo. A insistência em negar evidências cristalinas, na verdade, só pode ser compreendida como uma posição ideológica de defesa da forma capitalista de produzir. Nesta defesa, urge escamotear a origem dos mórbidos atentados contra a natureza.

Para o trabalhador rural ver sua roça frutificar, não lhe resta outra alternativa senão a queima e o desmatamento, na hora conveniente e da forma possível. Da mesma maneira como as condições objetivas em que exerce seu labor não lhe permitem outras opções que a de assumir uma pesada taxa de risco ao se dedicar a culturas que a natureza piauiense aceita mal.

A paisagem e a história locais sugerem um território potencialmente forte em recursos naturais. Mas são recursos cujo valor de exploração é relativo, pois que fixado pela ordem econômica estabelecida.

Esta ordem não valorizou os épicos vencedores da luta pela sobrevivência em condições piauienses. Desprezou os organismos vivos que, independentes do comportamento do clima, persistem incólumes e altivos, assistindo à tragédia das culturas importadas. Faveiras, jatobás, piquizeiros, tucunzeiros, palmeiras de toda sorte, que valor detêm nos critérios do colonialismo travestido? Menos valor que o trabalho do homem, cujo preço, por sua vez foi continuamente aviltado no percurso da história piauiense.

7. A DINÂMICA DA "SECA"

As páginas anteriores trataram de todo um conjunto de situações e problemas referentes ao surgimento da "seca" no território piauiense. Foram enfocados sucessivamente: as relações entre as condições pluviométricas e os problemas da agricultura; a antiga insensibilidade da economia piauiense frente às condições climáticas; o papel que o território exerceu durante as crises dos Estados vizinhos; as modificações ocorridas na economia rural que perfizeram a base para a expansão da seca e, por fim, o conflito entre a atividade econômica e a natureza.

Neste ponto da exposição, cabe orientar o raciocínio para a análise dos desdobramentos mais amplos do fenômeno. Em outras palavras, seria o caso de refletir sobre suas conseqüências para o processo de desenvolvimento sócio-econômico piauiense. Conforme assinalado, estes desdobramentos da "seca", condicionando uma dinâmica própria, geram conseqüências que chegam a imprimir modificações na própria fisionomia da sociedade e da economia do Estado. Nesta perspectiva de análise, conviria, de início, dar prosseguimento ao trabalho de comentar as idéias e conceitos sobre a "seca" emitidos e aceitos, de uma forma geral, através da bibliografia disponível. Os mais diversos trabalhos tomam sempre como ponto de partida em suas análises o texto do GTDN, razão pela qual damos atenção particular ao mesmo.

Quando, há algumas décadas, um restrito círculo de especialistas rejeitou a idéia de "seca" enquanto simples perda de produção ocasionada por "adversidades climáticas", a noção que passou a ser elaborada foi a de "seca" como sendo uma crise na economia agrícola por natureza vulnerável. Uma crise conjuntural sobreposta a complexos problemas da conjuntura econômica ou, conforme o uso corrente, sobreposta a uma crise estrutural. De todos os textos

que na época trataram do assunto, foi o Relatório do GTDN o que mais elaborou estas idéias. Definiu de forma categórica a "seca" como uma "crise de produção determinada por fatores climáticos". Uma brusca contração da produção, desorganizando momentaneamente a economia rural e gerando efeitos calamitosos devido à "baixa produtividade da economia da região e incidência maior sobre a agricultura de subsistência". O estigma de flagelo ficaria por conta da pobreza acentuada e das precárias condições de vida da grande massa trabalhadora dedicada a este segmento da economia[1].

Enquanto crise econômica, a "seca" se revestiria de muitas singularidades. Ao contrário do que faz supor o termo em relação à economia capitalista, no caso em pauta não se trata de nenhuma forma de retração da demanda. Trata-se, sim, de uma não programada e incontrolável queda de produção da lavoura. Seus efeitos não se propagam mecanicamente em cadeia, gerando distúrbios econômicos variados, como no caso das crises típicas do capitalismo. Verifica-se queda acentuada na produção de milho, feijão, arroz, leite, mas isso pouco ou nada se reflete na performance do produto global. Nas crises de 1958, 1966 e 1970, quando registrou-se queda brutal da produção de grãos, momentos que ficaram registrados na história recente do País pelos grandes sofrimentos da população rural nordestina, o produto global da região apenas apresentou pequenos decréscimos e mesmo leves aumentos: em 1958, decréscimo de 0,8%; em 1966, aumento de 1,5%; em 1970, queda de 0,9%[2]. Nos últimos anos, isto é, em 1979, 1980 e 1981, momentos de persistentes e graves dificuldades para os lavradores, com importantes reduções nas colheitas, o produto nordestino não deixou de apresentar algum crescimento, apesar da tendência recessiva da economia brasileira. Os mentores da política econômica nacional chegaram

[1] *Relatório do GTDN, p.62-73.*

[2] *Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, op.cit., p.96.*

mesmo a alardear o fato, apresentando-o como prova conclusiva de sua atenção para com a região e da eficácia da política adotada:

> *"(...)a economia do Nordeste cresce, apesar da seca"; Não houve, durante estes três anos de seca, nenhuma redução do nível de atividade no Nordeste. Pelo contrário(...) o Nordeste continuou crescendo"*[3].

Inferências inconsistentes e arroubos propagandísticos à parte, o fato é que a "seca", a despeito de seu cortejo de dramas sociais, não contagia catastroficamente a economia como um todo. Os analistas tenderam a concluir que isto ocorria em virtude de se tratar de uma crise proveniente sobretudo de um segmento da produção, a lavoura de subsistência, com pouco atrelamento à economia de mercado. A produção perdida era justamente aquela que deveria alimentar os próprios produtores. Foi com base nesta conclusão que se formulou a proposta de tornar a lavoura mais resistente ao clima através da modernização, com destaque especial para o fomento à prática da irrigação. Vale dizer, o conteúdo da proposta foi, na realidade, a liquidação da economia de subsistência, já que esta, modernizada, integrar-se-ia, completa e definitivamente, à economia de mercado.

Se é verdade que os percalços da lavoura dita de subsistência não contagiam catastroficamente outros setores da economia, caberia refletir mais calmamente sobre o fato. A explicação de que isso ocorre devido à falta de integração da lavoura na economia de mercado é, senão incorreta, bastante insuficiente.

Com efeito, o comportamento do clima incide particularmente sobre a lavoura, sobre a pequena produção, constituída pelas roças rudimentares. Mas isso não acontece

[3] DELFIM Neto, Antonio. *Apesar da seca o nordeste não deixou de crescer. Brasília, Secretaria de Planejamento, 1982.* (Entrevista do Ministro Antonio Delfim Neto a jornalistas da Paraíba em Brasília, 22.12.1982).

por motivo do distanciamento da lavoura da economia de mercado. Até mesmo porque no presente momento histórico, em que ocorre o agravamento da seca, esta distância nunca foi tão curta. Conforme foi analisado no capítulo referente à expansão da "seca", não seria correto admitir simploriamente esta alegada desintegração com o mercado, dado que a chamada subsistência não ocorre de forma pura. Enquanto atividade auto-sustentada e auto-sustentável, vive um intenso processo de desagregação; integra-se compulsoriamente, de forma bem dinâmica, no mercado. Isso, sem deixar de preservar sua natureza de produção rudimentar, admitindo relações arcaicas de trabalho e guardando com freqüência o caráter de produção familiar.

A verdade é que o produto da roça, com ou sem perdas devido ao clima, fica cada vez menos para a alimentação dos produtores. Vai para o mercado, movimenta o comércio, alimenta as massas urbanas. Os produtores passam a adquirir os gêneros que produzem no comércio, obrigados que são a pagar dívidas contraídas. Nas conversas com os lavradores nas mais diferentes localidades do Piauí, raros foram os que asseguravam não adquirir normalmente feijão, arroz e farinha de comerciantes durante os últimos dez anos. Entregando suas produções aos negociantes, os lavradores acompanham o ritmo de expansão da economia de mercado, integrando-se, em condições bem desfavoráveis no ambiente capitalista. Quanto mais este processo se intensifica, mais se expõem as injunções climáticas; mais facilmente tornam-se "vítimas da seca". Vale lembrar, neste sentido, o caso concreto de Uruçuí. Enquanto nesta região a lavoura foi realmente atividade de subsistência, não se conhecia a "seca". Hoje, a subsistência desorganizada pela penetração capitalista não resiste mais às irregularidades climáticas. Sob uma pluviosidade pré-amazônica, as perdas de produção e os conseqüentes dramas sociais passam a fazer parte da rotina na área.

Sem dúvida, o comportamento das chuvas atinge em cheio a pequena produção, gerando dramas sociais, já que

é a pequena produção o segmento da economia que mais abriga os potenciais "flagelados". No entanto, imputar as responsabilidades pelas tragédias à lavoura de subsistência seria evitar a consideração de toda a mixórdia das relações entre a estrutura econômica e a chamada subsistência. Equivaleria, de fato, a abstrair, na análise do processo econômico, a própria razão de ser da lavoura de subsistência dentro da estrutura geral da economia. E, mais ainda, seria não levar em conta as múltiplas injunções que a pequena produção está submetida por conta das transformações capitalistas em curso na economia rural.

No caso piauiense, como procuramos demonstrar, o papel da subsistência sempre foi bastante nítido. A roça se expandiu para viabilizar funcionalmente o latifúndio criador e extrativista, segmentos hegemônicos da economia. Os percalços da roça, portanto, vinculam-se, em primeira instância, aos interesses destes segmentos que lhes condicionam a existência. A "seca", enquanto drama da pequena produção, não pode deixar de ser um produto engendrado no quadro da estrutura econômica como um todo. Quando os interesses hegemônicos no meio rural cobram insistentemente maiores contribuições da pequena produção, fatalmente reduzem as condições de sobrevivência dos produtores; ampliam a vulnerabilidade dos clientes preferenciais da "seca".

A economia rural gerou e fomenta, com efeito, as crises periódicas da produção. Os setores hegemônicos desta economia, perfeitamente articulados, souberam formular e pôr em prática mecanismos que lhes evitam maiores transtornos. A "seca" não lhes causa abalos insuportáveis. Ao contrário, eles convivem harmoniosamente com seus efeitos. No meio da tragédia, podem até mostrar boa performance econômica, como no caso de segmentos da economia urbana regional.

Há fundadas razões para suspeitas de que há os que ganham e os que perdem com a "seca". Outra coisa não pode sugerir a persistência do fenômeno ao longo dos séculos.

Afinal, se todos perdessem, não haveria motivos para tal longevidade.

"Quem ganha e quem perde com a seca"? Esta pergunta, formulada centenas de vezes durante a pesquisa de campo, teve uma só resposta: todos disseram perder. Tanto o fazendeiro como o pequeno proprietário e o trabalhador sem terra afirmaram ter prejuízos. Naturalmente, há diferenças de ótica na abordagem do problema. E José Brito Pinheiro, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pimenteiras, distinguiu isso muito bem:

> *"O proprietário diz: 'trabalhador não sofre o tanto que eu sofro. Porque eu perco meu gado, perco minha criação, perco tudo!' Ele está visando só à salvação da criação dele. E o trabalhador está visando é à família que está toda morrendo de fome"(4).*

Os grandes proprietários nunca se tornam indigentes. Os trabalhadores, sobretudo os sem terra, é que ficam realmente sem qualquer saída. Há possibilidades de bons proveitos para uns, prejuízos toleráveis ou assimiláveis para outros e de miséria para a grande maioria.

Estas possibilidades são estabelecidas, em primeiro lugar, pelas próprias relações de trabalho mantidas no âmbito e em função da atividade agrícola. Em segundo lugar, pelo sistema de comercialização da produção e, por fim, pela política governamental, que se distinguiu historicamente pela grande interferência na economia da área afetada pelo fenômeno.

Nos contratos de trabalho consagrados pela prática entre proprietários e trabalhadores sem terra, que constituem o grupo mais numeroso entre os "flagelados", está a primeira e mais importante fonte das dificuldades. Mais que a "inclemência do céu", provocam miséria e desgraça não ocasionais, mas permanentes.

(4) *Entrevista concedida por José Brito Pinheiro, aos autores, em Pimenteiras, 27.04.1982.*

Estes contratos sofrem variações de um local para outro em função de muitas variáveis, não cabendo aqui uma tentativa de tipificá-los. Por outro lado, é difícil sugerir um esquema que os sintetize cabalmente. Parceria, arrendamento, trabalho assalariado, cada uma destas formas em si revela incontáveis combinações e nuances...

Um traço marcante, fundamental, é comum a todas elas: o proprietário obviamente procura obter para si a maior parcela possível do resultado do trabalho agrícola. Tanto mais tenha realizado inversões de capital, tanto maiores sejam seus compromissos com o sistema financeiro, tanto mais careça tornar sua terra produtiva, maior é seu esforço neste sentido. No afã de obter o máximo, é usual não permitir que, com o trabalhador, fique sequer o mínimo necessário à sua reprodução. O nomadismo ocupacional e geográfico da força de trabalho é a conseqüência mais visível desta tendência. Um economista de dotes poéticos consagrou a expressão "hostes errantes" para designar este mórbido vai-e-vem de trabalhadores...(5)

Mais que nunca os latifundiários podem dar-se a esta prática, pois a economia urbana, não conseguindo assimilar a mão-de-obra proveniente do campo que lhe assoma os umbrais, dá encejo a uma interminável fila de párias em constante busca de trabalho.

Nas cláusulas dos contratos de trabalho nunca escritos, há itens que os lavradores abominam particularmente e que retratam bem o potencial gerador de miséria das relações de trabalho no campo piauiense:

a) Se não chove regularmente e a roça não frutifica, o lavrador, naturalmente, não leva nada e perde tudo. Suor, semente e saúde. O proprietário não perde nada,

(5) OLIVEIRA, Francisco de. Comunicação à reunião sobre absorção de mão-de-obra e dinâmica da economia. Recife, SUDENE, 1981.

visto que nada investiu. Mas não deixa de ganhar: fica com o pasto representado pela roça fracassada.

b) Se chove no tempo certo e a roça frutifica, proprietário e lavrador levam. O primeiro, sem ter feito força ou empregado recursos, pode querer ver seus ganhos ampliados, exigindo uma pronta liberação do pasto. O segundo, sem meios para colher rapidamente, pode ver o gado do proprietário engordando com o que não foi apanhado. E assim ter sua parte ainda mais reduzida.

c) Se o terreno arrendado é entregue arado e cercado, o proprietário pode exigir, como forma de pagamento, o plantio de capim. O capim cresce, "imprensa o legume", diminuindo substancialmente a produtividade da roça. O lavrador vê seus ganhos reduzidos enquanto o proprietário tem uma boa forragem garantida.

d) Se as pragas ameaçam a roça, ao lavrador compete a iniciativa e os gastos para combatê-las. Geralmente nunca dispõe dos meios para tal. Dispondo ou não, seu ganho fica necessariamente reduzido. Pode perder muito ou perder tudo. Independente disto, o pasto fica assegurado.

e) Se o proprietário não arrenda a terra, preferindo pagar "diaristas" ou contratar "empreitadas" com recursos do crédito bancário, os trabalhadores têm emprego durante algumas semanas ou meses, recebendo aquém do necessário para o sustento da família. Findo o trabalho, não detêm nada. O proprietário fica com roças e benfeitorias. Se a roça não vingou, tem a "anistia" ou renegociação dos financiamentos bancários que obteve. Invariavelmente preserva o pasto e fica sem qualquer responsabilidade para com a manutenção da mão-de-obra.

As ilustrações, tiradas das entrevistas com lavradores das mais diversas localidades do território piauiense, não esgotam nem de longe a variedade das formas de apropriação do trabalho rural. Para o trabalhador, quaisquer que sejam

as condições estabelecidas para seu acesso à terra, é longo o rosário de provações. Quem se apropria da força de trabalho resiste à "seca", podendo até se dar bem com ela. Quem é expropriado, de pobre, vira "flagelado". A "inclemência do céu" é maior do que a das relações de trabalho?

As condições de comercialização agravam o quadro, dando continuidade ao processo de expropriação. Não o determinam, como muitas vezes se quer afirmar, através de virulentas reverberações contra os "atravessadores". Caso a pobreza do lavrador fosse menor, caso fosse maior a parte que lhe cabe na produção, caso não existissem as pressões dos credores, seguramente, seriam bem maiores as condições de resistência à pressão dos "atravessadores". A submissão aos preços baixos não é uma opção, mas contingência fatal. O "atravessador" pode aviltar os preços em função da incapacidade de resistência do produtor?

Por sua vez, sem aviltar os preços, os que vão às portas dos produtores não teriam chances de proveitos. Os "atravessadores" cumprem um papel determinado por instâncias superiores. Estão submetidos diretamente às regras do comércio monopolista. Este define, efetivamente, no contexto regional, as margens de lucro nas diversas etapas do circuito da mercadoria. A atividade da comercialização de grãos, fenômeno historicamente novo no Piauí, tão novo quanto a expansão da lavoura, surgiu marcada pela tendência monopolista. Assimilada de forma simbiótica ao regime de exploração da grande propriedade, deveria atuar enquanto mecanismo de importância fundamental no esquema de formação da renda da terra. A figura do "atravessador", neste esquema, não merece a imagem execrável de "comerciante de sangue", que habitualmente se lhe quer imputar. Simplesmente é peça de um jogo complexo, onde os monopolistas locais ganham o papel de destaque.

E, como numa cadeia de mau augúrio, os monopolistas têm que respeitar as contingências da concorrência

interregional, ou seja, a colocação de produtos de outras áreas, a trama da apropriação do trabalho da lavoura de subsistência se prolonga por rumos ainda mais intrincados e fatídicos. Os grãos de áreas mais bem aquinhoadas pelos subsídios governamentais, produzidos em melhores condições, de melhor qualidade e mais bem conservados, dão o golpe de graça no processo de fixação de preços aos produtores locais.

Frente a esta realidade, a política dos "preços mínimos" do Governo Central é inócua. Torna-se figura retórica, mal servindo para alimentar o vasto repertório de "bons propósitos". Coisa de rádio e TV, tão propagandeada quanto distante do dia-a-dia dos produtores. O "preço mínimo" nunca coincide com o do mercado, ao qual o produtor está, na verdade, sujeito. O comum é estar aquém deste preço. O lavrador não tem condições objetivas de entregar sua produção para os compradores oficiais, quando porventura estes manifestem presença. Quando tenta, o normal é que seu produto esteja desenquadrado dos critérios de qualidade sobre os quais repousa a estipulação do "preço mínimo".

Tanto quanto todas as iniciativas governamentais até agora encetadas no sentido de atenuar os graves problemas da economia agrícola do semi-árido, esta intervenção no sistema comercial não inibiu os mecanismos condicionantes da incapacidade dos lavradores de se apropriarem da riqueza gerada. No que lhes concerne, há cada vez menos chances para qualquer acumulação, se é que em algum período histórico tenha havido estas chances. Não consta ser uma característica da história rural do Piauí a transformação de pequenos produtores em grandes proprietários ou grandes comerciantes.

Uma idéia corrente, mas já bem antiga, é a de que o sobrepovoamento seria um dos fatores da contínua instabilidade da economia rural, dado que impediria sua reorganização de forma a torná-la menos vulnerável às crises periódicas. Esta idéia, defendida em grande forma no Relatório do GTDN, fundamentou a proposta de "desconcentração demográfica"

que deveria ser viabilizada com a ocupação dos vales úmidos da região e com a colonização dirigida do Maranhão e, posteriormente, da região amazônica. Os acontecimentos vividos pelos trabalhadores nordestinos após a formulação e implementação da proposta, em particular a presente crise da "seca", são mais do que suficientes para desmoralizá-la. Nas três últimas décadas, foi intenso o fluxo de trabalhadores rumo às áreas úmidas do Norte. Não obstante, tanto persistem as crises no semi-árido como as áreas úmidas passam a viver também o drama da "seca". Os comentários sobre a política de "desconcentração demográfica" estão no capítulo seguinte, onde a intervenção do Estado na "seca" é analisada. Entretanto, no que diz respeito à tese do sobrepovoamento em si, caberiam algumas considerações.

Em outras palavras, esta tese diz que no semi-árido nordestino haveria gente demais para as condições concretas do meio físico e do sistema econômico que poderia lhe convir. Como sabemos, esta massa considerada "excedente populacional" é constituída por pessoas que, ameaçadas permanentemente em sua própria sobrevivência em momentos de extrema dificuldade, abandonam o campo procurando as cidades. Seria o caso de perguntar: esta massa potencialmente sujeita a persistentes deslocamentos não teve uma função econômica específica a desempenhar ao longo de toda a história das crises da "seca"? Trata-se apenas de um subproduto da economia rural em crise permanente ou constitui, na verdade, uma engrenagem de fundamental importância para o funcionamento do sistema econômico regional e nacional?

O próprio texto do GTDN bem como um bom número de livros que tratam da economia nordestina oferecem elementos para a resposta a estas questões quando analisam a interação dos segmentos da economia rural. De fato, a conclusão que se pode inferir é que a pressão por trabalho exercida por esta massa é um fator de grande relevância para o funcionamento da economia rural e tem se constituído num dos elementos básicos para o desenvolvimento da economia urbana,

notadamente dos grandes centros industriais. Dos velhos e novos fazendeiros piauienses entrevistados, absolutamente nenhum mostrou-se interessado, na crise atual ou em crises passadas, em que o Governo favorecesse o deslocamento de trabalhadores de suas localidades. Objetivamente, a diminuição da pressão por trabalho, mesmo que não configurasse exatamente "escassez de mão-de-obra", representaria um grande atropelo para o latifúndio, porquanto encareceria fatalmente os custos da produção através da valorização da força de trabalho. Isso, independentemente da condição do latifúndio, se explorado como grande empresa moderna ou se funcionando em moldes tradicionais. Particularmente no caso dos latifúndios tradiconais, largamente predominantes no semi-árido, é o exército dos sem arrimo que lhes permite não apenas obter rendimentos, mas também o poder senhorial, fonte de barganha na obtenção dos favores governamentais.

Quanto à função desta massa de trabalhadores rurais nordestinos no contexto urbano, trata-se de algo bem conhecido pelos autores que investigaram a história econômica do Brasil no período que vai da segunda metade do século passado até os dias atuais. Os imigrados, enquanto exército de mão-de-obra de reserva na periferia das grandes cidades, representando um formidável volume de força de trabalho de baixo custo, viabilizaram a boa performance do capital industrial brasileiro e internacional. Para este capital, em termos funcionais, o semi-árido nordestino sempre representou o papel de uma imensa favela com a vantagem de estar distante e, portanto, não causar-lhe os problemas das massas aglomeradas nas cidades. Conhecendo a importância do fator trabalho na perspectiva de implantação do parque industrial brasileiro, as elites regionais no poder não vacilaram em oferecer aos potenciais investidores externos, como forma de atraí-los, entre outros "incentivos", a mão-de-obra farta e e barata dos nordestinos. No Piauí, o baixo custo do fator

trabalho é insistentemente apontado como atrativo para os investidores externos.

Por conseguinte, a "seca" vista como percalço da economia de subsistência, não deixa de ser um fenômeno que, em sua esteira de conseqüências, alenta interesses econômicos múltiplos e que não estão circunscritos apenas à região "flagelada".

8. A INTERVENÇÃO DO ESTADO

A intervenção do Estado na zona "flagelada pela seca" tem se constituído num dos elementos mais importantes da dinâmica do fenômeno.

/Trata-se de uma intervenção bastante antiga e que se caracterizou pela insistência em determinadas práticas de efeitos sociais marcadamente negativos. Se não deteve os "efeitos da seca" passou a fazer parte integrante das condições objetivas em que esta emergia. /Como saldo, essa intervenção não ofereceu exatamente uma redução nas proporções do fenômeno, mas, sim, sua perpetuação, mesmo que com roupagem levemente retocada.

Muitos inventários sobre a atuação do poder governamental na "seca" já foram realizados. A maioria deles mostra realizações de órgãos como o DNOCS, a CODEVASF e a SUDENE. Lista o número de açudes e poços construídos; contabiliza os quilômetros das estradas implantadas; apresenta resultados de pesquisas e experimentos; anuncia vantagens nos trabalhos dos perímetros primeiros irrigados; presta conta dos dispêndios realizados com a manutenção de "frentes de serviços", dos "carros-pipas", etc.

Trata-se de textos elaborados sob encomenda dos referidos órgãos. Objetivam dar publicidade aos "serviços prestados", aos "sucessos obtidos". A medida dos "sucessos" é puramente quantitativa, numérica. Revela um enfoque segundo o qual o importante é "mostrar trabalho", independentemente de sua natureza sócio-política e de suas conseqüências para a atividade econômica.[1]

Quando os relatórios encomendados fogem a este esquema, o objetivo é propor alterações de planos e programas; a intenção é justificar modificações e inovações na política

[1] *Os relatórios do DNOCS sobre suas atividades representam o exemplo mais acabado deste tipo de material.*

governamental. Neste caso, avaliam o impacto das ações governamentais sobre a economia local, recuperando, por vezes, com muita pertinência, aspectos do conhecimento acumulado nas últimas décadas por pesquisadores e analistas. Chegam a acrescentar elementos importantes no acervo de conhecimentos existentes. Mas evitam, via de regra, a análise aprofundada das medidas específicas de "combate aos efeitos da seca". Neste domínio, os relatórios procuram distinguir "méritos" e "fracassos", "erros" e "acertos", sem confrontá-los objetivamente com a situação das principais "vítimas da seca". Baseados nessa análise, formulam medidas corretivas para a ação governamental.

Conforme já assinalamos, há sempre um distanciamento visível entre as indicações inferidas da análise sócio-econômica e as conclusões práticas. Afinal de contas, os responsáveis por estes textos estão obrigados a propor medidas aceitáveis pelos órgãos governamentais. Estes podem obviamente não bancar iniciativas que representem alterações efetivamente necessárias nas atividades econômicas. No caso de intervenção na estrutura fundiária, todas as análises mais recentes apontam os entraves colocados pelo regime de posse e uso da terra. Não obstante, nenhum relatório conclui pela necessidade de uma reforma agrária ampla e massiva. No máximo, indicam ações no quadro fundiário de pouca consistência e incapazes de deter a maré montante da monopolização da posse e uso da terra[2].

Na leitura do farto material que trata especificamente das ações governamentais sobre a "seca", verifica-se, com freqüência, o uso do termo paliativo para caracterizar os resultados das iniciativas empreendidas. Este termo passou para uso popular, sem deixar de ser utilizado em artigos técnicos. Nos discursos parlamentares e em matérias de jornal, a palavra paliativo surge como uma condenacão aos

[2]DOMINGOS Neto, Manuel. É preciso rediscutir a seca. Carta CEPRO, Teresina, 7(2):4-28, jul./dez.1981.

fracassos da ação do Estado, reforçando geralmente protestos sobre a parcimônia na alocação de recursos, sobre a descontinuidade ou morosidade dos programas, a paralisação de obras, as denúncias de corrupção, a incompetência administrativa, etc.

Estas críticas, tão atuais, remontam, na verdade, ao tempo em que a análise da política de "combate aos efeitos da seca" voltava-se sobretudo para a apreciação do desempenho profissional dos engenheiros encarregados das obras. Isso, nos idos da segunda metade do século passado.

Vale notar: mesmo a oposição política tida como radical não vai além de uma investigação menos superficial das medidas governamentais. Freqüentemente esta se detém nas virulências contra o "descaso", a "desonestidade", a "incompetência" e a "corrupção" dos homens do poder. Quanto ao caráter real das medidas em questão, preferem normalmente a tradicional denúncia sobre sua função "paliativa".

Os comentários que se seguem, procuram abordar duas grandes interrogações. A primeira delas é precisamente sobre o sentido da atuação governamental. A nosso ver, a política do Estado não pode ser adjetivada simplesmente como "inócua" ou "paliativa". Discutindo o tema, Helena Lewin já afirmava, há alguns anos atrás, a necessidade de perscrutar o "conteúdo ideológico" do comportamento do Estado frente à "seca"[3]. Obrigatoriamente, a intervenção do Estado tem um sentido. Não pode deixar de atender a interesses determinados. A que interesses e como se realiza concretamente este atendimento?

A segunda interrogação diz respeito ao impacto provocado pela intervenção do Estado entre as diferentes áreas atingidas pela "seca". Como se apresentou a ação governamental no Piauí? Conforme declaramos na Introdução a este trabalho, a intervenção oficial, a oeste da Ibiapaba,

[3]LEWIN, Helen. Agricultura e estado: um inventário crítico das políticas governamentais de combate às secas. s.n.t.

não reconheceu ambiente distinto. Não obstante, e por isso mesmo, ou seja, pela insistência em repetir medidas que previamente poderiam ser consideradas inconvenientes em um contexto geoeconômico distinto, esta intervenção não só revelou com mais nitidez seu caráter como permitiu que, num corte cronológico relativamente pequeno, o espaço geográfico original do fenômeno fosse largamente ampliado.

Tem sido bastante comum dividir a história da política do "combate aos efeitos da seca" em períodos ou fases. Teria ocorrido a fase da "solução hidráulica", onde a ênfase era dada às obras de engenharia, visando a acumulação de água; a fase da "solução florestal", em que abundaram as preocupações ecológicas; a fase da "solução compósita", ensejada pelas veleidades de iniciativas empresariais racionalizadas e, finalmente, a fase atual, há chamada de fase do "planejamento do desenvolvimento rural integrado". Nesta fase, o objetivo maior da intervenção, oficialmente anunciado, seria a "erradicação da pobreza".

O critério utilizado para a demarcação dessas fases tem sido a constatação do peso que determinadas ações teriam registrado segundo os diversos períodos históricos.

Na realidade, essa divisão só pode ser aceita com muitas limitações. Certas propostas e iniciativas têm sido formuladas e/ou empreendidas em todas as fases, em todas as épocas. Irrigação, substituição de culturas, melhoria do padrão técnico da produção, melhoria da infra-estrutura econômica e deslocamento planejado da população são propostas que, com maior ou menor ênfase, sempre estiveram presentes na história da política de "combate às secas". De alguma forma, transformaram-se em iniciativas concretas, por mais tímidas que tenham sido.

A ampliação da oferta de água, entretanto, foi a tônica de todas elas. Principalmente durante as crises, a maior parte dos recursos, das atenções e esperanças sempre

estiveram voltadas para a construção de açudes e poços. O DNOCS, com sua longeva história, é conhecido basicamente através de sua atuação na área dos recursos hídricos. Por esta razão, na análise da intervenção governamental, as iniciativas referentes à ampliação de oferta de água merecem atenção especial.

Qual a concepção da "seca" que deu vez à formulação da "solução hidráulica"? Sem dúvida, a concepção simplista segundo a qual a "seca" seria a perda da produção motivada pelo estancamento/irregularidade na oferta de água. Assegurar a água, enfrentar o grande vilão da história dos dramas nordestinos, o céu, deveria, assim, constituir o cerne das preocupações e esforços. Afastavam-se peremptoriamente as implicações da realidade sócio-econômica enquanto base real do fenômeno.

Nos dias que correm, causa sensação a medida proposta pelo Ministério do Interior relativa à transferência das águas do rio São Francisco. Esta idéia, que completa precisamente 127 anos de existência, é a reafirmação do vigor da "solução hidráulica". Apesar de antiga, faz seu curso em plena fase do "desenvolvimento rural integrado", proposta que, por ironia, se fundamenta numa visão bem mais complexa dos problemas da economia rural.

Na apresentação da idéia de transferência das águas do São Francisco, o Ministro do Interior, Mário Andreazza, revive concepções da crise da agricultura do semi-árido supostamente postas fora de uso desde meados do século. Diz o Ministro:

> *"Trata-se de reconhecer que o fator limitante para a prática da agricultura de menos riscos no Nordeste semi-árido é a água. Que a utilização produtiva de terras férteis nos sertões de Pernambuco, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, com área estimada em 1 milhão e 600 mil hectares, depende do aporte de água de outras regiões. Que é preciso importar água para não ter de exportar mais gente".* [4]

[4] ANDREAZZA, Mário. *Desafio da seca no Nordeste semi-árido precisa ser vencido.* (Exposição feita ao Conselho Deliberativo da SUDENE em 04.08.83) *Jornal do Brasil*, 07.08.83.

Foi em 1856 que, pela primeira vez, uma "comissão científica" oficialmente nomeada pelo Governo Imperial para o estudo das medidas contra a "seca" propôs esta idéia. Outras, menos bombásticas,mas não menos atuais, da mesma "Comissão": construção de açudes e aguadas, melhoria das vias de comunicação e transportes e instalação de postos meteorológicos para previsão "segura" das possibilidades de precipitação pluviométrica.(5)

Após esta "comissão", muitas outras repetiriam as mesmas idéias, sempre na perspectiva da "solução hidráulica". Permeadas de inquietações com a preservação ecológica, surgiram também recomendações e regulamentos sobre a construção de poços, o uso racional das águas superficiais, a proteção da cobertura vegetal nativa e da fauna, o reflorestamento e a defesa das margens dos rios. A preocupação ecológica ganhou vigor sobretudo em vista da presença, nas "comissões" de estudo e nos órgãos aos quais estava afeto o problema, de naturalistas. Algumas sumidades estrangeiras foram contratadas, deixando obras de reconhecido valor científico. O fato é sempre arrolado, com justa razão, como um dos resultados positivos da atividade do DNOCS, que sempre obrigou os pesquisadores estrangeiros. Incontestavelmente, esta contribuição ao conhecimento da natureza local pesou bastante na formação de concepção do "problema da seca".

Entretanto, na medida em que as preocupações voltavam-se mais para o domínio da natureza e não tanto para as questões relativas à sociedade e economia locais, as idéias e propostas de enfrentamento da "seca" de conteúdo ecológico perdiam o sentido. Revelavam-se tão brilhantes quanto inexeqüíveis. Algumas delas chegaram a entrar para o folclore dos "cientistas da seca", como aquela em que o sábio, após grandes estudos sobre a adaptabilidade do abacateiro no meio nordestino, propôs a substituição da caatinga por um imenso canteiro de abacates. Não faltaram argumentos vibrantes sobre o teor nutritivo desta fruta.

(5) Cf. ALVES, Joaquim. op. cit., p.69-71.

Mesmo no Piauí, recomendações e regulamentos com forte inspiração ecológica não seriam novidade após a catástrofe de 1877. Matérias de jornal, "mensagens dos governadores" e decretos governamentais revelam as repercussões das teses ecológicas ao nível local(6).

Apesar do grande interesse por temas como a preservação da flora, da fauna e dos rios, o que se realizava concretamente como iniciativa governamental eram as obras de engenharia para efeito de acumulação e armazenamento de água. O que foi feito neste sentido, durante a história do "combate aos efeitos das seca", não deixa de ser apreciável. A água acumulada artificialmente não é pouca. O número de açudes construídos no Nordeste chega a mais de 70 mil. A capacidade de armazenamento sobe a mais de 20 milhões de metros cúbicos. Como dissemos anteriormente, não há proeza semelhante em qualquer outra região do mundo.

As finalidades alegadas para os reservatórios variavam: consumo humano e animal, utilização para agricultura, fornecimento de energia elétrica, criação de peixes,etc.

A crítica às iniciativas previstas pela "solução hidráulica" pode ser feita sob três ângulos: o puramente técnico-operacional, o do processo de sua implementação e, finalmente, a crítica de sua significação sócio-econômica, ou seja, a análise de seus impactos reais sobre a realidade da zona atingida pela "seca".

No primeiro caso, os especialistas têm feito inúmeras observações de grande relevância. A base das referidas ações foi a construção de açudes. A açudagem, apesar de ter representado para os mentores da política governamental a principal alternativa viável de fornecimento de água nas condições físicas de maior parte da zona nordestina atingida

(6) *A propósito, um documento curioso é o decreto nº 444 do Governador Antonino Freire, de 16 de agosto de 1910, indicando e regulamentando os "serviços e obras contra os efeitos da seca". Nesta ocasião, Antonino Freire reagrupou sistematicamente todas as medidas indicadas até então pelos diversos grupos e comissões em relação à "seca". O documento guarda sabor de atualidade, não apenas pela semelhança com os similares modernos mas também por seu nenhum efeito prático.*

pela "seca", não deixou de ser extremamente problemática. A intensidade da evaporação (que gera a perda da maior parte da água armazenada); a impetuosidade do escoamento das águas fluviais (que coloca em perigo as barragens construídas); a forma geométrica dos reservatórios (no Nordeste é extremamente rara a chance de construção de açudes profundos); os riscos de salinização (que, entre outros transtornos, leva prejuízos à qualidade da água) e ainda as dificuldades para a melhoria do coeficiente de utilização da água são problemas com os quais os engenheiros construtores sempre se defrontaram.

Não seria o caso de estender muito a análise sob este ângulo. Trata-se de aspectos já bastante conhecidos. Além disso, a "solução hidráulica", no que concerne especificamente à ampliação da oferta de água, repercutiu muito pouco no Piauí. Foram raros os açudes construídos nos limites geográficos do Estado se comparados ao conjunto nordestino. O que repercutiu no Piauí foi a perda contínua da água com que a natureza dotou o meio piauiense.

Em 1960, quando a capacidade total de armazenamento dos açudes nordestinos construídos e em construção era de 16.5 bilhões de metros cúbicos, a capacidade dos açudes piauienses mal chegava a 800 milhões (incluída neste número a Barragem de Boa Esperança, em construção, na época, e destinada essencialmente à produção de energia elétrica).(7) A construção de açudes sempre foi alternativa para os terrenos de formação cristalina da região semi-árida. Não para as bacias sedimentares, como a do rio Parnaíba, que envolve a parte do território piauiense. Aqui, além de milhares de quilômetros de rios perenes, de extensas lagoas, há muito conhecidas as excelentes possibilidades de captação subterrâneas.

(7) BRASIL. MINTER. Plano integrado para o combate aos efeitos das secas no Nordeste. Brasília, 1973.

Em termos de construção de açudes, a atividade do DNOCS no Piauí foi bastante modesta, como podemos observar pela realização até 1968. Para uma capacidade de 10.723.422m³ do total dos açudes concluídos pelo DNOCS no Nordeste, até então a capacidade localizada no Piauí atingia apenas 172.44m³.

AÇUDES CONSTRUÍDOS PELO DNOCS NO PIAUÍ ATÉ 1968

AÇUDES	CAPACIDADE (1.000m³)	CONSTRUÇÃO	
		Início	Conclusão
Caracol	585	1911	1913
Aldeia	7.235	1911	1913
Bonfim	3.821	1913	1914
Anajás	1.283	1916	1918
Campo Maior	600	1919	1920
Pé da Serra	54	1920	1920
Umburanas	332	1920	1920
Poços	911	1920	1922
Caldeirão	54.600	1937	1945
Cajazeiras	24.700	1951	1954
Barreiras	52.800	1954	1965
Ingazeiras	25.720	1953	1965

FONTE: MINTER/DNOCS/Divisão de Documentação. Realizações do DNOCS até 1968, s.d.

Quanto ao processo de implementação do programa de açudagem, caberia, em primeiro lugar, sublinhar a grau de inconstância da intensidade da atuação governamental. A construção de açudes sempre foi marcada por fluxos e refluxos.

Em cêrca de 10 anos, entre 1913 e 1922, foram concluídos 8 açudes sob a responsabilidade do DNOCS. Apenas 23 anos depois, outro reservatório seria concluído: o açude Caldeirão, aliás, o de maior capacidade na relação do DNOCS.

Após a inauguração do Caldeirão, mais de 10 anos se passariam sem conclusão de outros reservatórios.

Estes movimentos de oscilação, que não se registraram apenas no Piauí, são reveladores da sinuosidade do tratamento governamental para com a economia rural nordestina. Os recursos surgiam não exatamente em função de uma programação permanente e assentada em critérios estratégicos definidos. Dependiam de muitas variáveis entre as quais se destacam a conjuntura financeira (estancavam-se verbas quando os governantes promoviam "saneamentos financeiros"),[8] a maior ou menor repercussão dos dramas sociais vividos pela população rural (a publicidade da tragédia sempre foi o grande argumento na busca das verbas do governo central), a possibilidade de eclosão de graves conflitos sociais generalizados, a presença de alguma autoridade de origem nordestina nas altas esferas de decisão nacional e os momentos políticos em que a força de barganha das elites locais podia ser exercida com mais vigor.[9]

Ademais, como marcas características do processo de implementação da açudagem, diversos observadores salientaram: a ineficiência das obras concebidas, os constantes desvios de recursos que geravam altos custos de construção e os erros na determinação das localidades dos reservatórios.

O somatório das dificuldades técnico-operacionais, junto com os percalços na implementação dos programas de construção de açudes no Nordeste, estiveram de tal forma presentes ao longo da história da "seca", que constituíram e constituem, ainda hoje, argumentos aparentemente sólidos para aqueles que criticam a atuação governamental pelo lado da "ineficácia das medidas", dos "erros administrativos", "desvios nos objetivos", da "limitação de recursos", etc. Entretanto, a razão pela qual a "solução hidráulica" não deteve

[8] LEWIN. *A política econômica na América Latina*. s.l. Fundo de Cultura, 1975.
[9] POMPEU Sobrinho, Thomaz. *História das secas*. já citado.

os dramas sociais prende-se fundamentalmente à concepção do fenômeno da "seca" que sempre lhe lastreou as intenções. Ou seja, a "solução hidráulica" não serviu porque não atacou o fundo do problema.

Na verdade, a crítica à iniciativa governamental a partir desta ótica traz em si a reafirmação da concepção de "seca" que fundamentou a "solução hidráulica" desde seu surgimento. Mais recursos e correção das falhas técnico-operacionais das construções; mais honestidade e racionalidade na administração dos programas, nada disso seria bastante para modificar os efeitos da ampliação da oferta de água no contexto das crises da agricultura[10]. A base que permite o surgimento da "seca" permaneceria, na melhor das hipóteses, intocável.

A concepção da "seca" subjacente à "solução hidráulica", ignorando o conhecimento acumulado sobre o fenômeno e, pior que isto, fazendo pouco caso das lições trágicas acumuladas pela história da população rural nordestina, não permite a formulação de propostas de intervenção do Estado capaz de promover alterações efetivas na base que permite o desencadeamento das crises.

[10] *Evitamos alongar o texto com exemplificações a respeito da corrupção verificada com os recursos destinados ao "combate aos efeitos da seca". Sobre isto, as denúncias são abundantes e não exatamente conjunturais: estão presentes nos jornais e nos discursos parlamentares há muitas décadas. Preferimos tomar os desvios ou a má utilização dos recursos como formas corriqueiras de emprego das verbas para beneficiamento dos setores sociais e políticos dominantes ao longo da história das crises. Quanto à ineficiência administrativa e aos emperros burocráticos, tivemos ocasião de constatar, nas viagens pelo interior do Piauí, a veracidade das descrições feitas por inúmeros autores, entre os quais Thomaz Pompeu, na obra já citada. Muitos textos de inspiração tragicômica poderiam ser escritos a propósito, como sugere o diálogo que mantivemos com o administrador do açude construído pelo DNOCS em Paulistana: "Por que os vazanteiros não utilizam as bombas se estão em risco de perder a produção?" (um conjunto de bombas hidráulicas estava à disposição dos que arrendavam as vazantes do açude). Só cobramos o óleo das bombas e eles dizem que não podem pagar o óleo! Doutor, essa gente não presta mesmo!" Indagando aos vazanteiros sobre o assunto, estes nos explicaram que o administrador passou alguns meses sem revelar a existência das bombas.*

imediato seria a ampliação do acesso à posse e uso da terra, fizeram com que o "combate aos efeitos da seca" apresentasse como resultado a perpetuação e a ampliação do drama social.

Tendo a construção de açudes se constituído no centro das iniciativas propugnadas pela "solução hidráulica", caberia chamar a atenção para algumas de suas conseqüências objetivas:

a) Retenção da mão-de-obra - A construção de açudes no Nordeste sempre esteve relacionada com a abertura das "frentes de serviços". Estas tiveram como justificativa a oferta imediata de emprego, em situação de emergência. Surgiam para deter a tendência aos deslocamentos, alternativa clássica dos trabalhadores em busca da sobrevivência. A retenção de mão-de-obra interessou sobretudo aos proprietários de terra que, durante a crise, tinham assegurada a força de trabalho para suas benfeitorias. Retendo a mão-de-obra, o Estado evitou o colapso total da economia baseada no binômio latifúndio-minifúndio. A permanência da população em seus locais de origem foi fundamental para o prosseguimento das atividades econômicas após os momentos de maior dificuldade.

b) Favorecimento à pecuária - Em relação às atividades produtivas, a construção dos reservatórios serviu essencialmente à criação de gado. Como se sabe, a água armazenada praticamente não foi utilizada na irrigação. Não chegou ao pé da planta, não deteve a perda da produção agrícola, não melhorou as condições da lavoura. Todavia, garantiu o bebedouro para o gado, que podia se deslocar até a água. Estando a produção agrícola nas mãos dos trabalhadores sem terra e dos pequenos proprietários ou posseiros e a pecuária sendo basicamente uma atividade de médios e grandes proprietários, a açudagem, do ponto de vista dos benefícios econômicos diretos, interessou principalmente aos latifundiários.

Não encarando a "seca" como uma crise permanente da produção agrícola nordestina originada pela inadaptação da agricultura praticada ao meio ambiente e agravada significativamente pelas condições em que é praticada; sem admitir que ao homem ainda não é dado impor alterações racionalizadas nas condições pluviométricas, mas, sim, alterações na organização da atividade econômica; não tomando em conta que nesta atividade econômica avultam como problemas principais a dificuldade dos produtores de acesso à posse e uso da terra e o fato de os mesmos reterem consigo uma parcela cada vez mais reduzida daquilo que produzem; sem considerar que estes problemas geram a total incapacidade dos produtores no sentido da melhoria do padrão técnico da produção e da adoção de insumos capazes de diminuir os elevados riscos da perda de produção; não verificando que a produção se perde tanto nas mais áridas chapadas quanto nas margens dos rios perenes, dada a impossibilidade de os produtores fazerem chegar a água ao pé da planta; sem considerar que as condições de remuneração do trabalho agrícola chegaram a tal ponto de precariedade que hoje pouco se distingue, entre os pequenos agricultores, aqueles que perderam ou colheram suas produções, visto que a pobreza é generalizada; mas, por outro lado, insistindo-se em idéias formuladas em 1856 segundo as quais "o fator limitante para a prática da agricultura de menos riscos é a água", os resultados do "combate aos efeitos da seca" não poderiam ser outros que não os conhecidos.

Mil vezes testada, milhões de "flagelados" permanentes, a "seca" expandindo-se por áreas de pluviosidade amazônica, nada disso bastou para sepultar de vez a "solução hidráulica" e a concepção de "seca" que lhe serve de justificativa.

A persistência desta política bem como o fato de o Estado, em sua intervenção, ter insistentemente ignorado a pauta de reivindicações dos produtores efetivamente vitimados pela "seca", reivindicações cujo ponto central e

c) Valorização das propriedades - Grande parte dos açudes nordestinos foi construída em "regime de cooperação" ou, ainda, com crédito subsidiado. A mão-de-obra, constituída de "flagelados", sempre foi farta, gratuita ou, no máximo, barata nas épocas de crise. O número dos "açudes públicos" ou de ampla e efetiva utilidade pública (consumo humano de água) é irrisório frente ao número dos açudes particulares, que atendem exclusivamente às necessidades das fazendas. Assim, os recursos do Estado aplicados na açudagem serviam basicamente à introdução de melhoramentos nas grandes propriedades. Aliás, estas não poderiam, via de regra, arcar com estes investimentos. De forma alguma a política de açudagem poderia implicar melhoramentos nas pequenas propriedades ou pequenos estabelecimentos agrícolas. Atualmente registra-se a tendência da construção de aguadas e barreiros nas pequenas e médias propriedades.(11) Quem tem terra passa a ter alguma chance de vê-la valorizada. Não é este o caso da maioria dos "flagelados", que não dispõem de terra nenhuma.

d) Distribuição desigual de recursos entre as áreas afetadas pela "seca" - A persistência da aplicação da "solução hidráulica" gerou uma distribuição geográfica de recursos destinados ao "combate aos efeitos da seca" bastante desigual. O armazenamento de água tendo consumido a maior parcela destes recursos e não sendo o Piauí um território onde se justificasse facilmente a construção de açudes, obviamente os investimentos em território piauiense seriam bem menores. No tocante à construção de poços, o quadro modifica-se ligeiramente sem, contudo, desfazer-se. Terreno privilegiado para a perfuração de poços, nem por isso o Piauí foi

(11) O que que não deixa de levantar protestos entre os latifundiários. Em editorial de primeira página, o jornal TRIBUNA DO CEARÁ, de propriedade de um banqueiro, pecuarista e destacado líder de classe, afirma em sua edição de 12.08.83: "estamos deixando passar uma oportunidade ideal para fazer um rush na construção de açudes, com o emprego de máquinas e mão-de-obra humana (sic), e estradas vicinais, com revestimentos de piçarra, e não como se vem observando, centenas e milhares de barreiros, erguidos apressadamente, sem projetos cuidadosos, que se desmancham às primeiras chuvas[...]".

convenientemente distinguido neste domínio. Dos 8.299 poços construídos pelo DNOCS no Nordeste até 1968, apenas 1.812 localizaram-se no Piauí. O Ceará, onde as perfurações são mais difíceis e onerosas, foi beneficiado com 2.389.(12)

A aplicação da "solução hidráulica" no Piauí revela, de forma bastante nítida, o conteúdo ideológico desta proposta, profundamente vinculada aos interesses do monopólio fundiário. Isso, porque a preocupação com a água manifesta-se essencialmente no propósito de ampliar sua oferta. No Piauí, como a água sempre foi efetivamente mais abundante, a "solução hidráulica" não implicou qualquer esforço no sentido do aproveitamento e conservação dos recursos existentes. Para ser coerente, a ação no domínio dos recursos hídricos deveria ter sido orientada, no território piauiense, no sentido do aproveitamento e conservação daquilo que se reputava como sendo o grande entrave à economia agrícola nordestina. Afinal, se o problema era a água, por que não cuidar dos recursos existentes, mas apenas insistir em ampliá-los? Efetivamente, antes de qualquer interesse pela preservação e boa utilização dos recursos naturais, houve a intenção de beneficiar a grande propriedade.

O fato de se ter concebido para o Piauí como um todo a mesma intervenção feita nas áreas mais secas do Nordeste desmascara as intenções subjacentes à "solução hidráulica". Estas intenções, aliás, são reafirmadas pela análise das "frentes de serviço".

A construção de reservatórios e a abertura de "frentes de serviço" são iniciativas muitas vezes apresentadas como de caráter bem distinto. A primeira teria o sentido efetivo de obra contra os "efeitos da seca", sendo de maior alcance na medida em que apresentaria resultados permanentes. Seria uma iniciativa enquadrada num esquema mais amplo de

(12) BRASIL. DNOCS. Realizações do DNOCS até 1968. s.n.t

enfrentamento do fenômeno, enquanto que as "frentes de emergência" representariam ações tópicas, pontuais, para momentos determinados, onde o fundamental seria assegurar a sobrevivência da população. A "frente de serviço" teria, assim, um caráter típico de ação assistencialista/emergencial.

Na verdade, estas duas iniciativas sempre se confundiram em toda a história da intervenção do Estado na "seca". Sempre foram simultâneas, sempre tiveram a mesma motivação e atenderam aos mesmos interesses. Uma reflexão mais detida sobre as "frentes de serviço" revelaria que estas confirmam integralmente o sentido impresso na "solução hidráulica", ou seja, o do atendimento aos interesses da grande propriedade.

Com efeito, ao se pensar na organização de "frentes de serviço", até poucos anos atrás imaginava-se imediatamente a construção de açudes, abertura e conservação de estradas e, eventualmente, edificações públicas. O próprio ritmo de construção de açudes obedecia, regra geral, ao ritmo das calamidades sociais e, portanto, da abertura das "frentes de serviço". No passado, a administração das "frentes" podia estar entregue inteiramente a fazendeiros com boas relações com o poder governamental. Ao fazendeiro era dada a responsabilidade do alistamento, do pagamento do pessoal, da condução dos trabalhos. Em plena crise, este deixava provisoriamente suas atividades tradicionais, tornando-se uma espécie de "empreiteiro de obras". Trabalhava "para o governo", mas produzia para si. As obras lhe favoreciam, visto que a ele competia determinar as prioridades através do entendimento com os órgãos governamentais.

→ A grande modificação ocorrida na sistemática das "frentes de serviço" deu-se em 1979.[13] Posteriormente

[13] PANDOLFI, Maria Lia. *Nordeste: as secas de 1979-80 e a política de assistência aos flagelados*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

o trabalho das "frentes" passou a beneficiar mais diretamente ainda a grande propriedade. Se antes algumas obras ainda guardavam certo interesse comunitário, como no caso das estradas e prédios públicos, a partir de então a mão-de-obra alistada era ocupada com cercas, aguadas, barreiros, habitações, currais, silos, armazéns, cisternas, desmatamentos, etc. Trabalhos que representam investimentos importantes nas propriedades. Os donos de terra, assim, podiam realizar melhoramentos impossíveis mesmo em época de "bom inverno".

Visitamos diversas destas obras. Num dos municípios, o prefeito, num curto espaço de tempo, havia montado a fazenda mais moderna das redondezas com a mão-de-obra da frente de emergência. De quebra, com a mesma mão-de-obra, construiu uma mansão na zona urbana, no estilo e no apuro das do bairro Jockey Club de Teresina. Além de mão-de-obra gratuita, o empreendedor chefe político contou com os recursos em dinheiro do Projeto Sertanejo e obteve diversos empréstimos a juros subsidiados. O fato não é extraordinário, mas chamou a atenção pela circunstância de o referido proprietário habitar em Teresina, não tendo tradição nas atividades agropecuárias. Sem dúvida, a nova orientação das "frentes de emergência" abre mais possibilidades para aventureiros urbanos ligados a chefes políticos em boas graças. Ressalte-se: este prefeito não pode ser acusado de corrupto. Fez tudo segundo as normas legais.

A mudança da sistemática de trabalho nas "frentes", no mesmo passo em que trouxe grandes vantagens aos proprietários, deixou a pequena produção em sérias dificuldades. A lista de reivindicações formuladas pelo movimento sindical,[14] relativas a mudanças no "plano de emergência", expressando as necessidades mais elementares dos "alistados", revela a intensidade dos problemas vividos pelos pequenos produtores:

[14] ENCONTRO Interestadual sobre a Problemática da seca-CONTAG, 1; Natal, 14 a 16 de maio de 1982. (Federações e sindicatos de trabalhadores na agricultura do Nordeste).

"1. inscrição de todos os trabalhadores necessitados;

2. liberação dos trabalhadores inscritos para o trabalho em suas lavouras, quando estas necessitam, sem prejuízo dos salários;

3. construção de obras comunitárias, definidas, executadas e administradas pela comunidade(...), nas áreas onde se constatar a impossibilidade de plantio;

4. construção de obras comunitárias em áreas desapropriadas ou mediante prévia doação dos proprietários, de modo a garantir à comunidade o uso das obras de acordo com suas finalidades;

5. não interferência de políticos ou proprietários na inscrição de trabalhadores;

6. pagamento de salário não inferior ao salário mínimo legal;

7. manutenção do pagamento do salário integral em caso de doença do trabalhador;

8. pagamento semanal no dia da feira;

9. obrigatoriedade da comunicação do acidente de trabalho à Previdência Social;

10. participação dos Sindicatos, Federações e da CONTAG em todos os níveis e fases do Programa de Emergência."

Nos diversos encontros sindicais realizados entre 1981 e 1983, esta lista sofreu algumas ampliações. Acrescente-se, por exemplo, o pedido de autorização para a inscrição de mulheres e a possibilidade de comprovação de estado de saúde por outro trabalhador, desde que verificada a ausência de médicos na área. Impossível discutir a elementaridade

das reivindicações. Entretanto, não foram atendidas.

É um fato que os atuais "planos de emergência" desestimularam os deslocamentos dos trabalhadores. Aliás, este foi um dos mais fortes argumentos em defesa da alteração destes planos. Contudo, o resultado mais significativo da alteração, isto é, o fortalecimento da grande propriedade, levou à manutenção e expansão da concentração fundiária. Com isso, afastou ainda mais os pequenos produtores do acesso à terra, tornando mais sérias as dificuldades da pequena produção analisadas anteriormente.

A intervenção do Estado na crise da "seca" deve ser alinhada entre os fatores responsáveis pelo contínuo e intenso processo de concentração da posse e uso da terra. Outros fatores, como a sistemática de ampliação da infra-estrutura econômica (que, valorizando subitamente o preço das glebas, provoca a especulação imobiliária), a distribuição do crédito rural (concentrado nas mãos dos latifundiários), a distribuição dos incentivos fiscais (que contempla apenas os grandes projetos e provoca, além da concentração fundiária, grandes prejuízos ao meio ambiente), completam finalmente a caracterização ideológica da chamada "política de combate aos efeitos das seca".(15)

Os trabalhadores rurais têm bastante claro o sentido da ação governamental na "seca". Tanto que, ao formularem indicações de política alternativa visando "reduzir de forma substancial os efeitos danosos das secas sobre os trabalhadores rurais", concentram a atenção nas medidas de alterações do atual quadro fundiário. No já citado relatório do "Encontro de Natal", após sublinharem que a reforma agrária é a saída efetiva para a solução de seus problemas, alinham quatro proposições concretas para adoção imediata:

(15) PROJETO NORDESTE. Ação fundiária. Relatório I. Fortaleza, março, 1983.

"1. desapropriação das áreas ümidas e vazantes, distribuindo-as aos trabalhadores rurais, com assistência técnica e creditícia;

2. desapropriação, por interesse social, das áreas litigiosas;

3. aceleração da titulação de terras para os trabalhadores rurais;

4. promoção do assentamento de trabalhadores rurais nas terras públicas, realizando obras que as tornem em plena condição de ocupação."

Ao encontrar suas reivindicações referentes à "seca" nos problemas fundiários, o movimento sindical reflete uma compreensão do fenômeno radicalmente oposta à dos mentores da ação governamental. Seguramente, as propostas dos trabalhadores oferecerão resultados diferentes dos até agora apresentados pela intervenção do Estado. O céu deveria ser redimido da falsa acusação de "inclemência" para com os produtores rurais.

9. [illegible]

1. A [illegible]

2. To[illegible]

3. Agr[illegible]

9. CONCLUSÕES/SÍNTESE

1. A "seca" é um fenômeno relativamente novo na história piauiense. Até o início do século atual, as dificuldades conjunturais da economia rural eram suportadas com relativa facilidade. Isso ocorria em virtude do caráter das atividades econômicas da época, que não exigiam muito além do que a natureza oferecia, e da pouca densidade demográfica, que permitia uma distribuição espacial da população mais adequada. As grandes calamidades sociais verificadas a partir da grande "seca" de 1877 eram devidas principalmente ao afluxo interno e brusco de retirantes dos outros Estados, em particular do Ceará. A rigor, o drama vinha de fora. O "Piauí" passou a viver efetivamente calamidades sociais relacionadas à perda de produção durante o século atual.

2. Tal como a "seca nordestina", a "seca piauiense" não é originada simplesmente de condições pluviométricas tidas como adversas. Não se trata simplesmente da perda de produção causada pela ausência ou irregularidade das chuvas, mas, sim, de crises periódicas engendradas pelas transformações vividas na economia rural. A "seca" é fundamentalmente um fenômeno de inadaptação da produção agrícola às condições do meio ambiente. A atual exploração agrícola está sempre sujeita a grandes riscos de perda por exigir da natureza condições que esta não oferece.

3. Agravando significativamente esta inadequação, estão as condições em que é exercido o trabalho agrícola. A monopolização do acesso à posse e uso da terra, bastante agravada nos últimos anos, impõe duras restrições aos produtores. A produção agrícola, garantida sobretudo por pequenos proprietários, pequenos posseiros e trabalhadores sem terra, encontra na estrutura fundiária seu maior percalço.

após a inadaptação às condições ambientais. Além disso, os produtores sofreram ao longo do tempo um processo contínuo e intensificado de expropriação do fruto de seu trabalho: produzem, mas não dispõem de parcela da produção capaz de garantir a sobrevivência da família. As transformações econômicas ocorreram de forma a desorganizar progressivamente a pequena produção de subsistência, reduzindo seu liniar de resistência às imponderabilidades climáticas. Os pequenos produtores têm cada vez menos possibilidades de preservar estoques de alimentos e de realizar investimentos capazes de diminuir a inadequação da produção às condições naturais. Objetivamente, não podem reduzir a elevada margem de risco da atividade agrícola. Hoje é difícil distinguir os que perderam a produção dos que a tiveram garantida.

4. Há uma tendência histórica para se transferir a responsabilidade da crise na produção agrícola e do drama social às condições pluviométricas. No entanto, a "seca" se expande mesmo em áreas onde as condições climáticas são bem distintas das do semi-árido nordestino. A disponibilidade de água é bem mais importante para o Piauí do que para o restante do Nordeste semi-árido. A pluviosidade é mais acentuada, os recursos hídricos subterrâneos e superficiais, bem mais expressivos. Entretanto, a perda de produção agrícola e o drama social atingem indiscriminadamente todo o território piauiense. Alega-se perda de produção às margens do Parnaíba, do Gurguéia, do Uruçuí, que são importantes rios perenes. Alega-se perda de produção às margens dos açudes do DNOCS ou, ainda, sob uma pluviosidade de mais de 1.000mm anuais. A água, mesmo estando disponível com fartura, não pode ser aproveitada pelos produtores dadas as condições em que estão obrigados a produzir.

5. As estatísticas que revelam as perdas de produção não são reais. Quem colheu muito alega que perdeu bastante; quem colheu pouco alega que perdeu tudo. Este é um artifício antigo, sancionado, na prática, pelas autoridades locais e hoje muito utilizado para garantir "ajudas" no poder central. Sem alegar perdas de produção, não há anistia de dívidas bancárias, "frentes de emergência", distribuição de sementes, verbas especiais, etc. O uso intensivo deste artifício reforça a crença segundo a qual os problemas são causados pelas desfavorabilidades climáticas.

6. A "seca", enquanto crise de produção/calamidade social, enfeixa mecanismos variados de reprodução da estrutura sócio-econômica. Com esses mecanismos, a grande propriedade dedicada à criação extensiva e/ou à exploração da vegetação nativa assegurou sua sobrevivência e, eventualmente, sua expansão. Através da "seca", o grande proprietário justificou e garantiu o direcionamento da intervenção do Estado em seu benefício. Também pôs em prática as formas conhecidas de dominação política, baseadas na sujeição econômica ou na grande dependência dos produtores em relação aos monopolizadores da terra. Na "seca", há, portanto, os que ganham. Se todos perdessem, seria impossível manter a longevidade do fenômeno.

7. A "seca" repercutiu vigorosamente no delineamento do atual perfil econômico nacional. Fez parte destacada do esquema de definição da especialização inter-regional do trabalho, condicionando a orientação das tranferências geográficas de riquezas.

8. A "seca" foi fundamental para assegurar o tipo de desenvolvimento urbano-industrial definido para a nação. Sem a "seca", a força de trabalho nordestina não teria se deslocado para os centros urbanos, onde cumpriu papel econômico de grande relevância. Igualmente, sem a "seca"

nordestina não teria sido possível a ocupação da Amazônia, hoje objeto de intensa exploração de grandes empresas capitalistas. Em meados do século atual, quando o Piauí perdeu definitivamente o papel de área absorvedora dos "retirantes da seca", passou a assumir progressivamente o papel de exportador de força de trabalho.

9. As soluções propugnadas e/ou implementadas em relação ao problema, compondo o que se convencionou chamar de "política de combate aos efeitos das seca", não variaram substancialmente desde quando a "Comissão Científica" oficialmente se encarregou de tratar do assunto, em 1856. Nessa ocasião, surgiu a proposta da "solução hidráulica" para o "problema da seca". Pela primeira vez foi proposta a transferência das águas do rio São Francisco. O objetivo desta proposta era a ampliação e regularização da oferta de recursos hídricos.

10. As inovações introduzidas posteriormente no "combate aos efeitos da seca" não desfazem o caráter fundamental da intervenção, definido através da "solução hidráulica". Esta encarou o fenômeno como resultado do comportamento climático. Ainda persiste, de fato, esta concepção, como esteio central da intervenção do Estado. Isto é revelado através da continuação da atividade de construção de açudes, que consome a maior parcela dos recursos destinados ao "combate aos efeitos da seca", bem como da proposta em andamento da transferência das águas do rio São Francisco. Ainda a denominada "perenização dos rios", vinculada aos atuais programas de "desenvolvimento rural integrado", representa, na prática, a continuidade desta proposta, porquanto é concebida e implementada sem alterações convenientes no regime fundiário e na atividade agrícola.

11. Desmoralizada pela vida, a "solução hidráulica" revela o conteúdo ideológico subjacente à intervenção do Estado, na medida em que sempre propiciou, de formas múltiplas e variadas, o atendimento aos interesses da grande propriedade. Não foi, portanto, uma intervenção inócua nem de caráter paliativo. Até o momento, a política de armazenamento/ampliação dos recursos hídricos não interferiu positivamente nas condições da pequena produção agrícola, mas representou apoio substancial à criação de gado e valorizou a infra-estrutura das fazendas.

12. Os trabalhadores rurais vítimas da "seca", através de suas organizações sindicais, avançaram significativamente na formulação de medidas contedoras da crise e dos problemas sociais. O ponto central desta formulação, uma reforma agrária ampla e massiva, é objeto de propaganda crescente. Apresentadas em forma de reivindicações às autoridades governamentais, as propostas dos trabalhadores são insistentemente ignoradas.

13. O fenômeno da "seca" nordestina não desaparecerá sem profundas transformações sócio-econômicas de âmbito nacional. Sem uma reorientação da economia nacional que modifique o histórico panorama da especialização regional do trabalho mantido em detrimento dos trabalhadores do Nordeste, estas transformações locais não poderão ganhar a amplitude e profundidade necessárias. A "seca" não pode ter um esquema de enfrentamento localizado. Requer uma determinação e planejamento de abrangência nacional.

14. A solução para o problema da "seca" não depende simplesmente de uma "decisão política", conforme tornou-se moda dizer. Depende, sim, de uma mudança de decisão política. Cumpre promover alterações profundas na economia. A decisão até agora prevalecente é a de consolidar a atual estrutura sócio-econômica, por natureza, vulnerável às variações climáticas.

15. As mudanças ao nível da economia dependem de prévias alterações no esquema de decisão política. A persistir a marginalização política das maiores vítimas da "seca", os milhões de trabalhadores rurais nordestinos, as decisões que possam ser tomadas dificilmente representarão soluções que lhes convenham. A "seca" não terá solução com uma decisão política de qualquer poder, senão com o poder que possa emergir da articulação efetiva dos trabalhadores rurais. O enfrentamento da "seca" passa pela luta dos "flagelados" na conquista da cidadania.

10. [illegible]

a) TÍ[illegible]

1. A[illegible] alte-
2. A[illegible] mar-
[illegible] s mi-
[illegible] s que
3. [illegible] que
4. A[illegible] cisão
[illegible] possa
5. A[illegible] . O
[illegible] ados"
6. [illegible]
7. [illegible]
8. A[illegible]
9. A[illegible]
10. A[illegible]
11. A[illegible]
12. A[illegible]
13. B[illegible]
14. B[illegible]

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) TÍTULOS SELECIONADOS

1. ALBANO,Idelfonso.O secular problema do Nordeste.Rio de Janeiro,Imprensa Nacional,1918.

2. ALMEIDA,José Américo de.As secas do Nordeste.Rio de Janeiro,Ministério da Viação e Obras Públicas,1954.

3. _____.A Paraíba e seus problemas.Porto Alegre,Globo,1973.

4. ALVES,Aluízio.O Nordeste está morrendo em vão.Nordeste Econômico e Financeiro.Fortaleza,4(12):11-13,1952.

5. ALVES,Joaquim.A influência das secas na economia cearense.Nordeste Agrícola,Fortaleza,2(9/10):238-

6. _____.Aspectos econômicos da açudagem.Fortaleza,1935.(Ceará Agrícola).

7. _____.História das secas(séculos XVII a XIX).Fortaleza,1953. (Coleção Instituto do Ceará.História do Ceará,23).

8. ANDRADE,Gilberto Osório de.Alguns aspectos do quadro rural do Nordeste.Recife,SUDENE,1977.

9. ANDRADE,Manoel Correia de.O processo de ocupação do espaço regional no Nordeste.Recife,SUDENE,1979.

10. ANDRADE,Lopes de.Introdução a sociologia das secas.Rio de Janeiro,"A Norte",1948.

11. ARARIPE, Antônio de Alencar.Orós e a seca.Diário do Congresso Nacional.Rio de Janeiro,1951.

12. ARAÚJO,Genésio Martins.Contribuição passada e presente do DNOCS e a solução dos problemas nordestinos.Rio de Janeiro,MINTER,1969.

13. BONCHARDES,J.O problema do Nordeste e sua solução.Rio de Janeiro,s.ed.s.d.

14. BORGES,Geraldo Almeida.Piauí provincial(1855-1867)-exportação e desenvolvimento.Teresina,Fundação CEPRO, 1979. 127f.(Relatório de Pesquisa,4).

15. BRAGA,Cincinato.Secas do Nordeste e reorganização econômica.Rio de Janeiro,Imprensa Nacional,1919.

16. BRAMMER,John Casper.O problema das secas no Norte do Brasil.Boletim do Ministério da Viação e Obras Públicas, Rio de Janeiro,(1):83-110.

17. BARÃO de Capanema."A Seca do Norte".Revista Acadêmica Cearense.Fortaleza,(9):165-195,1904.

18. BANDEIRA,Wiliam Jorge.Notas sobre a posse e uso da terra no Piauí.Carta CEPRO,Teresina,7(1):29-56, jan./jun.1981.

19. BARBOSA,Raul.A Seca de 1958;informações complementares do relatório publicado em agosto de 1958. Fortaleza, BNB,1958.(mimeog.).

20. BASTOS VILABOAS,Naylor.As obras contra as secas no Império e no primeiro período republicano.Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Fortaleza, abr./jun.1937.

21. CALLADO,Antônio.Os industriais da seca e os "galileus"de Pernambuco.Rio de Janeiro,Civilização Brasileira,1960.

22. CARVALHO,João Carlos Monteiro de.Camponeses no Brasil. Petrópolis,Vozes,1978.

23. CASTELO,Plácido.Açudes,canais de irrigação,poços e outros serviços contra as secas.Fortaleza,Tipografia Minerva,1936.

24. COSTA,F.A.Pereira da.Cronologia histórica do Estado do Piauí desde seus tempos primitivos até a proclamação da República.Rio de Janeiro,Artenova,1974.212p.

25. DOMINGOS Neto,Manuel.Avaliação das experiências de desenvolvimento comunitário do Vale do Gurguéia; as colônias do Padre Anchieta.Teresina,Fundação CEPRO,1982.

26. _____."Reflexão em torno da estagnação de Parnaíba".In:-Almanaque da Parnaíba.Parnaíba,1982.

27. DUQUE,José Guimarães.O Nordeste e as lavouras xerófilas. Fortaleza,BNB,1964.

28. DUQUE,José Guimarães.Solo e água no polígono das secas. Mossoró-RN,1980.(Coleção Mossoroense,142).

29. FIGUEIROA,Manuel."O problema da seca no Nordeste Semi-árido".In:-.O problema agrário no Nordeste do Brasil. São Paulo,HUCITEC,1977.

30. FURTADO,Celso.Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro,Fundo de Cultura,1961.

31. GLAUCO,Olinger.Extensão rural e sistema de convivência com a seca no Nordeste.Brasília,EMBRATER,1982.

32. GONDIM,Joaquim Guedes Correa.Uma política agrícola para o Nordeste semi-árido.Recife,DNOCS,1970.

33. GOMES,Pimentel.A solução agronômica do problema das secas.Boletim do DNOCS,Rio de Janeiro,12(3):113-25,fev. 1959.

34. GUERRA,Philippe.Seccas contra secca.3.ed.s.l. ESAM, 1980. (Coleção Mossoroense,29).

35. GUIMARÃES DUQUE,J.Solo e água no polígono das secas.Fortaleza,tip.Minerva.

36. HOLANDA,Antônio Nilson Craveiro de.O desenvolvimento do Nordeste;desenvolvimento recente e perspectivas para 1980.Fortaleza,BNB,1974.169p.ilust.

37. IGLESIAS,Francisco de Assis.Caatingas e chapadões.São Paulo,Nacional.s.d.(Brasiliana,271).

38. INSTITUTO Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Desenvolvimento do Nordeste;reflexões sobre a índole de um processo vacilante.Recife,1976.

39. LEWIN,Helene.Agricultura e Estado (um inventário crítico das políticas governamentais de combate às secas. s.n.t. (mimeog.).

40. LISBOA,Miguel Arrojado Ribeiro.O problema da seca. Rio de Janeiro,1980.(Coleção Mossoroense 134).

41. MARTINS,Agenor de Sousa et alii.Piauí:evolução, realidade e desenvolvimento.Teresina,Fundação CEPRO,1979.

42. MELO,Mário Lacerda de.Regionalização agrária no Nordeste.Recife,SUDENE,1978.

43. MEMÓRIA da seca.Mossoró,ESAM,1980.136p.(Coleção Mossoroense,134).

44. MIRANDA,Agenor Augusto de.Estudos piauienses.São Paulo, Nacional,1938.(Brasiliana,116).

45. MOTA,Francisco Assis Sousa.A atuação do DNOCS no combate aos efeitos das secas.Fortaleza,MINTER/DNOCS,1979.

46. NUNES,Odilon.Pesquisas para a história do Piauí. Rio de Janeiro,Artenova,1972.4v.

47. OLINGER,Glauco.Sistema de convivência com a seca para a pequena e média propriedade do Nordeste Semi-árido. Brasília,EMBRATER,1981.

48. OLIVEIRA,João de Deus.O problema social das secas em Pernambuco.Recife,1949.

49. PANDOLFI,Maria Lia C. de A.Nordeste:as secas de 1979-80 e a política de assistência aos flagelados.Recife,Fundação Joaquim Nabuco,1982.

50. PESSOA,José Cândido Parente.Planificação e principais realizações do DNOCS no polígono das secas.Rio de Janeiro,DNOCS,1959.(Série I,E,183).

51. POMPEU Sobrinho,Thomaz.História das secas(século XX).In:-. Introdução a Joaquim Alves.Fortaleza,Ed.A.Batista Fontenele,1953.(Coleção Instituto do Ceará).

52. ROBOCK,Stefan H.O desenvolvimento econômico do Nordeste do Brasil.Fortaleza,BNB,1959.

53. SAMPAIO,Antônio José.Descrição geral do Estado do Piauí. Teresina,Imprensa Oficial,1963.

54. SEMINÁRIO Internacional sobre Disparidade Regional, 1., Recife,31.08 a 04.09.1981.Anais...Recife,Forum Nordeste/SUDENE,1982.

55. SINGER;H.W.Estudo sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste.Recife,Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco,1962.

56. SOARES,Odair da Silva.Pecuária piauiense;importância, programas e serviços de apoio.Teresina, Secretaria de Agricultura,1981.

57. SOUSA,J.Colombo de.Recuperação do Nordeste:uma exigência de defesa Nacional.Fortaleza,1951.

58. SOUSA,João Gonçalves de.O Nordeste brasileiro;uma experiência de desenvolvimento regional.Fortaleza,BNB,1979.

59. SUDENE e o Nordeste;relendo um passado recente.Caderno do CEAS,Salvador,(14),out.1971.

60. THEOPHILO,Rofolpho.A seca de 15.Fortaleza,1919.

61. _____.História da seca do Ceará (1877 a 1880),Rio,Imprensa Inglesa,1922.

62. VILHENA,Luís dos Santos.Cartas de Vilhena.Salvador,Imprensa Oficial,1922.v.2.

63. WARING,Geraldo A.Supprimento d'água no Nordeste do Brasil.2.ed.Rio de Janeiro,1923.78p.(Série I.D. Hidrologia,Geologia,23).

b) DOCUMENTOS OFICIAIS E RELATÓRIOS TÉCNICOS

1. BANCO do Nordeste do Brasil.Uma nova fase na luta contra a seca (Publicação, 1. Comissão Incorporadora. Dec. 29.04.1953).

2. _____.Bibliografia das secas nordestinas.Fortaleza,1957. 47p.mimeog.

3. _____.Efeitos da seca sobre a economia agropecuária do Nordeste em 1958.Boletim

4. _____.Industrialização rural do Nordeste do Brasil.Fortaleza,1978.2v.

5. BANCO do Nordeste do Brasil."Uma visão da economia agrícola".Relatório das Atividades do Banco do Nordeste do Brasil em 1970.Fortaleza,1971.

6. _____.Planejamento de combate às secas.Fortaleza,1953.

7. BANCO do Nordeste do Brasil.ETENE.A seca de 1958.Fortaleza,1958.

8. BRASIL.DNOCS.56 anos de luta contra as secas;realizações e perspectivas.Fortaleza,1965.

9. _____.Realização do DNOCS em 56 anos de atividades contra os efeitos das secas no Nordeste.Fortaleza,1966.

10. _____.Frentes de serviço;um estudo sócio-econômico da população atingida pela seca de 1970.Fortaleza,1972.

11. BRASIL.DNAEE.Planejamento da utilização de recursos hídricos da bacia do Parnaíba.s.l.1980.v.2.

12. BRASIL.DNER.O drama das secas e a atuação do DNER no Nordeste.Rio de Janeiro,1950.(mimeog.).

13. BRASIL.SUDENE.Caráter e efeitos da seca nordestina de 1970.Recife,1973.

14. _____.Desempenho da economia regional do Nordeste.Recife, 1981.

15. _____.Levantamento básico dos recursos naturais da bacia do rio Parnaíba nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará.Recife,1975.Parte 1,v.1 e 2.

16. _____.Revisão da política de açudagem e irrigação das bacias dos açudes.Recife,1961.(mimeog.).

17. _____.Plano de ação para emergência de seca em 1968.Recife,1967.70p.

18. _____.Plano de ação para emergência da seca; atualizado para 1969.Recife,1968.(mimeog.).

19. _____.Plano de ação para emergência de seca; atualizado para 1970.Recife,1969.82f.(mimeog.).

20. BRASIL.SUDENE.Plano integrado para o combate preventivo aos efeitos das secas no Nordeste.Recife,1973.

21. _____.Relatório da atuação da SUDENE no combate aos efeitos da estiagem no Nordeste-1970. Recife, 1971. 19p. (mimeog.).

22. _____.As secas do Nordeste; uma abordagem histórica de causas e efeitos.Recife,1981.

23. _____.Relatório da atuação da SUDENE no combate aos efeitos da estiagem de 1970.Recife,1971.

24. _____.Plano de ação para a emergência da seca, atualizado para 1970.Recife,1969.

25. CAPES.Estudo de desenvolvimento regional.Brasília, s.d.v.9.

26. Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Ceará.Proposta para um programa permanente de combate preventivo aos efeitos das secas.Fortaleza,1981.

27. DNOCS,Boletins do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

28. Encontro Internacional de Ciências Sociais do Brasil,10., Recife,1974.Anais...Recife,IJNPS,1974.

29. FUNDAÇÃO IBGE.Geografia do Brasil - região Nordeste. Rio de Janeiro,1977.v.2.

30. _____.A seca, conceituação, causas e efeitos; ocorrências, meios de combate, tertúlia geográfica.Bol. Rio de Janeiro,ano II,n.14,p.181.

31. GRUPO de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste.Uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste. Rio de Janeiro,Imprensa Oficial,1959.

32. PARAÍBA.Secretaria de Agricultura.Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado da Paraíba.Encontro sobre medidas de combate aos efeitos da seca no Nordeste. João Pessoa,1980.

c) COLEÇÕES DE JORNAIS

1. A GAZETA, Teresina (Casa Anísio Brito)
2. A IMPRENSA, Teresina (Casa Anísio Brito)
3. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro
4. O CONSERVADOR, Teresina (Casa Anísio Brito)
5. O DIA, Teresina
6. O ESTADO; Teresina
7. O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo
8. O POVO, Fortaleza

Dat.
fea/.